



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

De Piroga não se Pesca ao Largo!
Acordo de Parceria no Domínio das Pescas entre a União Europeia e a República
Democrática de São Tomé e Príncipe: Quais os Benefícios para a Pesca Artesanal
Santomense?

Ana Maria Pires Dias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientador:
Doutor Gerhard Seibert, Investigador Auxiliar
Centro de Estudos Africanos – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2013

Agradecimentos:

Vá eu para onde for, para lá desta vida, sei que levarei as aprendizagens e reconhecerei o bem!
(TiBá, s.a.)

Embora disponha de livre arbítrio, não consigo ter absoluto domínio sobre todas as minhas decisões porque, simplesmente, a minha vida não me pertence totalmente. Por isso agradeço, primeiramente, a Deus por toda a energia que em mim Emanou e por todos os meios que me Concedeu para levar por diante este trabalho.

Agradeço ao Doutor Gerhard Seibert, meu Orientador, o acolhimento, os conhecimentos transmitidos, e a paciência com que sempre esclareceu as minhas dúvidas.

Agradeço aos meus queridos irmãos, sobrinhos e cunhados, à minha filha Raquel, em especial ao Cláudio, à Marta, Dulce e Clara, todas as palavras encorajadoras que ao longo deste período firmaram com mais veemência.

Para o meu querido neto que, apesar da sua tenra idade, não reclamou as minhas ausências nos prometidos, mas apenas adiados, eventos, dedico toda a coragem com que abracei este trabalho, fazendo votos para que, na sua futura vida académica, a palavra “desistência” não conste no “seu dicionário”.

Com gratidão abraço todos os meus amigos, particularmente, o Gonçalo Carvalho e a Catarina Grilo, a Zezinha e a Mané, a Luísa Ramalho, o Filipe e o Zé que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes e me ajudaram com os seus conhecimentos e força anímica. Do mesmo modo, abraço a Professora Brígida Brito, o Professor Carlos Sousa Reis, o Doutor Gonçalo Carneiro e o Dr. Jorge Carvalho do Rio, pelos acolhimentos, pelas ajudas na fase inicial do trabalho, pelos contactos e materiais que me facultaram, através dos quais obtive preciosos contributos para o meu trabalho.

Agradeço, em particular, ao Professor Mário Ruivo por todo o apoio, toda a compreensão e flexibilidade que me dedicou, sem os quais, também, não seria possível concluir este projeto.

Por fim, a ti, minha Mãe. Muito obrigada por todas as tuas palavras de coragem, pelas tuas preces, e até mesmo pelos teus ralhetes. A tua perseverança ajudou, muito, à concretização deste trabalho. Por tudo o que representas para mim, dedico-te esta tese de dissertação.

Resumo:

De Piroga não se Pesca ao Largo!

Acordo de Parceria no Domínio das Pescas entre a União Europeia e a República Democrática de São Tomé e Príncipe: Que Benefícios para a Pesca Artesanal Santomense?

A Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe concentra uma biomassa piscícola global estimada em 29 000 toneladas/ano, a qual tem vindo a assegurar a pesca artesanal às comunidades costeiras locais e a pesca industrial a países estrangeiros. Porém, uma significativa parte de pequenos peixes pelágicos apresentam acentuados níveis de depleção.

Em 1984 foi celebrado o primeiro Acordo das Pescas entre a União Europeia e São Tomé e Príncipe, mas foi a partir de 2006 que o termo “parceria” passou a figurar nos acordos entre as partes.

Os recentes protocolos fixam como objetivos, entre outros pontos, a cooperação económica, científica e técnica, contrapartidas específicas para apoiar a política sectorial das pescas e a promoção de um quadro de parceria para uma política de pesca sustentável nas zonas pesqueiras santomenses. Por sua vez, o Governo local estabelece como eixos prioritários o acionamento dos mecanismos que asseguram a sustentabilidade dos recursos haliêuticos, e os que tornam o sector tecnologicamente mais avançado e competitivo. Os reforços das capacidades institucionais e das condições infraestruturais para produção e comercialização da pesca artesanal, nomeadamente para os mercados da União Europeia, são, também, firmemente contemplados.

Confrontando os pontos fulcrais dos acordos, os esforços realizados pelo Governo local, as súmulas de vários relatórios/pareceres e outras informações relevantes, conclui-se, neste estudo de caso, que os benefícios produzidos pelos acordos na pesca artesanal são residuais, que o país não tem uma estratégia integrada de combate à depleção haliêutica e que a adoção do termo “parceria” não passa de mais uma retórica semântica.

Palavras-Chave: São Tomé e Príncipe; Pesca Artesanal; Acordo de Parceria das Pescas; Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros

Abstract:

Can't fish offshore with a canoe!

**Partnership Agreement in the field of fisheries between the European Union and the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe:
What Benefits to the Santomean Artisanal Fisheries?**

The Exclusive Economic Zone of the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe concentrates a fish biomass estimated at 29 000 tons per year, which has assured the artisanal fishery by local coastal communities and industrial fishery to foreign countries. However, a significant part of pelagic small fishes show significant signs of depletion.

The conclusion of the first Fisheries Agreement in the field of fisheries between the European Union and the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe dates back to 1984, but it was only from 2006 on that the term “partnership” was introduced into the new Agreements between the two.

The current Protocols, among other points, set the goals of cooperation at economic, technical and scientific levels as well as specific compensations to support the development of the local fishing sector and the promotion of a partnership framework towards a sustainable fisheries policy in the Santomean fishing areas. In turn, São Tomé and Príncipe Government defines as its priority axis the creation of mechanisms that ensure the sustainability of fish resources. The strengthening of institutional capacities and the improvement of the infrastructural support for production and commercialization from artisanal fisheries, namely to European Union markets, are also contemplated.

By confronting the contents of several reports, partnership agreements, statements and other relevant information, obtained from various sources, it is possible to come to the conclusion that the benefits for artisanal fisheries produced by the new agreements and the efforts developed by the country's Government are residual, that there isn't an integrated strategy to stop marine resource depletion and that the adoption of the term “partnership” is nothing more than semantics and rhetoric.

Key-words: São Tomé and Príncipe; Artisanal Fishery; Fisheries Partnership Agreement; Sustainability of Fisheries Resources

INDÍCE:

Agradecimentos	ii
Resumo.....	iv
Índice de Quadros.....	vii
Índice de Figuras.....	viii
Glossário de Siglas.....	xi
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I: Pescas no Mundo – Mediações e Conceitos	
I.1. Situação Mundial dos Recursos Pesqueiros – Conceitos.....	8
I.2. Mediação Institucional para a Sustentabilidade Haliêutica Mundial.....	17
I.3. Turismo Costeiro – Alguns Constrangimentos para a Pesca Artesanal.....	20
I.4. Pesca Artesanal no Mundo: Artes, Aparelhos, Métodos e Incertezas.....	24
CAPÍTULO II: – As Dinâmicas Políticas, Sociais e Económicas de São Tomé e Príncipe	
II.1. São Tomé e Príncipe: Breve Resenha Histórica.....	26
a) A Revolta dos Escravos.....	29
II.1.2. O Pós Independência.....	31
II.1.3. Dinâmica Populacional.....	33
II.4. Caracterização dos Sectores Económicos	
II.4.1. Agricultura.....	34
b) Da Reforma Agrária à Atualidade.....	37
II.4.2. Comércio, Turismo e Macroeconomia.....	38
II.4.3. Outros domínios Económicos.....	39
II.4.4. A Imagem do País no Plano Internacional	40
II.5. O Lugar das Pescas em São Tomé e Príncipe.....	49

CAPÍTULO III: Dos Acordos das Pescas aos Acordos de Parceria no Domínio das Pescas - União Europeia/Países ACP

III.1. O Histórico.....	54
III.2. Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a União Europeia e a República	70

CAPÍTULO IV: Cabo Verde e as Atividades Económicas – O Lugar das Pescas

IV.1. Cabo Verde e as Atividades Económicas	73
IV.2. Pesca Artesanal de Cabo Verde.....	75
a) Pesca Industrial e Outras Estruturas das Pescas.....	76
IV.3. Acordo de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e a República de Cabo Verde.....	77
IV.4. Análise SWOT – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Estruturas artesanais e Benefícios dos APP.....	80
CONCLUSÃO.....	84
Ponderações Finais.....	84
BIBLIOGRAFIA.....	101
ANEXOS.....	IX
CV.....	XXIII

Índice de Quadros:

Quadro 1.II- Table of Actions by the Compliance Committee Regarding Cases of Non-Compliance.....	VIII
Quadro 1. III- Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 1984 a 1990.....	55
Quadro 2. III- Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 1990 a 1996.....	56
Quadro 3. III- Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 1996 a 2002.....	58
Quadro 4. III- Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 2002 a 2006.....	60-61
Quadro 5. III- Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 2006 a 2014	62
Quadro1.IV- Recursos de Pesca, potencial, capturas médias e unidades Populacionais.....	IX
Quadro 2. IV- Análise SWOT CV/STP: Estruturas Pesqueiras Artesanais e Benefícios dos APP.....	78

Índice de Figuras:

Figura 1.1- Modelo de Apoio Conceptual.....	II
Figura 1.I - Algumas Tipologias de Armadilhas da Pescar Passiva.....	III
Figura 2.I - Algumas Tipologias da Pesca à Linha.....	IV
Figura 1.II - Gráfico da Evolução Populacional de STP.....	31
Figura 2.II - - STP: Gráficos dos Principais Produtos Exportados e Importados em 2011.....	34
Figura 3.II - Pontos de Desembarque da Ilha de São Tomé.....	V
Figura 4.II - Pontos de Desembarque da Ilha do Príncipe.....	VI
Figura 5.II – Gráfico do Potencial Haliêutico por Categoria de STP.....	45
Figura 6.II - Capturas da Pesca Artesanal e Semi-Industrial em STP.....	VII

Glossário de Siglas:

- ACP – Países de África, Caraíbas e Pacífico
ADBG – Africa Development Bank Group
AGROTEC – Revista Técnico- Científica Agrícola
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APP – Acordo de Parceria das Pescas
BCV – Banco de Cabo Verde
BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe
BEI – Banco Europeu de Investimento
CASA – Comissão dos Assuntos Sociais e do Ambiente
CBD – Convention Diversité Biologique
CE – Comissão Europeia/Communauté Européenne
CEE – Comunidade Económica Europeia
CCE - Comissão das Comunidades Europeias
CEC - Commission of the European Communities
CEFAC – Committee for Eastern Central Atlantic Fisheries
CEGUL – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
CNUDM- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CETMAR – Centro Tecnológico Del Mar
COFI – Committee on Fisheries
COREP - Regional Fisheries Committee for the Gulf of Guinea
CPIA – Política do País para a Inspeção e Avaliação
CRCV – Constituição da República de Cabo Verde
CV – Cabo Verde
DOBRA – Moeda Oficial de São Tomé e Príncipe
DGP – Direção Geral de Pesca
DGT – Direção Geral do Turismo
DIPA – Desenvolvimento Integrado das Pescas Artesanais na África Ocidental
DLP – Dicionário da Língua Portuguesa
DUECV – Delegação da União Europeia em Cabo Verde
EC – European Community
ECU – Moeda Oficial da Comunidade Económica Europeia

EIFAC - European Inland Fisheries Advisory Commission
EP – European Parliament
ESCUDO – Moeda Oficial de Cabo Verde
EURO – Moeda Oficial da União Europeia
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
GMASTP – Gabinete do Ministério do Ambiente de São Tomé e Príncipe
GOP – Grandes Opções do Plano
GOVCV – Governo de Cabo Verde
GBAD - Groupe de la Banque Africaine de Développement
HIPC – Países Pobres Altamente Endividados
IFI- Instituições Financeiras Internacionais
ICCAT – Comissão para a Conservação do Atum Atlântico
IOC – Intergovernmental Oceanographic Commission
IMO - International Maritime Organisation
INECV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
INDP – Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INERDSTP – Instituto Nacional de Estatística da República Democrática de São Tomé e Príncipe
INN – Pesca Não Declarada e Não Regulamentada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
ITIE – Iniciativa de Transparência da Iniciativa Extrativa
JO – Jornal Oficial
Km² – Quilómetros quadrados
MADRRM - Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos
MARAPA – Mar Ambiente e Pesca Artesanal (Organização Não Governamental de São Tomé e Príncipe)
MAPDR – Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural
MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MJCVCV – Ministério da Juventude de Cabo Verde
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NU – Nações Unidas
OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico

De Piroga não se Pesca ao Largo!

PADRP - Política de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

PAPAFPA – Programa de Apoio para a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal

PAPP – Protocolo do Acordo de Parceria no Domínio das Pescas

PE – Parlamento Europeu

PIOS - Pew Institute for Ocean Science

PIB – Produto Interno Bruto

PNGP – Plano Nacional de Gestão das Pescas

PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUE – Presidência da União Europeia

RCRIO+20 – Relatório à Conferência RIO+20

RDSTP – República Democrática de São Tomé e Príncipe

RTCV – Rádio Televisão Cabo-verdiana

SFP/ACP - Strengthening Fishery Products Health Conditions in ACP/OCT Countries

SENRP – Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

STP – São Tomé e Príncipe

TAB – Tonelagem de Arqueação Bruta

U.C. – The Earth Institute at Columbia University

UE – União Europeia

UNECA - United Nations Economic Commission for Africa

UNEP – United Nations Environment Programme

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

USD – Moeda Oficial dos Estados Unidos da América

ZC – Zona Costeira

ZEE – Zona Económica Exclusiva

1.1. INTRODUÇÃO:

São Tomé e Príncipe (STP) é um arquipélago constituído por duas ilhas, situado na latitude do Equador (0° 25'N de latitude e a 6° 20'E de longitude), sensivelmente a 350Km da costa oeste africana, mais propriamente a noroeste do Gabão, em pleno Golfo da Guiné. Dispõe de uma superfície de 1001Km² distribuídos pelas duas Ilhas: Ilha de São Tomé, com 859km² e do Príncipe, com 142km². Inclui ainda um conjunto de ilhéus como o das Rolas e Cabras, em São Tomé, e os ilhéus de Bombom Caroço e das Pedras Tinhosas, no Príncipe (Horemans, 1994:4; CGD, 2006:10; Almeida *et al.*, 2008: 48)

Com cerca de 160 000Km² de Zona Económica Exclusiva (ZEE) e um potencial de biomassa piscícola global estimado em 29 000 toneladas/ano (FAO, 2009:14), as águas santomenses possuem uma biodiversidade marinha relevante onde estão registadas “185 espécies e 67 famílias confirmadas, sendo que vinte e sete destas espécies constituem novos registos” para a ciência (Afonso *et al.*, 1999:65). O arquipélago constitui, ainda, um importante ponto de passagem nas rotas migratórias de aves e mamíferos marinhos (*Ibidem*), como é o caso das baleias corcundas que “migram entre a Antártida e o Golfo da Guiné” (U.C. *et al.*, 2008: 19). Todas estas particularidades suportam vários sectores da economia do país e desempenham um papel fundamental a nível social, particularmente nas comunidades que dependem da pesca artesanal.

Porém, e a par de alguns países da costa africana, em STP uma significativa parte dos *stocks* de pequenos peixes pelágicos estão em declínio (UNDP, 2012:69).

Embora a estrutura da plataforma continental não seja muito extensa, e os ventos e correntes oceânicas que assolam o arquipélago resultem na ausência do *upwelling*, limitando o potencial piscícola, é a sobrecarga das atividades pesqueiras que mais contribui para a escassez de peixe nas zonas costeiras (Rio, 2013).

Data de 1984 a celebração do primeiro Acordo das Pescas entre a União Europeia (UE) e STP, mas foi a partir de 2006 que o termo “parceria” passou a figurar nos Acordos - Acordos de Parceria no Domínio das Pescas.

O protocolo em vigência, que compreende o período de 3 de maio de 2011 a 12 de maio de 2014, estabelece, entre outros objetivos, a cooperação económica, técnica e científica, um montante específico para o desenvolvimento do sector e a promoção de

um quadro de parceria para uma política de pesca sustentável nas zonas pesqueiras santomenses. Por sua vez, inserido na Política de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (PADERP) e nas Grandes Opções do Plano (GOP) de STP, estão definidos como eixos prioritários, para tornar o sector pesqueiro tecnologicamente mais avançado e globalmente mais competitivo, a implementação e o acionamento dos mecanismos que asseguram o seu desenvolvimento, a sustentabilidade dos seus recursos haliêuticos, assim como a conservação dos ecossistemas. O reforço das capacidades institucionais no âmbito da formação de quadros qualificados, bem como a formação profissional dos pescadores e das palaiês¹, o melhoramento das condições infraestruturais para que a produção e processamento da pesca artesanal possa ser comercializada, nomeadamente para os mercados da UE, são também contemplados (JOL136, 2011:5-6; GOP, 2012:20).

Com base nestes considerandos tentou-se, à luz do quadro teórico e da metodologia adotada, encontrar respostas para as seguintes questões formuladas:

- i) Que verdadeiros benefícios adquiriu a pesca artesanal santomense através dos Acordos das Pescas de 1984 a 2005 e dos Acordos de Parceria das Pescas no Domínio das Pescas de 2006 em diante?
- ii) Que benefícios efetivos adquiriu a pesca artesanal santomense através dos esforços do Governo do país?
- iii) Tendo em conta o novo termo “parceria”, este constituiu de facto um fator substancial de mudança ou não passa de mais uma retórica semântica²?

1.2. Estrutura do Trabalho:

Para além do meu gosto particular pelas pescas, e do facto de descender de santomenses, o interesse pelo presente tema e país consolidou-se ao longo das

¹ Palaiês – vendedeiras de peixe.

² Tendo em conta que a UE, ao longo de várias décadas, foi reformando o conceito de relação para com os países em desenvolvimento – ajuda, cooperação, parceria – e sabendo-se que a semântica é a parte da linguística que se ocupa não só da significação das palavras mas, também, do sentido evolutivo das mesmas, assim como o significado da palavra retórica, numa das variantes, é a arte de bem falar, o uso da expressão “retórica semântica” pretendeu dar maior ênfase aos termos tantas vezes eloquentemente referidos nos discursos da UE, pretensamente oferecendo mais-valias aos países em desenvolvimento como, no caso, a São Tomé e Príncipe.

aprendizagens obtidas através das matérias, das várias disciplinas, lecionadas no ano curricular do mestrado em Estudos Africanos. Acredito que com esta tese de dissertação possa contribuir para a reflexão sobre a dinâmica das pescas em STP, estimular o interesse a investigadores das diferentes áreas científicas, para o alargamento deste estudo de caso e, quiçá, contribuir para o desenvolvimento de mecanismos com vista ao melhoramento da pesca artesanal santomense.

O primeiro capítulo contempla o estado da arte. No que toca ao conceito “pesca” mencionam-se as suas tipologias, e faz-se referência a outras dinâmicas que lhe versam ligações diretas com vista ao desenvolvimento das zonas costeiras (ZC). Alude-se à situação mundial das pescas e às metodologias utilizadas, pelos órgãos oficiais mundiais responsáveis pela sustentabilidade das mesmas, que visam a mitigação de alguns dos fatores que constroem a continuidade das atividades, particularmente da pesca artesanal.

No segundo capítulo figura uma breve resenha histórica sobre STP e refere-se, em síntese, a evolução do quadro político nacional desde a independência ao momento atual, assim como os aspetos gerais das dinâmicas sociais e económicas. Estas abordagens permitiram chegar à caracterização da situação atual do país no âmbito político e populacional, e facilitaram a compreensão das características dos vários sectores económicos existentes, tendo-se realçado a situação das pescas no país, em particular da pesca artesanal.

No terceiro capítulo analisa-se os acordos das pescas da UE com os países ACP, o seu percurso evolutivo, assim como as razões históricas que conduziram ao surgimento do termo “parceria” e o seu conceito. Num dos subpontos deste capítulo faz-se particular reparo às convergências e dissonâncias de alguns pontos dos protocolos celebrados entre a UE e STP, desde 1984 ao APP vigente, e abre-se o debate em torno das mesmas.

As características dos APP realizados entre a UE e STP, em vigência, são na sua essência idênticas às do APP entre a UE e Cabo Verde (CV). Embora haja particularidades geográficas, nomeadamente diferenças nos níveis dos recursos haliêuticos e *modus operandi* distintos, entre os dois arquipélagos, o atual nível do sector pesqueiro cabo-verdiano poderá suscitar comparações com o de STP no respeitante às estruturas pesqueiras.

Nesta perspectiva, o quarto capítulo, além de conter uma breve síntese sobre os aspetos gerais de CV, sobretudo nos âmbitos social e económico, remete para a abordagem das características do sector pesqueiro que serviram de apoio à elaboração de uma análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades) dos subsectores artesanais de ambos os países, particularmente balizadas nas estruturas pesqueiras existentes e nos benefícios adquiridos através dos APP.³

1.2.1 Metodologia:

As problemáticas que focalizam as dimensões do campo social remetem para a adoção do método do estudo de caso. Robert Yin, por exemplo, sugere a adequação do método para a exploração, compreensão ou descrição de um evento ou processo, quando a procura de conexões de um ou múltiplos fatores (Onde, Como, Quando e Porquê) se tornam determinantes para a alteração, ou não, das dinâmicas desse evento ou processo, ou simplesmente quando o objeto é apenas descrito ou analisado à escala de pormenor ou na globalidade (Yin, 2003: 16-19).

O enfoque do presente estudo de caso liga uma atividade à intervenção de um determinado processo combinado, cujas orientações são sustentadas em critérios pré designados e tidos como promotores do progresso dessa atividade, em várias das suas dimensões. A análise da eficácia de alguns daqueles desígnios foi tratada em duas fases, sendo que a primeira consubstanciou o diagnóstico e a segunda a afirmação ou infirmação das questões formuladas, mediante os resultados obtidos através das técnicas metodológicas utilizadas.

A triangular ligação do enfoque temático às questões sociais, ambientais e económicas, é fundamentada pelas referências às atividades pesqueiras, ao carácter alternativo das práticas e à preponderância das mesmas na vida das comunidades piscatórias, e pelas garantias, ou não, da continuidade das suas atividades no âmbito ecológico, assim como no referente aos valores pecuniários envolventes e ao carácter cooperativo presente no novo conceito “parceria”.

A ligação à economia é sustentada, pois, na gestão das contrapartidas financeiras obtidas através dos acordos das pescas, pelas vantagens que o sector pesqueiro proporciona em termos de entrada de divisas, além da sua importância

³ Ver ANEXO A

enquanto meio de sustento das comunidades piscatórias. As questões relativas à sustentabilidade dos recursos haliêuticos estão associadas ao fator ambiental, no garante da continuidade das atividades pesqueiras, principalmente das artesanais. Todas estas questões estão, por inerência, apostas às questões sociais.

No quadro conceptual a recorrência às três epistemologias assentam, deste modo, nos conceitos-chave Pesca, Sustentabilidade e Parceria/UE.

a) Limitações da Metodologia Utilizada

A abordagem sobre as pescas implica uma investigação bastante específica, remetendo para literaturas de relatórios de avaliações e documentos administrativos mas, não raras vezes, acarreta constrangimentos e incertezas (Chauveau, 2000:17).

Para o presente estudo de caso surgiram várias limitações:

i) Os Acordos das Pescas relativos aos anos de 1987/1990, 1990/1993 e 1996/1999, não estão disponíveis nos *sites* oficiais da UE, pelo que se teve que recorrer a fontes citadas. Sentiram-se as mesmas dificuldades relativamente aos relatórios de avaliações *ex-ante* e *ex-post* da UE. Os documentos disponíveis sobre os vários sectores económicos, particularmente sobre as pescas em STP⁴, são escassos e, muito embora uma grande parte dos relatórios tivesse sido realizada em 2009, 2011 e 2012, apresentam dados relativos a 2007 e 2008, e em alguns casos até a 1986, não permitindo uma visão mais atual daquela atividade, em todas as suas dimensões. Mesmo no caso dos relatórios mais recentes, nomeadamente da União Europeia, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e até mesmo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), contemplam maioritariamente estimativas e projeções, para além de se referirem ao sector quase sempre na globalidade, *ie*, juntamente com a agricultura e/ou aglomerando a agricultura, silvicultura e caça. Ainda assim, tentou-se fazer uma equilibrada gestão documental, através de filtragens a algumas informações, valorizando-se as que se mostraram mais atualizadas, sem contudo se deixar de referenciar as informações que contêm manifestas discrepâncias.

⁴Embora se verifiquem alguns constrangimentos no acesso à documentação, relativa ao sector pesqueiro, em Cabo Verde há claramente maior facilidade em obter a informação procurada.

Acredita-se ter reduzido as anacronias e evitado a distorção da análise, a qual se pretendeu o mais precisa possível.

ii) Considero que os inquéritos e/ou entrevistas *in situ* são importantes técnicas para a sistematização dos dados. Teria sido por isso desejável a realização de pesquisa no terreno para este estudo de caso. Não tendo sido possível deslocar-me a São Tomé, e realizar a referida pesquisa, restringi as técnicas metodológicas a um *mix* de informação assente em dois eixos:

1.º- Diagnóstico temático baseado em relatórios e pareceres técnicos, recomendações oficiais, protocolos dos Acordos das Pescas e de Parceria no Domínio das Pescas, bem como artigos sobre a matéria, obtidos através de fontes diversas; outras literaturas requisitadas na sua grande parte na biblioteca do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e algumas no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEGUL).

2.º- Por ser através de entrevistas semi-diretivas que se verifica o que estruturalmente “já se conhece e se consegue saber se houve ou não evolução do processo em estudo” (Ghiglione, 2001: 19 e 66), tornou-se importante a recolha de informação nas perspetivas *outsider* e *insider*.

Através de duas entrevistas semi-diretivas, presenciais, a dois investigadores na matéria (Carlos Sousa Reis, Biólogo de formação e ex-Professor Universitário, e Gonçalo Carneiro, investigador do *World Maritime University*), retiveram-se importantes informações para este estudo de caso.

O confronto de informações na perspetiva *insider* teria valorizado a investigação. Neste sentido foram feitas várias tentativas para a obtenção de entrevistas a entidades governativas de STP, sem qualquer êxito. Face à total ausência de respostas optou-se por considerar, na perspetiva *insider*, o parecer de Jorge Carvalho do Rio, Diretor da Federação das Organizações Não Governamentais (FONG), e Presidente da ONG Mar Ambiente e Pesca Artesanal (MARAPA), a operarem no país, de resto, a única pessoa, com relação direta com STP, que respondeu ao apelo.

CAPÍTULO I: Pescas no Mundo – Mediações e Conceitos

I.1. Situação Mundial dos Recursos Pesqueiros – Conceitos

Desde os tempos mais remotos que a pesca faz parte das atividades humanas, não se encerrando apenas em conteúdos dos *fora* sociais, do simbólico e identitário, mas abarcando as particularidades dos “sistemas de organização de produção [e] as características tecnológicas” (Amorim,2001:7), assim como as esferas económicas, políticas e, sobretudo, ambientais.

Apoiando a subsistência a cerca de 540 milhões de pessoas em todo o mundo (8% da população mundial), das quais mais de 90% vivem nos países em desenvolvimento (IOC *et al.*, 2011:18), a pesca é um importante pilar social que assegura, direta e indiretamente, emprego a cerca de 200 milhões de pessoas no mundo (NU, 2012), fornece 16,6% de proteína animal necessária à sobrevivência humana, sendo que 6,6% representam todas as proteínas consumidas (FAO, 2012:6-7). Além de proporcionar atividades de comércio, indústria e recreio, “é uma estratégia para a segurança alimentar” uma vez que o consumo de peixe representa “uma fonte de proteínas de alta qualidade e nutrientes para as populações”, podendo mesmo contribuir para a redução da mortalidade infantil e materna (EPC,2010:1). Reúne ainda um considerável número de vantagens que poderão ser utilizadas, através do rendimento que proporciona, na “educação ou cuidados de saúde” (*Ibidem*). Por todas estas razões a pesca é considerada como um importante pilar económico nas sociedades dependentes dos oceanos (Vasconcelos, 2003:2).

O debate sobre as pescas tem marcado as agendas regionais e internacionais, sobretudo pelas preocupações associadas ao contínuo aumento populacional, estando previsto para 2050⁵ que o número de habitantes se situe nos 9,2 mil milhões, com maior impacto nos países em desenvolvimento (FAO, 2009:8a). Neste sentido, a consequente e incessante procura de sustento através dos recursos marinhos afetará todos os componentes haliêuticos, fazendo perpetuar as teorias malthusianas⁶,

⁵ A título de comparação, a população mundial em 1972 era de apenas 3,85 mil milhões de habitantes e no final de 2012 situava-se em 7,06 mil milhões (UNEP, 2013:2-3).

⁶ Thomas Robert Malthus, economista, estatístico e demógrafo britânico; viveu entre os Séculos XVIII e XIX, e sustentou a teoria relacional da progressão geométrica da população com o crescimento da oferta alimentar em progressão aritmética. Alertou para a necessidade do controlo da natalidade face às baixas taxas de mortalidade, fixando que o crescimento desordenado das populações implicaria na falta de recursos alimentares para o seu sustento.

tornando-se urgente a procura de soluções que garantam a durabilidade daqueles recursos e a satisfação das necessidades humanas.

Se tempos houve em que os recursos pesqueiros eram tidos como inesgotáveis, como afirmava Huxley (Vasconcelos, 2003:1) em 1883, o passar do tempo veio provar que a sua riqueza e variedade “ainda que sendo renováveis”, são limitadas (Moniz *et al.*,2000:3), e necessitam abordagens e conceitos diferentes dos outrora sustentados (FAO,1995:iv-v; CMIO,1998:31; Agenda2, 2012; NU, 2012).

O paradigma que defende que o bem-estar e a ambição de alguns, no presente, “não pode pôr em causa a necessidade de muitos, amanhã” (Vasconcelos, 2002:2) é a justaposição das premissas inscritas no relatório de *Brundtland* de 1998 sobre o desenvolvimento sustentável, as quais envolvem todos os recursos naturais, os domínios sociais e económicos, e cujo objetivo se centra em alcançar de forma harmoniosa a fruição e a preservação ambiental, *ie*, usufruir dos recursos sem agredir o funcionamento dos ecossistemas (FAO,1995:13; PE, 2008; NU,2012).

Mas as fragilidades que se detetam no meio marinho, tanto pela via do aumento das capturas – cerca de 52% “dos recursos pesqueiros marinhos do mundo, estão totalmente explorados, ou atingiram o máximo admissível”, 28% dos *stocks* estão “sobrepescados, esgotados ou em via de recuperação”(FAO, 2009b), e 85% estão sob uma forte pressão (NU, 2012) – como pelas “alterações [climáticas] sejam elas de origem natural ou antrópica” (Vasconcelos, 2003:2), por esta última origem expressa nos derrames de petróleo e águas radioativas advindas dos acidentes nucleares, além de outros tidos como comuns, estão retratadas no “aquecimento, aumento do nível do mar, acidificação, etc.” (Ruivo, 2011:6) das águas marinhas, pondo em causa a continuidade das atividades pesqueiras, em todas as suas dimensões, às presentes e futuras gerações.

A história das pescas está marcada por inúmeras fragilidades derivadas de causas naturais mas são os “excessos cometidos pelo homem” que acabam por se refletir adversamente em todos os utilizadores dos sectores pesqueiros, com maior incidência nas comunidades que dependem fortemente da pesca artesanal. Para além de todos os efeitos provenientes das causas naturais, estas comunidades confrontam-se, ainda, com as frotas nacionais e estrangeiras que estão tecnologicamente “melhor equipadas e dimensionadas” para pescar mais fundo e em maior quantidade e mais longe. Estas práticas fomentam lutas desiguais que acabam, não raras vezes, em “instabilidade social e económica” (Vasconcelos, 2000:xi;xii).

I.2. Mediação Institucional para a Sustentabilidade Haliêutica Mundial

A mitigação da crise pesqueira mundial, caracterizada, principalmente, pela sobrepesca e pelos elevados níveis de poluição nos mares e oceanos, é um dos objetivos a alcançar por várias organizações mundiais, tanto governamentais como não-governamentais. No âmbito das Nações Unidas merecerá relevo a *Convention on Biological Diversity* na sua *Tenth Meeting of the Conference of the Parties*, realizada em janeiro de 2011. No final desta conferência, foram tomadas posições de encorajamento direcionadas aos governos e às organizações internacionais para que, numa base regional, sub-regional ou coletivamente, fossem encontradas as medidas apropriadas para a conservação e uso sustentável das zonas ecológica e biologicamente significativas, ou mais frágeis (UNEP *et al.*, 2011:254).

As preocupações da comunidade internacional, sobre todos os problemas que põem em risco a manutenção dos *stocks* em níveis que garantam os processos ecossistémicos e permitam a atividade pesqueira para todos os utilizadores, têm vindo a ganhar cada vez mais eco a nível mundial. No âmbito da sobre-exploração, pesca não declarada, não regulamentada e rejeições, as prevenções estão espelhadas nos constantes reforços às estratégias já implementadas e na exigência da manutenção do equilíbrio dos recursos haliêuticos para o futuro próximo, como confere o objetivo-6 da Convenção da Diversidade Biológica, o qual projeta que até 2020 as colheitas de todas as unidades populacionais de peixes, invertebrados e plantas aquáticas serão realizadas de forma equilibrada, que a gestão das pescas será consumada de forma a garantir a sustentabilidade de todas as espécies e que os *stocks* ameaçados recuperarão para níveis ecologicamente seguros, através da implementação dos planos e das medidas já existentes (CBD, 2013:2).

O espaço temporal que medeia o presente com o ano 2020, e tendo em conta que a crise pesqueira com que o mundo ainda se confronta, torna difícil a concretização do requerido equilíbrio dos recursos haliêuticos e a fruição equitativa para todos os seus utilizadores.

Outra das organizações ligada às Nações Unidas que agiliza mecanismos para o desenvolvimento de programas de ação, visando a “promoção da pesca responsável” (FAO,1995:1-3), é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Data de 1994 a entrada em vigor do Código de Conduta, desta instituição, o qual tem por base as normas inscritas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 10 de dezembro de 1982.

O Código surgiu pela necessidade de uma nova abordagem sobre a pesca, tendo sido sugerida pelo “Comité das Pescas”⁷ (COFI), na sua XIX Sessão da Conferência em março de 1991, a definição de novos conceitos com vista a fortalecer e garantir uma pesca responsável. Definidos os novos conceitos, e no decurso da Conferência Internacional sobre a Pesca Responsável de 1992, em Cancun, foi recomendado de novo à FAO que procedesse à preparação de um Código de Conduta Internacional no qual constassem os referidos conceitos, bem como outras definições consideradas importantes para uma pesca responsável.

Os resultados da Conferência, sobretudo a Declaração de Cancun, representaram importantes contributos para a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, em 1982, em particular para o Programa Agenda21, também conhecido por Plano de Ação.⁸

Em 1993 o acordo, que tinha inscritas normas para os utilizadores dos navios de pesca em alto mar, e medidas internacionais para uma boa gestão e conservação dos recursos pesqueiros, foi adotado pela FAO na XXVII Sessão da sua Conferência.

Outras importantes recomendações e decisões para o sector das pescas foram surgindo até à elaboração definitiva do Código, finalmente adotado na Conferência da FAO de 31 de outubro de 1995.

Consolidando as regras jurídicas para uma gestão integrada do desenvolvimento e para uma equilibrada utilização dos recursos pesqueiros, este Código atribuiria, ainda, aos Estados Costeiros, direitos e responsabilidades sobre a matéria, proveria a pesca com um estatuto de reconhecimento internacional e conferir-lhe-ia um novo conceito⁹ (FAO, 1995:v).

⁷O Comité das Pescas é um instrumento subsidiado pela FAO que examina os problemas existentes relativos à pesca e à aquicultura a nível mundial e procede às recomendações periódicas consideradas elementares para a boa governação do sector. Para além deste desempenho atua como fórum instrumental nas negociações dos acordos a nível mundial (FAO, 1995:39).

⁸O Programa Agenda21 desempenha funções de carácter operacional e comporta diversos capítulos que tornam praticáveis as propostas, ou os conteúdos, de várias convenções formais.

⁹O inscrito tem na sua base o exposto no artigo 61º da Convenção do Direito do Mar (CNUDM,1984:41). De referir ainda que o Capítulo17 desta Conferência enfatiza a responsabilidade coletiva dos utilizadores dos recursos, tendo adjacente o cumprimento

A necessidade de reajustamentos, ou reforços, para cumprimento das normas estabelecidas, tem sido intensamente projetada para o núcleo dos países costeiros e para todos os utilizadores dos recursos pesqueiros.

Nesta perspetiva, o COFI continua a examinar os problemas existentes relativos ao sector, incluindo a aquicultura, a nível mundial, e a proceder periodicamente às recomendações consideradas elementares para a sua boa governação. Estas recomendações têm como destinatários os governos e organismos das pescas, as Organizações não-governamentais os trabalhadores do sector, assim como a FAO e toda a comunidade internacional.

Enquanto fórum instrumental, na 30ª Conferência de Roma – *Priorités du programme de travail et du plan à moyen terme (PMT) en ce qui concerne les pêches et l'aquaculture* - realizada entre 9 e 13 de julho de 2012, este Comité abraçou, entre outras, as recomendações dos conferencistas representantes da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), algumas das quais recaíram na necessidade de revisão das políticas das pescas, particularmente no respeitante aos desperdícios efetuados pelas rejeições de espécies de peixes não rentáveis e no reforço das capacidades nacionais respeitantes à segurança alimentar, bem como a atualização de dados estatísticos (FAO, 2012:6a).

De entre os vários pontos assinalados na referida conferência, as questões relativas às alterações climáticas mereceram igual relevância. Neste sentido, o COFI/FAO tomou nota dos apelos dos conferencistas do Próximo Oriente, algumas das quais recaíram no pedido de auxílios para o melhoramento das capacidades técnicas em matéria de tratamento de dados. Instou, ainda, no pedido aos Estados Membros para o aumento dos financiamentos e incentivos à promoção da economia verde para o sector, assim como do reforço das capacidades das comunidades pesqueiras, com vista a habilitá-las com os necessários instrumentos para adaptação e mitigação dos impactos decorrentes das alterações climáticas nas pescas, seus principais meios de subsistência (*Ibidem:67*).

Efetivamente, tanto os desperdícios efetuados pelas descargas/rejeições de espécies de organismos marinhos não rentáveis ou de dimensões inferiores ao permitido, os quais põem em causa as estruturas e os circuitos funcionais dos

efetivo, conservação, gestão, segurança e desenvolvimento dos recursos aquáticos, assim como o respeito pela preservação dos ecossistemas e biodiversidade.

ecossistemas, assim como os efeitos devastadores das alterações climáticas, culminam, inevitavelmente, na diminuição dos volumes das capturas (IOC *et al.*, 2011:13-14), afetando todos os utilizadores, com maior impacto para os que estão totalmente dependentes e sobrevivem da pesca artesanal nas zonas costeiras e insulares.

Neste sentido, e inserido no âmbito da preparação da Conferência RIO+20 de 2012, várias Agências das Nações Unidas – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), *Intergovernmental Oceanographic Commission* (IOC), *International Maritime Organisation* (IMO), *Food and Agriculture Organization of United Nations* (FAO) and *United Nations of Development Programme* (UNDP) – listaram diversos pontos, considerados prioritários, para serem debatidos, naquela conferência, dos quais se destacam os que reforçaram alguns dos apelos do NEPAD:

- Jusqu'à 40 % des océans sont particulièrement touchés par l'activité humaine, y compris la pollution, la surpêche et les pratiques de pêche destructrice, de même que par la disparition des habitats côtiers.
- La quantité de poissons et autres espèces capturés par inadvertance (prises accessoires) pendant que les bateaux cherchent à pêcher une autre espèce de poisson a été estimée à plus de 20 millions de tonnes à l'échelle mondiale en 2010, soit l'équivalent de 23 % de tous les poissons et autres espèces capturés. Ce nombre continue d'augmenter. Les prises accessoires, qui sont habituellement rejetées mortes à la mer, menacent les espèces menacées et contribuent au déclin de la pêche (NU, 2012)

Com a mesma premência, a UNESCO/IOC lançou um repto aos países de todo o mundo, sobretudo os países costeiros, para que as ações que visam a mitigação dos efeitos devastadores das alterações climáticas as quais, segundo a mesma, adicionam novas preocupações às populações, aos investidores e decisores políticos, sejam postas em prática de imediato dada a gravidade da situação a nível global (UNESCO *et al.*, 2012:3-46). Estas revelações vão, de algum modo, ao encontro dos, supramencionados, apelos do Próximo Oriente.

Para além do lançamento deste repto foi elaborado o *Guide sur les options en zones côtières à l'attention des décideurs locaux*, onde constam dez fichas que resumem os casos de erosão costeira em risco iminente, como são exemplo as que ocorrem na Gâmbia, Gana, Mauritânia, Nigéria e Senegal, considerados, pela presente

entidade, como situações as mais graves dos países do litoral africano. A situação de risco nestes países deve-se não só às consequências do aquecimento global e à frequência dos ventos cada vez mais fortes vindos d' oeste, como às provenientes das práticas humanas; extrações de areias destinadas à construção, construções e obras perpendiculares às respetivas costas litorais, desflorestações das dunas litorais e dos mangais¹⁰. Para estes casos foram adotadas diferentes sugestões com a finalidade da adaptação aos novos cenários, nomeadamente, a construção de muros e colocação de estacas para prevenção das inundações e controlo dos movimentos das areias, respetivamente, ou a alimentação das praias através da dragagem de sedimentos e a reconstrução dos mangais, entre outros. Estas sugestões serviram ainda de modelo para serem adotadas noutros países, africanos ou não, que apresentem os mesmos e/ou outros óbices que afetam diretamente a preservação dos ecossistemas, vitais à biodiversidade e à sustentabilidade das atividades económicas, particularmente do turismo e das práticas pesqueiras (*Ibidem*,4 -36).

De igual relevância está o patenteado nos pontos 30 e 280 do relatório final da Conferência RIO+20, os quais têm consolidado o desenvolvimento das economias com potenciais recursos, numa base sustentável, e o apoio aos países em desenvolvimento, em particular os menos desenvolvidos em matéria de capacitação. Estes pontos estiveram na base do convite que os conferencistas direcionaram a todas as Agências do Sistema das Nações Unidas, bem como a outras organizações internacionais relevantes, para porem em marcha planos que alberguem as propostas apresentadas:

Ponto 30: We recognize that many people, especially the poor, depend directly on ecosystems for their livelihoods, their economic, social and physical well-being, and their cultural heritage. For this reason, it is essential to generate decent jobs and incomes that decrease disparities in standards of living in order to better meet people's needs and promote sustainable livelihoods and practices and the sustainable use of natural resources and ecosystems.

¹⁰ Os mangais são ecossistemas característicos das costas abertas das regiões tropicais e subtropicais. Ecologicamente os mangais são importantes para o enriquecimento da costa em nutrientes, para a reprodução e abrigo de peixes e crustáceos, bem como para uma grande variedade de aves, servindo ainda de suporte a diversas comunidades de micro e macro flora e fauna terrestre e aquática. Desempenham, também, um importante papel de proteção às zonas litorais contra as agressões terrestres e marinhas, bem como a sua estabilização.

Ponto 280: (a) Sharing sustainable practices in various economic sectors; (b) Enhancing knowledge and capacity to integrate disaster risk reduction and resilience into development plans [...] (NU, 2013:5 e 52 a).

Os apelos e mecanismos desenvolvidos, tanto para a adaptação aos novos cenários das alterações climáticas como em relação à poluição, riscos costeiros e sobre-pesca, têm sido ouvidos a nível mundial e levado à promoção de várias iniciativas em prol da mitigação, destas e de outras dificuldades, que acabam por interferir, inevitavelmente, nas pescas. A União Europeia, por exemplo, tomou, também, algumas decisões sobre estas matérias.¹¹

Inseridas na reforma da sua Política Comum das Pescas (PCP), a UE deu prioridade à necessidade de pôr fim às rejeições dos peixes não rentáveis ao mar, assim como à rápida implementação de estratégias para debelação dos efeitos das alterações climáticas.

Merecendo a concordância do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho da União Europeia, foram dados por finalizados os ajustes que permitiram a elaboração do novo regulamento da PCP o qual vigorará, progressivamente, a partir de 2015.

Entre outros pontos, está expresso em várias das alíneas do artigo 10º daquele documento a restrição das rejeições do peixe não rentável (ou outras), e o aproveitamento das mesmas para além do fabrico de óleo e farinha de peixe, assim como várias medidas para pôr fim, ou pelo menos limitar, progressivamente a sobre-pesca (PE, 2013:5).

No âmbito das alterações climáticas, o PE e a CE derogaram temporariamente a Diretiva 2003/87/CE relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; destaca-se uma parte da Declaração da Comissão inscrita no Jornal Oficial da UE de 25 de abril de 2013:

¹¹Convirá deixar uma nota relativamente à Comissão das Pescas, Órgão integrado no Parlamento Europeu da Comunidades Europeias, que tem a responsabilidade “do funcionamento e desenvolvimento da política comum das pescas e respetiva gestão; conservação dos recursos da pesca; organização comum do mercado dos produtos da pesca; política estrutural nos sectores da pesca e da aquicultura, incluindo os instrumentos financeiros de orientação da pesca; acordos internacionais de pesca” (PE, 2009:22).

A Comissão recorda que, em conformidade com o artigo 3.º -D da Diretiva 2003/87/CE, as receitas geradas pelos leilões das quotas de emissões da aviação devem ser utilizadas para combater as alterações climáticas na UE e nos países terceiros, nomeadamente para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, para promover a adaptação aos impactos das alterações climáticas na UE e nos países terceiros, em especial nos países em desenvolvimento [...] (JOL113, 2013:4).

O desejável seria que outras organizações e/ou governos dos países de todo o mundo pusessem de parte as conveniências políticas e agissem verdadeiramente em prol da sustentabilidade haliêutica. Não é o que se verifica, nem mesmo por parte de quem toma as iniciativas, neste caso a UE.

No que toca à sobre-pesca, continuamente praticada, os constantes discursos, reformas e implementações de regulamentos em defesa dos valores universais, particularmente em prol da sustentabilidade dos recursos haliêuticos, acabam por ser incongruentes com as práticas consumadas. Estas dissonâncias, entre o dizer e cumprir, são capazes de gerar ceticismos à comunidade científica e às sociedades civis, assim como manifestos de repúdio por parte de organizações vocacionadas para a defesa da natureza.

É o caso da Greenpeace que referenciou alguns países que pescam em águas territoriais africanas, ao abrigo de acordos, de usarem discursos distantes da realidade, chegando mesmo a acusá-los de estarem “a pilhar as águas da África Ocidental” (Correio, 2011:15), nomeadamente as “frotas de pesca ultramodernas vindas da Europa, Rússia, China, Japão e alguns outros países [que] pescam até ao esgotamento das reservas [...] sem se preocuparem com os pescadores locais”, como divulgado pela imprensa europeia em 27 de julho de 2009.¹²

As considerações desfavoráveis aos comportamentos estrangeiros vão mais longe. Em relação à UE, em particular, são referidas algumas incongruências patenteadas nas suas políticas de pesca e de desenvolvimento, ainda em vigência, e as práticas efetivas:

Mais de mil milhões de pessoas distribuídas por 40 Países em Desenvolvimento arriscam ver-se privadas da sua principal fonte de proteínas e de uma oportunidade

¹² Acedido em abril de 2013. Disponível em:

<http://www.presseurop.eu/pt/content/article/64131-arrastoes-europeus-pirateiam-costa-de-africa>

de saírem da pobreza, por causa da incoerência entre a política de pesca da UE e a política de desenvolvimento da UE.

As comunidades locais e de pequena escala não têm acesso prioritário, como deveriam ao abrigo do Código de Conduta para Pescas Responsáveis da FAO, e continuam a enfrentar dificuldades em competir com navios da UE subsidiados que sobre-exploram os stocks de peixe disponíveis, apesar do seu potencial para combater a pobreza. Para além disso, foram introduzidas novas barreiras não-tarifárias que tornam a exportação para a UE praticamente impossível para Países em Desenvolvimento (EPC, 2010:1).

Embora as diretivas que configuram o recente (já aprovado mas em fase de reajustamento) regulamento da PCP da UE vão no sentido do solucionamento de alguns destes desajustes e da cessação de algumas práticas inadequadas, a verdade é que em relação aos princípios inscritos na CNUDM, os quais figuram nos vigentes protocolos das pescas, designadamente os respeitantes à sustentabilidade dos recursos haliêuticos, não têm sido respeitados integralmente.

Não sendo desejável, presume-se que, depois da entrada em vigor da referida reforma, a falta de confiança instalada acabe por continuar a gerar dúvidas à comunidade científica, às sociedades civis e a algumas ONGs.

As pescas asseguram a nutrição, equilibram as economias e mitigam a pobreza, mas requerem práticas de exploração verdadeiramente responsáveis e justas para a continuação da fruição de todos os seus benefícios às presentes e futuras gerações (IOC *et al.*, 2011:18).¹³

Como nos relembra Paul Samuelson (1958), a posição de qualquer sector económico conseguida através de um determinado recurso não é estática; a uma época de prosperidade poderá seguir-se um pânico ou uma queda das produções, os benefícios poderão descer e a recuperação de um ciclo de afundamento poderá ser

¹³ Inserido num contexto mais abrangente, convirá lembrar dois dos princípios orientadores que arvoram a sustentabilidade dos recursos aquáticos, assentes na Convenção do desenvolvimento sustentável: Princípio 3 - O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras. Princípio 6 - Será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. As ações internacionais na área do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países (Agenda21,2012).

lenta ou rápida mas insuficiente ao restabelecimento desse recurso e /ou sector (Samuelson, 1958:325).

A conclusão de Kabala (1994), da sua análise aos problemas de África, no referente aos recursos naturais e ecossistemas, segue no mesmo sentido.

Segundo o mesmo, a falta de uma preservação ecológica efetiva despromove o desenvolvimento das sociedades humanas. Reconhece que o Homem prejudica muitas vezes o equilíbrio ecológico e por isso deverá assumir, com urgência, uma atitude responsável e honesta na utilização dos benefícios da natureza. Propõe políticas de desenvolvimento económico e social coerentes e que tenham em conta o objetivo prioritário que consiste em salvaguardar os benefícios da natureza em prol das necessidades humanas (Kabala, 1994:25-39-40-181).

Porém, posições contrárias às descritas repudiam o facto de se continuar a pôr o ser humano, com todas as suas tradições políticas, sociais e económicas, no centro das dinâmicas da natureza, significando que se vive em sociedades onde o não humano é desvalorizado e que o direito legitimado sobre os valores como a equidade e sustentabilidade continuam a girar em torno da espécie humana, em absoluto (Agyeman *et al.*, 2003:189).

I.3. Turismo Costeiro – Alguns Constrangimentos para a Pesca Artesanal

Numa época pautada pela consciência ecológica, não se poderá deixar de abordar o sector do turismo marítimo/costeiro sem o associar às pescas e ao termo sustentabilidade; termo inserido desde 1980 na Declaração de Manila, sobre o turismo mundial, e em 1997 sobre o impacto do turismo na sociedade.

Sucedidos de várias declarações e adoções, resultantes das inúmeras conferências realizadas, a Carta do Turismo e o Código do Turista, adotados em Sofia em 1985 pela Organização Mundial do Turismo (OMT), constituem marcos importantes para este sector (DGT, s.a.:2).

Entenda-se, genericamente, que turismo é a deslocação da pessoa para um determinado local diferente da área usual, desde que os motivos dessa deslocação não envolvam a permanência em quaisquer unidades de saúde, estâncias prisionais ou militares (JOL009, 1999:30).

O turismo é de facto tido como um importante sector para as economias regionais, a nível mundial, e em franca expansão. Segundo a informação do *World Tourism Organization*, de 28 de janeiro de 2013, o turismo aumentou 4% em 2012 relativamente a 2011, ou seja, passou de 996 milhões para 1 035 mil milhões de turistas internacionais.¹⁴

Embora as práticas turísticas venham a evoluir em prol da preservação da natureza, e a par das “motivações dos seus praticantes” (Brito, 1999:2), trazem inúmeras vezes associadas problemas de ordem ambiental, as quais têm apelado à reflexão de várias fações da comunidade científica, das sociedades civis mundiais e das ONGs.

A concentração do elevado número de visitantes junto às ZC, assim como os “efeitos devastadores” que outras dinâmicas que se ligam a este sector (Medeiros, 2013), transportam para os ecossistemas marinhos, têm gerado inumeráveis controvérsias, especialmente em relação aos *inputs* que o mesmo efetivamente proporciona às economias locais em desarmonia com os malefícios que origina.

Ao aumento dos visitantes impõem-se ampliações infraestruturais, direcionadas para o acolhimento, e o aumento das utilizações dos meios de transportes, os quais excedem, não raras vezes, as capacidades de aceitação do meio ambiente, o qual se vai manifestando com perturbações aos níveis dos solos, do ar e dos meios marinhos (PNUD, s.a.).

Alguns comportamentos, levados a cabo em vários países costeiros e insulares, mormente nos africanos da costa oeste, acabam por afetar os organismos marinhos. É exemplo o caso das tartarugas marinhas que habitualmente desovam nas areias junto às praias e cujo processo é muitas vezes perturbado, e conseqüentemente descontinuado (UNESCO *et al.*, 2012:38), como acontece, antagonicamente, em São Tomé e Príncipe¹⁵ pelo efeito do furto de areias das praias, as quais têm como destino a construção civil (CE, 2010:11).

¹⁴ Acedido em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://media.unwto.org/en/press-release/2013-01-28/international-tourism-continue-robust-growth-2013>

¹⁵ Têm-se intensificado, em vários países costeiros e insulares africanos, as iniciativas para pôr em prática os mecanismos de proteção às tartarugas marinhas. Em São Tomé e Príncipe os esforços alcançados neste âmbito foram premiados com a atribuição do Certificado das Reservas da Biosfera da Rede REDBIOS. A Sessão Solene teve lugar na cidade de Santo António do Príncipe no dia 4 de maio de 2013. Esta iniciativa acaba por transferir para o país uma maior responsabilidade em matéria ambiental a fim de manter o Certificado (UNESCO *et*

A redução dos ecossistemas lagunares provocada pelas construções de postos de ancoragem, portos e marinas, como acontece no Senegal (UNESCO *et al.*, 2012:38-39), a par do lançamento das águas residuais contaminadas, provenientes dos combustíveis, e/ou outros considerados como comuns, descarregados pelas embarcações nas águas de várias zonas do mundo, tanto nas pertencentes dos países em desenvolvimento como nas dos considerados desenvolvidos, constituem outros dos muitos exemplos de más práticas que provocam interrupções do normal processo evolutivo das espécies (fauna e flora) e do ciclo dos nutrientes necessários às cadeias alimentares dos animais do meio marinho, culminando na redução dos volumes de peixes nas zonas costeiras (PNUD, s.a.).

Inserido, também, no âmbito da Conferência RIO+20 de 2012, as referidas Agências das Nações Unidas fizeram constar no seu relatório os efeitos antrópicos nos oceanos e nas ZC mundiais, e propuseram quatro objetivos, ou planos, de ação imediata.

Em síntese, os objetivos vão no sentido da redução do *stress* nos oceanos e nas ZC, da manutenção ou restauro das estruturas e do funcionamento dos ecossistemas marinhos. Apela à necessidade da implementação de ações que visem a atenuação da acidificação dos oceanos, e propõem o desenvolvimento de um mercado global do carbono azul, como meio gerador de riqueza e simultaneamente protetor do ambiente. A construção de sociedades verdes nos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento, a criação de novos instrumentos de regulação económica e a geração de incentivos que ajudem a promover sociedades verdadeiramente ecológicas, são igualmente contempladas. No respeitante ao turismo não sustentável, propõem a utilização de medidas que promovam o turismo ecológico, e enfatizam a necessidade da participação das comunidades, especialmente as mais pobres, nos debates e iniciativas congéneres. Determinam, ainda, a necessidade da ampliação das ferramentas que tornam possível a perspetiva ecológica de outros sectores económicos, estreitamente ligados à economia do mar, e a capacitação dos recursos humanos para melhoramento das monitorizações nos oceanos e nas ZC. No âmbito institucional, apela à necessidade da criação de um quadro jurídico que vá além das jurisdições nacionais, a par de uma maior e melhor coordenação, coerência e eficácia

al., 2013:4). Mas não se poderá, no entanto, deixar de referir o facto de as tartarugas terem feito parte da base alimentar das populações piscatórias, sobretudo da Ilha do Príncipe, e das mesmas terem deixado de poder contar com este meio de sobrevivência sem que lhes tivessem sido dadas quaisquer compensações para fazer face à inibição do consumo.

do Sistema das Nações Unidas sobre as questões dos oceanos (IOC *et al.*, 2011:6-7). Estes objetivos são perfilhados no novo conceito *Blue-Green*.

O conceito de economia e sociedades *Blue-Green* insere-se, pois, numa lógica de sustentabilidade dos recursos ambientais, em conjugação com a economia, subscrevendo uma visão holística assente nos princípios da transparência das tomadas de decisões e do desempenho económico responsável, tendo no horizonte o penhor para as presentes e futuras gerações (*Ibidem*).

I.4. Pesca Artesanal no Mundo: Artes, Apetrechos, Métodos e Incertezas

Difícilmente se consegue definir pesca artesanal, também denominada pesca tradicional, de pequena escala, local e costeira, com um único critério. A sua complexidade é tanto maior quão vastas as zonas costeiras dos cinco continentes. No caso da costa oeste africana, por exemplo, da Mauritânia ao Congo, as artes de pesca artesanal podem abarcar diferentes engenhos e tipologias de embarcações, como são exemplo os pangaios,¹⁶ e as pirogas, os botes ou as canoas, a remos ou com motor,¹⁷ os quais poderão transportar, mediante os seus tamanhos, um ou vinte pescadores.

Os engenhos de pesca utilizados poderão ser os mais tradicionais (linhas e anzóis, palangres e redes de cobertura, para capturas de superfície e/ou profundidade) como os mais modernos, normalmente fabricados a partir de fibras sintéticas (coberturas, linhas e redes ou flutuadores, entre outros). Uma grande parte dos engenhos tem por base, ainda, os conhecimentos ancestrais enquanto outros vão sofrendo transformações por influência externa, advinda dos períodos coloniais ao presente momento, acabando por funcionar conjuntamente, como são testemunho as redes utilizadas para pesca passiva (pesca de espera, por vezes com armadilhas). Esta técnica é normalmente praticada em zonas costeiras, estuários, espaços lagunares, em vários países costeiros e insulares, tanto os banhados pelo Oceano Atlântico como pelos Índico e Pacífico; têm como finalidade a capturar de peixes, crustáceos e moluscos em grandes quantidades para dar resposta ao abastecimento das populações locais (Gerlotto e Stequert, 1978:1-2).

¹⁶Pequena embarcação africana e asiática a remos, com proa afilada (DLP,2007:1176).

¹⁷Embarcação feita a partir dos troncos das árvores que poderá medir até 20 metros de Diâmetro (Gerlotto e Stequert, 1978:1-2).

Segundo a FAO (2003), existem três tipos de pesca: pesca artesanal, cujas embarcações não deverão exceder os 10m de comprimento e, se desprovidas de motor, não poderão ir além das 6milhas da linha de costa; se motorizadas os motores não deverão ir além dos 100cv ou 74Kw e o limite da linha de costa não deverá ultrapassar as 12 milhas; pesca semi-industrial, a qual engloba embarcações com mais de 10m mas não superiores a 20m, e a potência propulsora não deverá exceder os 350cv ou 259Kw; pesca industrial cujas embarcações deverão ter um comprimento superior a 20m e a potência propulsora não poderá ir além 1500cv ou 1110Kw (FAO, 2003:559-560).

A pesca artesanal é, de facto, a tipologia que maior controvérsia gera face à sua caracterização (FAO *et al.*, 2008:5). Na Tailândia, por exemplo, uma embarcação com menos de 5TAB¹⁸ é considerada artesanal e poderá operar livremente na linha de costa do país (*Ibidem*). Por sua vez, nas Filipinas as embarcações artesanais com menos de 3TAB requerem autorização governamental para poderem operar até ao limite de 15 km da linha de costa; no Senegal todas as pirogas, independentemente da potência propulsora que comportem, são consideradas artesanais e operam sem restrições em toda a faixa costeira (FAO *et al.*, 2008:5). Consentâneos estão outros critérios quando considerada pesca de pequena escala ou de subsistência. A nível global, é associada aos baixos custos de capital, das tecnologias e à manufatura dos artefactos (linhas, redes, anzóis etc.) (*Ibidem*:6). As capturas são normalmente reduzidas, praticadas a curtas distâncias e em pouca profundidade. Faz, não raras vezes, parte das estratégias económicas das comunidades, servindo, em alguns casos, de complemento de outras atividades laborais e contribui sazonalmente para a melhoria alimentar de uma parte significativa das comunidades (Gerlotto e Stequert, 1978:3). Em alguns casos, ainda, o pescado é alternado entre ser comercializado, trocado por objetos e/ou outros alimentos, em mercados informais, ou consumido individualmente, em grupos de familiares ou amigos, perfilhando uma dualidade que alia a atividade de produção e as relações sociais (EIFAC, 2009:23).

De referir, também, a pesca lúdica ou desportiva a qual é praticada em grande parte das regiões costeiras e insulares, a partir de terra ou embarcada. Consiste na captura de animais aquáticos, com linha de mão ou linha com cana e carreto, mas não

¹⁸ TAB – Tonelagem de Arqueação Bruta

é uma atividade de carácter elementar para satisfação das carências alimentares nem, de um modo geral, para fins negociáveis em mercados (EIFAC, 2009:23).¹⁹

Uma significativa parte das práticas pesqueiras no mundo são artesanais mas, pelo expressivo aumento das rotinas e pelo estado deficitário em que se encontra grande parte dos *stocks* piscícolas, não existem garantias para a continuidade das mesmas (Vasconcelos, 2003:2; FAO, 2009b; Agenda21, 2012 e UNDP,2012:69). A escassez com que determinadas zonas do mundo se confrontam, sem capacidade de autossustento, adjuva os inúmeros problemas que vão dominando o debate em torno do assunto, sendo transversal o reconhecimento de que a pesca atravessa uma crise sem precedentes, em todas as suas dimensões, e com tendência futura de se agravar (Reis, 2013).

A frequência e intensidade das explorações pesqueiras, mediante acordos das pescas com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), suscitam o levantamento de questões quanto à sustentabilidade haliêutica em níveis que garantam a continuidade das pescas locais, já que as capturas de pescado têm vindo a diminuir significativamente desde o ano 2000, nomeadamente em alguns países da África ocidental (UNDP, 2012:69).

Um grupo de trabalho (GT) do *Committee for Eastern Central Atlantic Fisheries* (CECAF), integrado no PNUD, constatou que uma significativa parte de pequenos peixes pelágicos, ao longo das costas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Togo, Gana, Benim, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo e Angola, estão em declínio (UNDP, 2012:69). Face a esta realidade, aquele GT apelou à necessidade de pôr em curso um plano de gestão integrada dos recursos pesqueiros que garanta simultaneamente a mitigação da pobreza, uma vez que é nas zonas costeiras que se intensificam as atividades para a sobrevivência das populações mais pobres e onde se detetam as maiores fragilidades (*Ibidem*).

¹⁹A pesca desportiva é, também, uma referência de nível internacional em STP. São, periodicamente, realizados torneios em alto mar, sendo de registar, e sob informação do jornal *Téla-Nón* de 16 de abril de 2010, a 6ª edição da modalidade, que decorreu entre 17 e 24 de abril daquele ano, levada a cabo pelas instituições portuguesas, Associação Náutica Mar Atlântico (ANMA), “Marina de Albufeira e a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar” (FPPDAM). Acedido em março de 2012. Disponível em: <http://www.telanon.info/sociedade/2010/04/16/2938/comeca-este-domingo-o-sexto-torneio-internacional-de-pesca-desportiva-em-sao-tome/>

Para além das carências ligadas à falta de gestão integrada dos recursos pesqueiros existem outros fatores que tornam os referidos países mais vulneráveis que outros, também situados na costa ocidental africana, como os efeitos das alterações climáticas que afetam sobretudo os países insulares, como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Por outro lado, a posição geográfica de São Tomé e Príncipe, Gana, da República Democrática do Congo, do Gabão, da Costa do Marfim, do Togo e do Benim, bem como da Nigéria, dos Camarões, da Guiné Equatorial e Libéria, contribui para a referida escassez. As respetivas águas territoriais destes países, que partilham entre si o Golfo da Guiné, sofrem com a ausência do *upwelling*²⁰, ou seja, com menor abundância de pescado.

Quando comparados com alguns países do Norte de África, como a Mauritânia, por exemplo, cuja produtividade biológica no mar é considerada uma das maiores do mundo devido ao referido afloramento (Kock *et al.*, 2008:1120), damos conta da importância deste fator diferenciador. Contudo, e de um modo geral, a escassez de biomassa piscícola não é tão gritante nos países do Atlântico Norte africano não só pelo favorecimento geográfico mas, também, devido à maior e melhor gestão dos recursos pesqueiros; utilização de tecnologias de precisão na monitorização e vigilância das águas das suas respetivas jurisdições nacionais de uma forma mais integrada que nos países em referência. Embora se tenha conhecimento do aperfeiçoamento dos mesmos equipamentos em alguns dos países acima mencionados, como são exemplo Cabo Verde, Angola ou Nigéria, noutros são visíveis as carências com que os mesmos se confrontam na matéria, particularmente, no estudo em causa, São Tomé e Príncipe. Em STP só muito recentemente foram dados os primeiros passos para a implementação dos sistemas de vigilância e controlo das pescas (PE, 2011:9).²¹

A preservação das espécies, para garantir as atividades pesqueiras, dependerá da eficácia dos instrumentos de regulação das pescas em cada país, sobretudo onde se verifica maior escassez de pescado, como já referido, tornando-se, assim, imperiosa a aplicação do patenteado nos vários programas das pescas, como, mais um exemplo, o Programa intitulado Reforço da gestão de pescas nos países ACP, o qual pretende

²⁰ O *upwelling* é a corrente marítima vertical que se forma sempre que os ventos arrastam as águas superficiais para o largo. Deste movimento surgem correntes ascendentes provenientes dos fundos oceânicos muito ricas em plâncton, o qual promove a abundância da biomassa piscícola.

²¹ Explana-se este assunto no Capítulo III.

assegurar gestões sustentáveis e equitativas das pescas em 78 países ACP²² (ACP FishII,2013).

Em jeito de conclusão deste capítulo;

O método artesanal é a tipologia de pesca mais usada nas zonas costeiras e insulares do mundo inteiro, proporcionando às comunidades uma forma de subsistência integral e/ou complementar. Porém, em vários países da costa ocidental africana, sobretudo os que não possuem os equipamentos de monitorização e uma gestão integrada das pescas e/ou estão a aperfeiçoar técnicas afins, como é exemplo Cabo Verde, ou ainda a dar os primeiros passos neste domínio, como São Tomé e Príncipe, o declínio de peixes pelágicos, e outros, é um facto incontestável, sendo certo que estas espécies são fortemente procuradas pelos pescadores artesanais.

A predação levada a cabo por uma grande parte de frotas estrangeiras e nacionais, tecnologicamente melhor equipadas e dimensionadas para pescar mais fundo e em maior quantidade, a influência das alterações climáticas aliadas às práticas desprovidas de planos estratégicos ecológicos, em algumas zonas costeiras do globo, para além da posição geográfica das mesmas, e a pressão exercida pelos pescadores artesanais, acabam por ter implicações, negativas nos recursos vivos marinhos e por pôr em causa a continuidade das pescas, principalmente às comunidades que dependem fortemente da pesca artesanal, tanto às presentes como às futuras gerações.

As metodologias que as instituições e os órgãos oficiais mundiais têm vindo a aperfeiçoar ao longo dos tempos, com vista à mitigação dos problemas que constroem a continuidade das atividades, assim como a adoção de novos conceitos, assentes nos princípios da transparência das tomadas de decisões e do desempenho económico responsável, não têm projetado grande visibilidade uma vez que a frequência e intensidade das explorações pesqueiras continuam a alimentar a crise nas pescas, em todas as suas dimensões, continuando, também, a subsistirem dúvidas quanto às garantias das atividades.

Esperanças existirão na implementação de novos programas; possam estes inverter o panorama atual das pescas a nível mundial.

²² O programa ACP Fish II é composto por uma Unidade de Coordenação em Bruxelas e 6 Unidades de Facilitação Regional localizadas nas regiões, nomeadamente África Ocidental, África Oriental, África Central, África Austral, Caraíbas e Pacífico.

CAPÍTULO II: As Dinâmicas Políticas, Sociais e Económicas de São Tomé e Príncipe

II.1. – São Tomé e Príncipe: Breve Resenha Histórica

São Tomé e Príncipe esteve sob o jugo colonial desde a sua descoberta, por volta de 1470 pelos navegadores portugueses, permanecendo, com ressalva do curto período do domínio holandês, entre 1641 e 1649 (Caldeira, s.a.), até à independência em 12 de julho de 1975.

Como elucida Pinheiro (2012), à primeira colonização portuguesa em STP no séc. XVI esteve associada a monocultura da cana-de-açúcar, implicando numerosas aquisições de mão-de-obra escrava as quais eram obtidas ao longo da costa africana, mais propriamente “nos reinos do Congo e do Benim, [...] da região do delta do Níger, e mais tarde de Angola” (p:28).

Os escravos trabalhavam nas plantações e nos engenhos de produção do açúcar mas não se destinavam apenas àquelas produções e às tarefas subsequentes, “eram também negociados com São Jorge, e posteriormente com as Antilhas e o Brasil”, o que tornou São Tomé num entreposto de escravos (Pinheiro, 2012:30).

Porém, a Ilha deixou de ser atrativa para os portugueses face às endemias que ali contraíam (febre amarela, paludismo etc.), o que acabou por provocar elevadas baixas. Por esta razão, o território chegou a ser denominado cemitério dos europeus.

Sensível ao facto, a Coroa portuguesa concedeu benefícios comerciais e económicos aos residentes, como forma de os reter nas Ilhas e, colateralmente, atrair outras populações oriundas das áreas adjacentes, junto aos rios dos Escravos Volta, Lagoa, Primeiro e Formoso, os quais tinham, por imposição régia, passado a ser as rotas comerciais daqueles residentes (*Ibidem*).

A produção açucareira teve o seu auge entre 1535 e 1551, tendo sido transportadas 484.855 arrobas e meia de açúcar são-tomense, sendo a média anual de 28.520 arrobas (Pinheiro, 2012:30). Esta prosperidade, porém, não teve a esperada longevidade, apesar das condições edafoclimáticas favoráveis à produção. A concorrência mercantil do Brasil, que apresentava melhor qualidade deste produto, esteve na base da definitiva estagnação das produções, ainda que as escaladas de

violência, os conflitos sociais e institucionais, mormente com a Igreja na demarcação dos seus pelouros, aliados às fugas dos escravos para os matos, pela dureza “das condições de trabalho” e escassez de víveres, assim como os ataques constantes aos engenhos e às plantações, os saques, as invasões estrangeiras, tivessem contribuído para a situação (*Ibidem*:38-41).

Coincidência, ou não, a ascensão e queda da produção do açúcar acaba por se repetir com a produção do cacau em STP, quase quatro séculos depois.²³

a) A Revolta dos Escravos

Como referido, a revolta dos escravos esteve presente nas causas do declínio e posterior estagnação da produção e comercialização da cana-de-açúcar. A revolta mais referenciada é a que foi liderada pelo escravo Amador, talvez, na atualidade o ícone libertador mais emblemático do arquipélago.

Segundo Caldeira (2004), a rebelião, liderada por aquele escravo foragido, que se viria a autointitular rei, teria começado na igreja da, atual cidade, Trindade, com as chacinas do pároco e de alguns paroquianos brancos (Caldeira, 2004:132).

No espaço de vinte dias, decorrentes do ano de 1595 (Brásio, s.a. *Apud* Caldeira²⁴, 2004: 133), este líder conquistou a simpatia de cerca “de dois mil e quinhentos homens que, armados com flechas, mas também de armas de fogo”, destruíram 60 a 70 engenhos de açúcar e atacaram a cidade por duas vezes (Caldeira, 2004:133).

Ainda que tivesse tido baixas no seu batalhão, num número incerto de escravos, Amador consegue fugir e refugiar-se na densa floresta montanhosa da ilha, mas viria os dias contados. Traído “por um dos seus sequazes” fora apanhado e condenado à morte por enforcamento, tendo sido o seu corpo esquartejado e seus restos mortais espalhados pela cidade; outros escravos, também apanhados, sofreram idênticas condenações (*Ibidem*).

Alguns dos amotinados, desesperançados e sem líder, “aproveitando a amenista do Governador, voltaram aos seus senhores que, desconfiados mas sem alternativa, acabaram por aceitar” os seus regressos ao trabalho (Caldeira, 2004: 133-134).

²³ Voltaremos a este assunto mais à frente.

²⁴ Caldeira muniu-se de várias fontes manuscritas do Arquivo Secreto do Vaticano.

Vários episódios de rebeliões e evasões de escravos se seguiram entre os séculos XVI e XVIII, deixando marcas indeléveis na reconstrução das sociedades locais. Os escravos foragidos, escondidos nas densas florestas do território, espaços inacessíveis para os seus perseguidores, não conseguiram reestruturar as suas sociedades e os seus padrões culturais originais, mas foi devido ao seu isolamento que conseguiram construir uma comunidade própria, os angolares. O processo de criouliização repercutiu-se nas várias estratificações sociais santomenses (os forros em São Tomé e os principenses), e na multiplicidade de línguas crioulas existentes no arquipélago (Seibert, 2002:44-45).²⁵

Por volta de 1709 a capital de São Tomé volta a ser cercada, desta vez por corsários franceses. Apossando-se da mesma, os corsários só se retirariam por causa das doenças, que haviam dizimado as tripulações, mas não sem antes pilharem a cidade e receberem uma elevada quantia (Caldeira, 2004:134-135). Durante estas incursões grande parte das famílias mais abastadas refugiaram-se nas roças e muniram os seus escravos com armas, com receio do retorno dos invasores, o que proporcionou outra evasão de escravos, desta vez bem armados (*Ibidem*). Enfrentaram, então, os donos e avançaram para a cidade, mas foram confrontados com os residentes que na cidade teriam permanecido (A.H.U.1712, *Apud* Caldeira, 2004:134-135). Os apanhados foram vendidos para o Brasil mas os “cabecilhas fugiram numa canoa, com alguns bens roubados, não se sabendo se morreram ou atingiram terra firme” (Caldeira, 2004:135).

Há registos de fugas ainda em setecentos, mas já nada viria a ser como dantes. Nenhum deles pensou em manter-se refugiado nas densas e elevadas montanhas; inversamente, os Angolares começaram a descer e fixaram-se no litoral (*Ibidem*:136).

²⁵ Além da língua oficial, o Português, “são igualmente faladas três línguas crioulas autóctones, designadamente o Santome, localmente também conhecido como Lungwa Santome, Forro (ou Fôlô) e Dialecto [...] e o Angolar, também conhecido como Ngola ou Lunga Ngola [...], ambos falados na ilha de S. Tomé, e o Lung’ie [...] falado na ilha do Príncipe, bem como o crioulo de Cabo Verde, o Português dos Tongas e resquícios de línguas do grupo Bantu” (Hagemeijer,2009:1-21).

Convirá deixar uma nota sobre a origem dos Forros e Tongas. Ambos estão intimamente ligados à economia de plantação levada a cabo a partir do século XVI em São Tomé. “Os Forros [são] crioulos de origem luso-africana” enquanto os Tongas são os “descendentes [dos] antigos contratados de Angola, Cabo Verde e Moçambique” (Seibert, 2004:240).

Neste contexto poder-se-á entender a, possível, origem dos angolares, apesar de continuarem a subsistir dúvidas e discussões, materializadas em várias teses.²⁶Certo será, foi a partir destes que se desenvolveram as técnicas pesqueiras santomenses uma vez que a sua atividade principal seria a pesca. De resto, a eles se deve a construção de canoas a partir dos troncos das árvores ocás, por serem de grande porte (Tenreiro, 1961:138; Seibert, 1998:45).²⁷

Os meados do século XIX são marcados por dois acontecimentos marcantes: a abolição do tráfico de escravos em 1836 em Portugal e a independência do Brasil em 1822. Estes dois acontecimentos ditaram a recolonização de São Tomé e a reemergência das plantações de grande escala, desta feita com a começo da plantação de café e cacau (Seibert, 2005: 47).

Com efeito, em oitocentos, foram criadas as roças (locais das plantações de café e cacau) por proprietários portugueses, mas que se confrontavam com a escassez de mão-de-obra – fruto da *utopista* abolição de escravos. Face à carência, foi levado a cabo o resgate, de novo, de indivíduos oriundos de Angola, e de outros lugares fronteiriços, conhecidos por *angolas*, e levados para as roças (Nascimento, 2004:77-78). A ascensão produtiva roceira duraria aproximadamente 40 anos.

Relembrando o que se passou com a ascensão e queda da produção de cana-de-açúcar, também a produção de cacau passou por anos dourados e a sua queda deu-se em menos de 40 anos.

Entre 1890 e 1930, a produção de cacau ultrapassou a do café e dominou a economia de plantação, a qual se destinada à exportação principalmente para os Países Baixos, Alemanha e Portugal. Tendo atingido o auge de produção em 1909, com 30 300 toneladas (Oliveira, 1993:243, *Apud* Seibert, 2005: 47), o cacau entraria em declínio face às fortes oscilações, em volume e valor, sempre em decrescendo, o que destituiu

²⁶ Três hipóteses têm sustentado teses sobre a origem dos angolares: “os angolares são descendentes dos sobreviventes de um navio de escravos vindo de Angola”; “os angolares são os habitantes autóctones de São Tomé”; “os escravos fugidos, chamados *macambos*, [desenvolveram] uma comunidade de *cimarrones* que mais tarde seria conhecida por angolares” (Seibert, 2004:58). Esta última é a que reúne maior consenso entre os investigadores.

²⁷As referências piscatórias associadas aos angolares são desenvolvidas mais à frente.

o produto da culminância até muito perto de 1975, ano da independência; altura em que não haveria mais que 25 000ha de área cultivada (Seibert, 2005: 47).²⁸

II.1.2. O Pós Independência

A partir de 1975 STP firmou a sua independência e estabeleceu um governo monopartidário, orientado pelo socialismo soviético, sob as direções do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o qual determinava não só as orientações da política do Estado (Seibert, 2002:146) como controlava a economia e as atividades socioculturais (CGD, 2006:42).

Contudo, em 1990, a então jovem República Democrática de São Tomé e Príncipe adotou “uma democracia liberal [e] uma economia de mercado livre [a qual] marcou a segunda drástica mudança [socioeconómica] e política que o país experimentou num curto período de 15 anos” (*Ibidem*:13).

Durante a vigência do partido único (1975-1990) foram vários os episódios em que o predomínio pró soviético se evidenciou nas políticas governativas (Seibert,2002: 143-144). De entre as adoções para a mudança do país, há a destacar a particularidade do voto secreto ter sido substituído por votação de braço no ar, durante a vigência governativa monopartidária. Só em 1991 foi adotado o modelo de voto universal e o carácter da disputa eleitoral passou a ser multipartidário (*Ibidem*:354-357). Ainda assim, nos finais de 1980, STP foi dos primeiros países africanos a deliberar reformas democráticas e a mudar a Constituição, a qual incluiu a legalização dos partidos políticos; processo que teve na sua base na mudança da política internacional (Seibert, 2002: 354-357), nomeadamente a queda do muro de Berlim em 1989.

As manifestas debilidades e oscilações durante a caminhada para a democracia, tanto a nível político, com reflexos no desempenho das funções de âmbito executivo (CE, 2007:8; GBAD, 2012 :Annexe1), como a nível social e económico, muito têm contribuído para a permanência da denominação de país pobre. A falta de incentivos governamentais às atividades do sector privado, a ausência de apoios aos vários sectores económicos nacionais, assim como nos níveis consideráveis de corrupção e a ausência de empreendedorismo muito têm contribuído para a referida denominação (GBAD, 2012:9-10).

²⁸ Voltaremos a abordar este assunto, no contexto atual, mais à frente.

A política de STP reflete, atualmente, alguma maturidade democrática; o sistema semipresidencialista mostra, de facto, *nuanças* de centralismo do poder do Chefe do Estado, mas sem poderes executivos. O campo de ação judicial é medianamente independente mas, a falta de recursos, particularmente em termos de quadros qualificados, torna o sistema lento, ineficiente e propenso à corrupção (CE, 2007:8; GBAD, 2012:8-9).

O atual Presidente da RDSTP, eleito em 2011, é Manuel Pinto da Costa. Após ter governado o país entre 1975 e 1991 regressou ao lugar do Chefe de Estado.

Em novembro de 2012 o executivo do XIV Governo Constitucional da RDSTP, chefiado por Patrice Trovoada, eleito por sufrágio universal em 2010, pelo partido da Ação Democrática Independente (ADI), foi demitido na sequência de uma moção de censura apresentada pela oposição ao Parlamento.

A moção, e a par do exposto no Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, a 4 de dezembro de 2012, surgiu por iniciativa dos partidos da oposição (MLSTP-PSD, Partido da Convergência Democrática, Movimento Democrático Força da Mudança), baseada essencialmente no alegado incumprimento, por parte do então Primeiro-ministro, da lei orçamental de 2012, por este ter realizado negociações à margem de outros órgãos de soberania, tirando, alegadamente, benefícios pessoais, e por ter recusado prestar esclarecimentos junto da Assembleia Nacional.²⁹

Face a este acontecimento, e a par do referido no jornal O Público em 5 de dezembro de 2012, o atual Presidente nomeou Gabriel Costa para Primeiro-ministro e Chefe do XV Governo da RDSTP.³⁰

Congregando dez elementos de vários partidos no seu executivo, este Governo, apoiado pelo MLSTP-PSD, deverá cumprir o mandato até às próximas eleições legislativas, apontadas para 2014. Todavia, os envolvimentos que deixam transparecer atos corruptos por parte de alguns membros do executivo, nomeadamente no âmbito das pescas, têm dominado a imprensa desde meados de maio de 2013, e

²⁹ Acedido a 27 março de 2013. Disponível em: <http://www.oplop.uff.br/boletim/2041/parlamento-aprova-mocao-de-censura-contra-primeiro-ministro-de-sao-tome-principe>

³⁰ Acedido a 27 março de 2013. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/presidente-de-sao-tome-e-principe-demitiu-governo-1576160>

proporcionando o levantamento de dúvidas quanto à sua permanência até ao final da legislatura.

Como nota final deste subponto, em STP há liberdade de expressão, de imprensa, das opções religiosas, do associativismo, das expressões culturais, assim como dos direitos dos trabalhadores, tanto no direito à greve como no respeito pelos acordos coletivos (GBAD, 2012:3).

II.1.3. Dinâmica Populacional do País

Segundo os dados dos censos de 2012, STP conta atualmente com 187 356 habitantes (hab.); 179 814 em São Tomé e 7542hab. No Príncipe (INERDSTP, 2012).

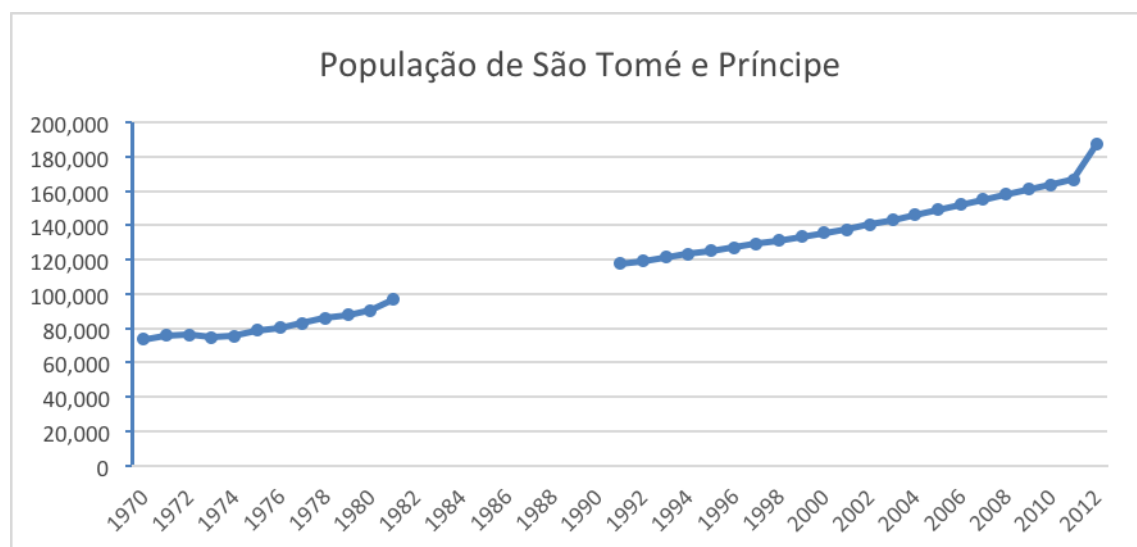


Figura 1.II - Gráfico da Evolução Populacional de STP

Fonte: Números absolutos do Instituto Nacional de Estatística de STP (2012)³¹

Observando-se o gráfico acima exposto, verifica-se que no espaço temporal compreendido entre 1970 e 2012 a população mais que duplicou, uma vez que passou dos 73 800hab. para os 187 356hab., ou seja, houve um aumento aproximado na ordem dos 154% (mais 113 556hab.).

De notar que as oscilações entre anos de 1970 e 1981 tiveram aumentos entre os 0,2% e os 0,3%, o mesmo se passando entre os anos de 1991 e 2001, sempre em crescendo. Mas o *boom*, em termos proporcionais, do crescimento populacional está

³¹ A informação referenciada contempla apenas os valores absolutos, o gráfico bem como toda a análise, são da responsabilidade do autor. O hiato verificável deve-se ao facto de não haver dados disponíveis no INESTP entre os anos 1981 e 1991.

assinalado entre os anos de 2011 e 2012. Estes dois últimos anos apresentam uma diferença na ordem dos 12,4%, ou seja, a população passou dos 166 728hab. para 187 356hab.; um acréscimo de 20 628hab..

Considerando apenas os anos dos três últimos censos, verificam-se aumentos na ordem 17%, entre 1991 e 2001, tendo passado dos 117 504hab. para os 137 599hab. (mais 20 095hab.) e 36,2% entre 2001 e 2012 (mais 49 757hab.) aos atuais 187 356hab. (INERDSTP, 2012).

Os aumentos populacionais poderão estar associados ao melhoramento das condições de saúde materno-infantil (PNUD, 2012), com destaque para o plano de vacinação adotado, sobretudo a partir da década de 90. Depois do ano 2001, as expectativas de melhoria de vida face à concretização de alguns dos planos para a exploração petrolífera, cujo início se situou entre abril de 2003 e dezembro de 2004, poderão contribuir para a justificação. Esta, hipotética, causa assinalada pode ter sido traduzida em mais emprego e alargamento do poder económico para as populações. Outro fator que poderá ser tomado em linha de conta é o panorama económico global; facto a que poderá estar associado o retorno dos emigrantes ao país. Relativamente ao *boom* de 211/2012 talvez seja cedo para encontrar uma justificação.

Quanto ao género a diferença numeral entre os sexos não é significativa; as mulheres apresentam uma ténue superioridade numérica que, globalmente, não chega a atingir os 0,02%, entre os anos apresentados.

A esperança de vida à nascença dos santomenses situa-se nos 64,9anos, ficando um pouco afastado da média dos países insulares em desenvolvimento, onde o país se enquadra; 69,8 anos (PNUD, 2013:158-159). O nível de escolaridade dos adultos é de 10,8³² mas o PIB *per/capita* é de apenas 1 864USD³³, muito longe dos 5 394 USD correspondentes à média dos países insulares congéneres (*Ibidem*). Esta última variável estará na base da posição 144 (0,525) do ranking do Índice do Desenvolvimento Humano, num universo de 187 países, sendo por tal incluído no grupo dos países com baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2013:158); embora seja notória a evolução entre 2005 e 2011, fruto do aumento significativo das taxas da

³² Número médio de anos de educação dada a adultos com mais de 25 anos, de acordo com os níveis de educação da população, convertida em anos de escolaridade e com base nas durações teóricas de cada nível de acompanhamento educacional (PNUD, 2013:158). De referir que o número médio de anos de educação dos países insulares em desenvolvimento se situa em 10,7 e em 11,6 relativamente ao mundo (*Ibidem*:159).

³³ Dados de 2012 (PNUD, 2013:158).

esperança de vida à nascença e de alfabetização (PNUD, 2012: 14a). Todavia, as melhorias das duas variáveis não são suficientes para que STP deixe de ser classificado como país pobre, uma vez que aglomera 70% da população na condição de pobreza (FAO, 2009: 12). Pela deficitária rede de serviços sociais e pelos baixos rendimentos das atividades que exercem, são as comunidades piscatórias e rurais as mais representadas naquela condição (*Ibidem*).

II.4. Caraterização dos Sectores Económicos

II.4.1. Agricultura

O sector da agricultura santomense passou por uma época próspera, através da plantação do cacau, tendo representado, em 1991, “23% do PIB, dois terços dos postos de trabalho e cerca de 95% das exportações” (Seibert, 2002:323).

A partir da década de 80, deu-se declínio do cacau; episódio que se ficou a dever à escassez de mão-de-obra devidamente habilitada, às debilidades organizativas, de ordem política, social, infraestrutural, financeira e regulativa (CE, 2008:10; FMI, 2012:5; MFRDSTP, 2012:39), mas também ao facto dos mercados mundiais estarem sujeitos a fortes variações, não conseguindo, por isso, concorrer com outros países do ocidente africano e com o Brasil (*Ibidem*). Embora todos os países estejam sujeitos às mesmas variações dos mercados mundiais, STP torna-se mais vulnerável por depender fortemente daquele produto (Janz, 2006:119).

Na atualidade, e comparativamente aos anos áureos, a produção do cacau é praticamente residual mas, mesmo assim, continua a representar cerca de 90% das exportações agrícolas do arquipélago, sendo a Holanda a liderar as importações (37,4%), seguido da Bélgica (29,5%) e logo depois Portugal (13,2%) (aicep, 2012:10).

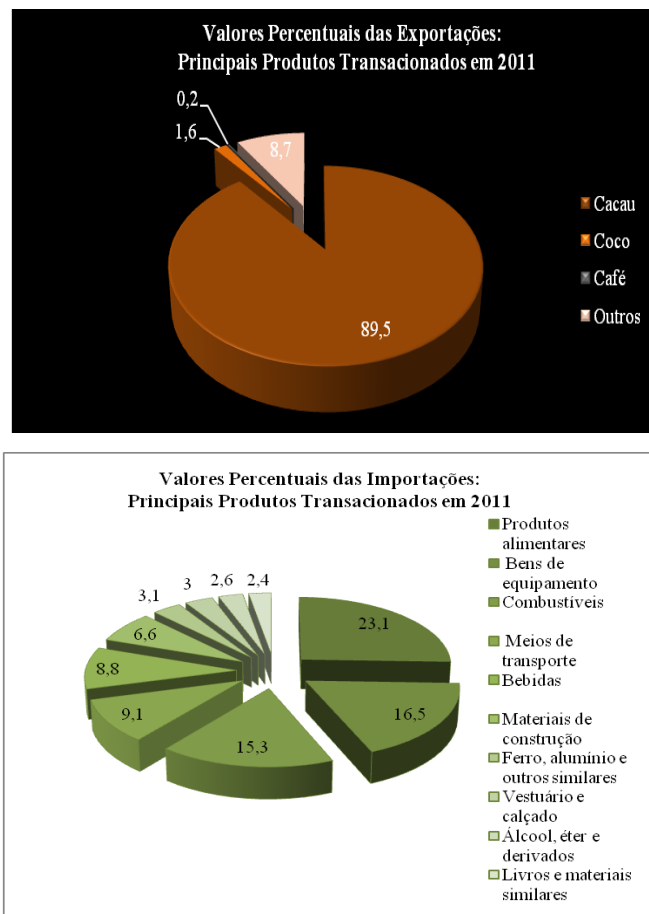


Figura 2.II - STP: Gráficos dos Principais Produtos Exportados e Importados em 2011

Fonte: Dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal Global São Tomé e Príncipe (aicep, 2012:10)

Como se poderá verificar nos gráficos acima expostos, os outros produtos (que talvez incluam especiarias, particularmente baunilha), assim como o coco e o café não chegam, no seu conjunto, a representar mais que 10,5% das exportações. Quanto às importações, os principais produtos constituíram 90,5% das mesmas em 2012 (aicep,2012:8-9), representando, deste modo, um saldo negativo na balança das transações.

b) Da Reforma Agrária ao momento atual

A reforma agrária, levada a cabo entre 1993 e 2000, resumiu-se a pouco mais que à entrega de parcelas das fazendas, cultivadas com cacau e café, aos agricultores das antigas roças, tendo ficado muito aquém da diversificação dos cultivos para mitigação da dependência dos géneros alimentícios do exterior, como projetado. Para além dos

escassos investimentos para as produções, foram poucos os agricultores que alcançaram apoios financeiros, ou mesmo formação profissional, por parte do governo (CE, 2007:9).

Na atualidade, a pouca evolução agrícola santomense continua referenciada nas projeções do FMI para 2014 e 2015. Em relação ao cacau, o seu contributo para o PIB não irá além dos 1,5% e 1%, respetivamente, situação que poderá ser traduzida numa maior dependência da APD (FMI, 2012:27).

Mas não se poderá omitir o facto da falta de mão-de-obra qualificada se ter ficado a dever, inicialmente, à não transferência do *know-how* dos colonialistas, o que, reforçada pela economia de plantação, esteve na base da dependência de quase tudo que o país consome. Embora tenham passado 38 sobre a independência, e tivessem sido dadas várias ajudas a STP a partir da década de 70 – “empréstimos, doações, garantias, facilidades de crédito, etc.” para todos os sectores de atividade, como é exemplo a agricultura e o desenvolvimento rural, através das Instituições Financeiras Internacionais³⁴ (IFI) (CPLP, 2010) – há que ter em conta que as mudanças de regimes políticos, paradigmas e mentalidades precisam, não raras vezes, de mais tempo para se consolidarem.

Tendo como objetivo o relançamento das produções de café biológico e de cacau, o Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), projeto financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem envidado esforços para alterar o panorama agrícola santomense, com o desenvolvimento de várias iniciativas, particularmente a formação a agricultores e apoios técnicos/materiais, para preparação de produtos e suas comercializações.

Segundo o jornal Tropical de 14 de maio de 2013, na fileira do café, e inserido num quadro de acordo de parceria entre o Governo santomense, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), a Cooperativa de exportação de Café biológico

³⁴ Enumeram-se algumas das instituições que corporizaram as IFI nas “décadas de 70, 80 e 90: “Banco Interamericano de Desenvolvimento” (BID), em 1979; “Banco Africano de Desenvolvimento” (BAfD), em 1983; “Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento” (BERD), em 1992, e finalmente, já esta década, em 2002, o “Banco Asiático de Desenvolvimento” (BAsD).” Acedido em abril de 2013. Disponível em: http://alfandegas.cplp.org/cooperacao/cooperacao_artigos/Paginas/CoopFinanceiraInternacional.aspx

(CECAFEB), criada em 2010, e a Sociedade Malongo, foi posta em marcha a “cafeicultura [...] na zona de Monte Café”. Este projeto tem vindo a ganhar terreno no mercado interno e externo, tendo contado com “uma produção de 5 toneladas em 2011, havendo ainda a perspectiva, para 2018, de um aumento de produção na ordem das 35 toneladas.”³⁵

A mesma fonte sublinha que na fileira do cacau a Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade¹¹ (CECAQ11), criada em 2009, e englobando 17 associações, conta com o apoio do PAPAFPA, destacando-se por ter investido meios técnicos e financeiros, tanto ao nível de infraestruturas, das tecnologias, nos transportes e formação. Para além da sua certificação para o mercado desde junho de 2010, e do facto de poder contar presentemente com 800 pequenos produtores, há a registar a edificação de infraestruturas direcionadas para a transformação e armazenagem do produto, e das 75 toneladas de cacau exportadas em 2011. De notar que, no ano de 2012, foi realizado “um acordo comercial com uma Empresa inglesa, Café Direct [...] e com a empresa alemã GEPPA”, o que tem contribuído para elevar as expectativas de comercialização do produto em maiores quantidades (*Ibidem*).

STP apresenta várias debilidades no sector primário³⁶ mas, ainda assim, apresenta uma diferença positiva, embora estimada, de 2,4% entre 2006 e 2010 (17,7% e 19,3% respetivamente) de contributo para o PIB (ADB *et al.*, 2012:71). É, no entanto, no sector das pescas que recaem as maiores expectativas do FMI uma vez que considera este sector um veículo para a redução da pobreza, sobretudo o subsector, constando, pela sua importância, no Memorando de Entendimento estabelecido com a RDSTP (FMI, 2012:53).

A par das projeções do FMI, esteve o Programa de Investimento Público interno e externo, constante na Lei nº1/2012 que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012. Neste, está inscrita a atribuição de 309 591 milhões de Dólares³⁷ (12 600.58€) ao sector da agricultura e pescas representando 16,8% do orçamento de 2012 e fazendo deste o que maior percentagem de financiamento obteve num universo de dez sectores (GOP, 2012:28). Porém, e para além de não se terem verificado avanços significativos nos referidos sectores (Rio, 2013) para 2013 (segundo o mesmo Programa constante

³⁵ Acedido em maio de 2013. Disponível em: <http://www.jornaltropical.st/prologs.htm>

³⁶ O sector primário é apresentado em conjunto, englobando a agricultura, silvicultura, caça e pesca.

³⁷ 1€=24 569.58 Dólares. Disponível em: http://pt.coinmill.com/EUR_STD.html#EUR=1

na Proposta das GOP do Governo em vigência), o referido sector poderá ter sido contemplado com o valor estimado de 142. 210 milhões de dobras (5 788.05€), o que representa apenas 2,53% do orçamento disponibilizado para as Funções Económicas, as quais totalizam 15,76% do PIB (GOP, 2013:9).

De referir, ainda, que “a previsão do total de investimentos públicos para 2013 é de [...] 1.947.856 milhões de dobras³⁸” (*Ibidem*), e que os investimentos deverão ser financiados em 93,5% com recursos externos “ (dos quais 52,9% são donativos e 47,1% empréstimos) ”; os restantes 6,4% deverão ser alcançados através do tesouro e fundo do Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) (GOP, 2013:9).

II.4.2. Comércio, Turismo e Macroeconomia

No comércio interno santomense também se detetam fragilidades. Predominam as atividades informais³⁹ que, embora representem um importante meio de sobrevivência das populações, constituem mais um problema para o Estado pela impossibilidade de obter receitas fiscais através das transações efetuadas, o qual se junta ao facto do comércio formal se basear nas importações de quase todo o consumo do país (FMI, 2012:5).

O turismo em STP representa a principal componente de exportação de serviços, ainda que contribua com apenas 4% para o PIB nacional. Os 7936 turistas que visitaram o país em 2010 terão ficado aquém do objetivo do governo, o qual se situava nos 25.000 visitantes, naquele ano; situação que se ficou a dever ao elevado custo dos “transportes aéreos, energia, telecomunicações”, assim como à insuficiente rede “de saneamento e prestação de serviços de saúde” (MFRDSTP, 2012:43-44).

Contraditoriamente, os dados apresentados pelo FMI (relatório nº. 12/216, de 6 julho de 2012) revelam que em 2010 a percentagem para o crescimento do PIB, pelo referido sector, se situou em 5,5% e no ano de 2012 em 6,7%, sendo ainda de registar uma projeção de 8% para 2014 (p.27).

Se de facto o turismo poderá constituir uma mais-valia para STP o mesmo não se poderá dizer da indústria manufactureira, ainda que tenha representado 6,2% do PIB, em 2010. Constituída apenas por algumas fábricas de “sabão, cerveja [e] panificação”,

³⁸ 1.947.856 Milhões de dobras representam 79 279.16€.

³⁹ Segundo a Organização Internacional do Trabalho, as atividades informais “são todas as [atividades] económicas de trabalhadores e unidades económicas que não estão abrangidas, em virtude da legislação ou das práticas por disposições formais” (OIT, 2006:7).

este sector depende externamente de abastecimento de tecnologia assim como do de equipamentos e outros consumíveis, para além das insuficiências ao nível dos recursos humanos qualificados, para o funcionamento regular (*Ibidem*:45).

No plano macroeconómico, e segundo os dados estimados constantes no relatório conjunto de 2012 – *Africa Development Bank Group (ADBG)*, *Organisation for Economic Co-Operation and Development (OECD)*, *United Nations Development Programme (UNDP)*, *Economic Commission for Africa (ECA)* – o crescimento do PIB santomense foi de 4,3% em 2011, tendo sido impulsionado pela “construção civil, consumo, turismo, comércio a retalho e sector mineiro.” Verificou-se, no entanto, uma descida em relação ao ano de 2010 (4,5%) justificada, em parte, pelo atual panorama internacional (*ADBG et al.*, 2012:74).

De acordo com a pontuação do BAfD e da Política do País e Avaliação (CPIA), do BM, STP é designado como Estado frágil. A debilidade assinalada advém, como anteriormente indicado, da grande dependência da agricultura artesanal, e pouco desenvolvida, dos fracos apoios financeiros e escassos recursos humanos qualificados, verificando-se as mesmas debilidades relativamente ao sector pesqueiro (OCDE, 2012:2).

II.4.3. Outros Domínios Económicos Santomenses

O sector energético, nomeadamente a energia elétrica, que não fornece mais 12 megawatts ao país, representando 80% de centrais térmicas e apenas 20% de hidráulica, poderia tornar-se num alvo de interesse ao empreendedorismo, sobretudo para o sector pesqueiro, mas é no sector petrolífero, de facto, onde as expectativas se acentuam.

No parecer da CE em 2008, as contrapartidas financeiras advindas do sector petrolífero estavam apontadas como ferramenta para a redução da pobreza, assim como para o crescimento do PIB e reforço das finanças públicas (p.9). Porém, e para além das projeções não se terem confirmado, não houve, até julho de 2013, registo de extração de um barril, sequer, de petróleo em STP. De resto, foi pelos aumentos dos preços deste hidrocarboneto, e pela desvalorização da moeda nacional, que a inflação em 2011 atingiu 12,9%, o que tornou ainda mais difícil a vida dos santomenses, particularmente dos que dependem diariamente do combustível, como é o caso dos pescadores artesanais que possuem embarcações motorizadas. Embora o quadro

inflatório, segundo o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), tenha decaído para 11,9% observados em 2012 e haja estimativas para 2013 na ordem dos 7% (BCSTP, 2013:7)⁴⁰, o que contraria as projeções do FMI que apontam para um recuo da inflação média anual na ordem dos 3,5% em 2015 (2012:81).

Não se desvalorizando as perspectivas de melhoramento da situação, as carências ao nível energético e infraestrutural, particularmente portos, aeroportos e estradas, com que STP se confronta atualmente têm dificultado a conservação, distribuição, o transporte e a exportação de bens e serviços. Em paralelo está o problema da insularidade que torna ainda mais difícil o acesso a outras fronteiras africanas. Os altos custos dos transportes internacionais, que fazem com que o aumento do preço das exportações e importações se acentuem, e conseqüentemente diminuam os rendimentos, tornam limitadas as possibilidades do país melhorar o quadro inflatório, alcançar bons níveis de competitividade e alterar os cenários da sua economia (GBAD, 2012:10).

II.4.4.A Imagem do País no Plano Internacional

A imagem que a comunidade internacional tem, de modo geral, sobre STP é a de um país calmo, sem incidências conflituosas, apresentando, no entanto, várias debilidades que vão desde a corrupção às metodologias utilizadas para potenciar os seus recursos naturais e fazer prosperar a sua economia (CU, 2008:iii; CE, 2007 :8).

O país é englobado no grupo dos países africanos que apresentam níveis consideráveis de corrupção, sendo esta capaz de suscetibilizar as orientações de ordem pública e causar descrédito, ou pelo menos dúvidas, particularmente nos *fora* económicos e financeiros, tanto nacionais como internacionais (Seibert, 2007; CE,2007:11; PE, 2011:17).

Na proposta de decisão do CCE, relativa à celebração do protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no APP, lançada pelo PE, já aprovada e em vigência, poder-se-á ler a recomendação:

Segundo a classificação sobre a corrupção dos Estados [efetuada] pela organização Transparency International, a República Democrática de São Tomé e Príncipe ocupa o

⁴⁰ Os relatórios do BCSTP são, segundo o mesmo, mensais. Contudo, em julho de 2013, apenas esteve disponível o relatório mensal relativo a maio de 2013.

101.º lugar num total de 178 países. É importante que a Comissão verifique em que medida as dotações foram e irão ser utilizadas nos termos acordados com São Tomé e Príncipe (PE, 2011:17).

A maioria dos episódios de corrupção está associada às manifestas fragilidades da administração pública e à falta de um sistema estável e progressivo das carreiras profissionais (Seibert, 2007; CE, 2007:11).

Mas são já notórios os resultados dos esforços do Governo, principalmente na tentativa da clarificação da futura gestão dos recursos naturais, para melhorar a imagem que o exterior tem sobre o país, neste domínio.

No plano petrolífero, por exemplo, as decisões tomadas pelo Governo, tendo a jusante o querer retomar o processo da candidatura à Iniciativa para a Transparência das Industrias Extrativas (IEIT), alcançar a confiança dos investidores estrangeiros e tornar-se compatível IEIT, o Governo aprovisionou 12 milhões de USD, com o apoio do BM, e criou, para os mesmos fins, “uma conta especial na Reserva Federal dos Estados Unidos da América”, que tem servido para suportar o défice orçamental (ADBG *et al.*, 2012:72-73).

II.5. O Lugar das Pescas em São Tomé e Príncipe

A curta existência da pesca industrial em STP ocorreu entre os anos de 1978 e 1988, sendo no momento inexistente.

Segundo Seibert (2002), a “companhia estatal EMPESCA” adquiriu duas traineiras, modernamente equipadas, “Rei Amador (320 toneladas) e 30 de Setembro (220 toneladas),” as quais contribuíam para o país com 42% das capturas, operando sem entraves em zonas marítimas angolanas. Mas em 1988 deu-se a paralisação das traineiras por falta de manutenção, facto que ditou o fim da pesca industrial santomense. A referida empresa estatal viria a ser “transformada numa *joint-venture*, Sociedade Mista de Pesca e Comercialização Lda. (SOPEC), com a empresa Gezet S.A.H., propriedade do grupo grego Zouridakis” (Seibert, 2002:342), e a pesca industrial encontrara o seu epílogo.

Após várias passagens, as quais incluíram a substituição do consórcio “*joint-venture*”, envolvendo alguns episódios fraudulentos, as duas traineiras teriam sido

avistadas a servirem, alegadamente, de meio de transporte marítimo em Angola e na Namíbia (*Ibidem*).

Sob a responsabilidade da Direção Geral das Pescas do Ministério da Agricultura e Pescas de STP a pesca semi-industrial conta com cerca de 200 a 300 pescadores⁴¹ (FAO, 2009:14) e concentra cerca de 425 embarcações⁴² (OCEANIC *et al.*, 2009:11). Estas embarcações são na sua maioria em fibra de vidro, embora existam algumas em madeira, e as medidas oscilam entre 8 e 15 metros de comprimento e 1,5 e 2,5 metros de largo (FAO, 2008). Com capacidade para transportar 6 a 11 tripulantes, as embarcações são normalmente movidas por motores, dentro e fora de bordo, com potências propulsoras de 60 cv, o que não permite aos pescadores navegarem para além de uma área de 6 000 km²; algumas possuem caixas frigoríficas para conservação do pescado, possibilitando aos pescadores a permanência no mar entre dois a cinco dias (*Ibidem*; Rio, 2013).⁴³

STP é um dos países que conta, desde a década de 70, com doações de vários países, nomeadamente o Japão, mas foi a partir do grupo luso-angolano GEOPESCA que o projeto para a pesca semi-industrial se tornou visível (APLOP, 2013).

Para além do investimento orçado em quatro milhões de euros contribuiu com 40 postos de trabalho, embora as projeções iniciais apontassem para os 60 postos A GEOPESCA entrou, de facto, “em ação [e] captura 3 toneladas de pescado por semana, para o abastecimento do mercado nacional” (*Ibidem*), materializando, deste modo, o memorando de entendimento realizado com o deposto Governo santomense. Contudo não tivesse alcançado a adjudicação do centro de processamento de pescado a este grupo luso-angolano, ainda que este exista fisicamente na cidade das Neves, a norte da Ilha de São Tomé, concebido no âmbito da cooperação espanhola, através da empresa NCATEMA *Consulting* em 2012. O facto deve-se à ausência das necessárias condições para processar o pescado, como a fábrica de gelo e os ventiladores uma vez

⁴¹ Dados de 2005.

⁴² A reter que estas 425 embarcações, em número superior ao dos pescadores da pesca semi-industrial, representam o total das embarcações motorizadas existentes, servindo este tipo de pesca e a artesanal.

⁴³ Segundo a FAO (2008), o pescado capturado pela pesca semi-industrial em 2005 situou-se em 51,7toneladas e em 2006 apenas em 22,1toneladas (valores estimados) (FAO, 2008). Já o documento sobre a “Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – 2012-2016”, refere, sob informação do Plano Diretor das Pescas de 2010, a captura de [4 000toneladas de peixe através dos métodos semi-industrial e artesanal \(SENRP, 20012:117\)](#).

que não estando operacionais não permitem o aproveitamento da infraestrutura. Este assunto tem estado na agenda do Governo vigente, aguardando-se a abertura de um concurso público para o efeito.⁴⁴

Estes investimentos poderão promover as negociações para a abertura das portas às tão famigeradas exportações de peixe capturado pelos métodos semi-industriais e artesanais, para os mercados europeus, e deste modo fazer cessar o embargo que a UE mantém há mais de vinte anos pelo facto de STP não reunir as necessárias condições *higio-sanitárias* para tratamento, conservação e armazenagem do pescado advindo das pescas semi-industrial e artesanal (MFRDSTP, 2012:77).

A pesca artesanal é a mais representativa no país uma vez que abarca cerca de 98% das capturas (CETMAR, 2009:9). O pescado é obtido através das 78 comunidades piscatórias (OCEANIC *et al.*, 2009:11) existentes, maioritariamente angolares que, como referido no ponto II.1. a), desde sempre se dedicam às atividades pesqueiras artesanais.

Na sua grande maioria, estas capturas destinam-se ao consumo próprio e à venda ou troca por outros géneros alimentícios (FAO, 2008), em mercados informais. As canoas, ou pirogas, são fabricadas a partir dos troncos das árvores, ainda que haja algumas em fibra de vidro (CETMAR, 2009:8); medem entre 5 a 10 metros de comprimento, e 0,90 a 2,10 metros de largo, podendo transportar um ou dois pescadores a bordo (FAO, 2008).

Segundo a FAO (2009), existirão no sector pesqueiro santomense entre 2 200 a 3 000 pescadores artesanais⁴⁵ (p.14), estando estes maioritariamente fixados nos distritos de Caué, a sul, e de Lembá, a norte do país; locais onde as capturas pelos métodos artesanais são mais intensas, uma vez que estas áreas concentram as maiores reservas de peixe de São Tomé (GMASTP, s.a.:15).⁴⁶

O sector pesqueiro santomense conta ainda com mais de 100 agentes administrativos e outros trabalhadores, para além das 2 000 mulheres que exercem regularmente a atividade de vendedoras de peixe (palaiês) (FAO, 2009: 14). Há ainda

⁴⁴ Disponível em: <http://www.telanon.info/economia/2013/05/14/13188/pesca-semi-industrial-comeca-a-dinamizar-economia-na-cidade-de-neves/>

⁴⁵ Dados de 2005.

⁴⁶ O país dispõe de 29 pontos de desembarque sendo que os mais importantes se situam em Santa Catarina, a Norte; Praia Cruz e São João, no Centro e Angolares e Porto Alegre, a Sul (CETMAR, 2009:9). Ver ANEXOS D e E

um número indeterminado de trabalhadores que dependem do sector indiretamente, os quais poderão estar, eventualmente, agregados a áreas como o turismo e a restauração ou a pequenas indústrias informais, não se podendo, contudo, confirmar esta suposição uma vez que não existem dados fidedignos do número de trabalhadores; até mesmo em relação aos pescadores e às vendedoras de peixe os dados não são fidedignos.

O registo expresso, também, pela FAO, com dados de 2003, indica a existência de mais de 5 000 palaiês que comercializam peixe fresco ou processado por todo o país, e de 4 000 pescadores (FAO, 2008).

Apesar das discordâncias, a pesca constitui, sem dúvida, uma importante atividade em STP e, embora o seu contributo para o PIB seja apenas 4,5% (GOP, 2012:16),⁴⁷ estatisticamente provê cada habitante com 25,7kg de peixe por ano (FAO, 2012:220b), *ie*, 74% do consumo em consumo de valor proteico animal (PE, 2011:12), equivalente a aproximadamente 16 Kg de carne por ano (FAO, 2009:14).

Os números mais recentes das embarcações artesanais e semi-industriais existentes em STP datam do censo realizado em 2007-2008, tendo ficado em registo cerca de 1700 embarcações das quais 425 têm motor, permitindo adiantar que 75% das mesmas são pirogas movidas a remos ou à vela (OCEANIC *et al.*, 2009:11).

De referir que, nos últimos anos, uma parte dos motores, assim como de outros materiais de pesca, foram doados por países estrangeiros. Porém, os donativos passaram pela venda a crédito, por parte do Estado santomense, ao Grupo de Interesse Económico das Palaiês e Pescadores Artesanais de S. Tomé e Príncipe (GIEPPA). Este Grupo, por sua vez, vendeu os materiais, também a crédito, aos pescadores, os quais, na sua maioria, não pagam as respetivas prestações por terem presente que se trata de donativos. Instalam-se, deste modo, dúvidas quanto aos reais objetivos da referida Associação, o que resulta na fraca representatividade de uma significativa parte das comunidades (CETMAR, 2009:8).

A falta de manutenção dos motores, muitas vezes provocada pela negligência dos pescadores, uma vez que não preveem nos seus orçamentos os custos para a conservação dos seus equipamentos, é mais um problema com que as comunidades piscatórias se confrontam. O facto implica que, após as avarias dos motores, as práticas retornem ao esforço físico, ou seja, à vela ou a remos (*Ibidem*).

⁴⁷ Sob dados do GBAD o contributo das pescas para o PIB não é mais que 3%, (GBAD, 2012:15)

As artes de pesca mais usadas na pesca artesanal santomense são o palangre e cerco, as redes de cerco, redes de emalhar de superfície e de fundo, pesca submarina, tarrafa, solavar, nassas para captura de caranguejos, e os palangres/pingues (CETMAR, 2009:8).

De referir, também, a utilização de métodos nocivos para a pesca, como são exemplo os explosivos para a captura de várias espécies juvenis (OCEANIC *et al.*, 2009:18). Ainda que a proibição da sua utilização, assim como de produtos tóxicos ou bombas de sucção, para as capturas estejam previstas na alínea f) do artigo 11º da Lei nº 9 de 2001, da RDSTP (RDSTP, 2001), e as ameaças punitivas sejam amplamente divulgadas pelas autoridades locais, as práticas subsistem.

Cabe ainda referir que estas práticas não são mais que o reflexo da escassez de peixe nos espaços a que os pescadores artesanais estão confinados uma vez que não têm embarcações que lhes permitam ir além dos 5/6 mil quilómetros das zonas costeiras, ou seja, pescar ao largo, e da falta de investimento no sector artesanal por parte das instâncias governativas, principalmente na facilitação de créditos para a aquisição de embarcações com maior capacidade de autonomia no mar, logo com maior potência propulsora, assim como no âmbito da formação profissional (Rio, 2013).

Os constrangimentos da pesca artesanal são ainda mais acentuados em certos meses do ano. A pesca de peixes voadores, por exemplo, praticada intensamente entre maio e setembro, por ser uma espécie, a par de outras existentes na ZC, migradora, obriga, também, a comunidade piscatória a migrar para áreas onde a atividade se torna mais produtiva (Horemans, 1994:6-8).

Ao longo dos meses da seca, de junho a agosto, os pescadores angolares e as suas famílias, do sul, migram para o noroeste e nordeste da Ilha ao encontro do peixe-voador.

Estas migrações, ainda que temporárias, acarretam mudanças dos ritmos de vida das famílias do distrito do Caué; “as crianças mudam [...] de escola” e as suas mães passam a exercer atividades ligadas à transformação e venda do peixe. As populações que os acolhem acabam por conciliar as suas tarefas do dia-a-dia com as refeições para todos. Por sua vez, quando se dá a mudança de estação e recomeçam as chuvas, as famílias de acolhimento passam a ser acolhidas nos territórios dos primeiros. Por vezes, os pescadores da Ilha de São Tomé deslocam-se ao Príncipe para salgar,

processar e armazenar o peixe, que depois de preparado é de novo transportado para São Tomé, uma vez que o Príncipe tem muitas dificuldades em escoar o que produz para os mercados existentes (*Ibidem*:9).

Para além das limitações impostas, as zonas costeiras tornam-se ainda mais pequenas não só pelo declínio de pequenos pelágicos mas, também, pelo crescente aumento dos pescadores (Rio, 2013).

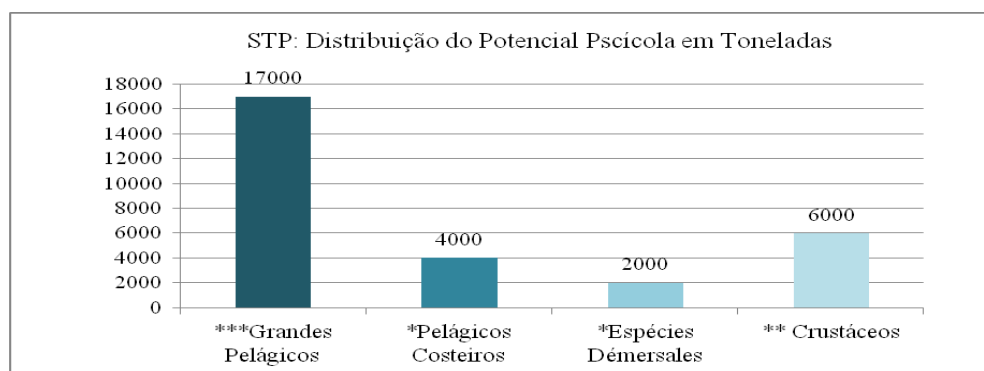


Figura 5.II – Gráfico do Potencial Haliêutico por Categoria de STP

Fontes: “ * Dados da DGP, 2007 **Dados fornecidos nos anos 80 a 90 pela URSS *** Médias incluindo capturas estrangeiras (ORSTOM, 1982, ICCAT) ****As declarações dos barcos são raras e pouco fiáveis na ZEE de STP” (FAO, 2009:15).

Além das referências aos grandes pelágicos e crustáceos, o gráfico acima exposto identifica os níveis das espécies que normalmente se reúnem nas zonas costeiras santomenses (pelágicos costeiros e alguns demersais). Se tivermos em conta que estas espécies constituem o principal alvo da pesca das comunidades artesanais e semi-industriais, que a população do país (187356hab.) consome perto de 5mil toneladas de peixe/ano (25,7Kgper/capita/ano), e que as espécies pelágicas são altamente migratórias, facilmente se conclui que não existe peixe suficiente para as necessidades básicas alimentares da população⁴⁸, de resto situação testemunhada, em 2012, por dois pescadores, Nicolau e Tumbí, da Vila de Santa Catarina, situada a norte da Ilha de São Tomé, os quais, não tendo mais que uma piroga com uma fraca potência, não podem pescar ao largo da costa:

Chego a passar 1 mês, 15 dias, 20 dias sem apanhar um peixe; o que eu ganho num dia acaba rápido no combustível.

⁴⁸ Ver ANEXO F

Eu levanto aqui em casa e desde 13h da tarde até 7 da manhã às vezes com chuva e mau tempo nem um peixe apanho.⁴⁹

Todavia, a inexistência de dados estatísticos atualizados acaba por gerar imprecisões quanto às reais quantidades de pescado existentes, presumindo-se que haverá muito menos que o indicado, uma vez que os pequenos pelágicos estão em declínio, como já referido.

Mencionado no relatório do OCEANIC, a desatualização dos dados acontece porque STP não dispõe de “qualquer instituição de investigação nas pescas”, e a Direção do sector não possui “uma biblioteca organizada de livros, publicações e estatísticas relativas às pescas no país ou no Golfo da Guiné” (OCEANIC *et al.*, 2009:20).

Estas, e outras, debilidades são igualmente assinaladas no documento sobre a Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2012), publicado pelo Ministério do Plano e Finanças de STP (MDPFSTP):

O sector necessita de investimentos adequados (infraestruturas de desembarque, embarcações, etc.), recursos humanos qualificados, recursos financeiros suficientes, serviços de base de qualidade e suficientes. Os principais constrangimentos e problemas do subsector são:

1. Falta de ponte de desembarque ou porto pesqueiro;
2. Falta de equipamentos, materiais e apetrechos de pesca;
3. Inexistência de crédito à pesca;
4. Falta de capacidade para controlo e fiscalização nas águas marítimas [sãotomenses];
5. Indisponibilidade de dados estatísticos de pesca atualizados;
6. Ausência de controlo de qualidade de produtos de pesca;
7. Sobre-exploração de zonas de pesca mais próxima da costa;
8. Frota de pesca artesanal e semi-industrial obsoleta e mal equipada (SENRP, 2012:42)

Tendo como objetivo a mitigação de alguns dos referidos problemas, a ONG Mar Ambiente e Pesca Artesanal (MARAPA), a operar em STP, é a mais referenciada promotora da pesca artesanal santomense.

⁴⁹ Acedido em maio de 2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=scJ9-en7n1c

Fundada em 1999 por técnicos da pesca, biólogos marinhos e agentes de desenvolvimento, a MARAPA mantém uma fileira multidisciplinar que abrange vários domínios dos *fora* marinhos. Desenvolve ações em parceria com as instituições tutelares das pescas e do ambiente, assim como com outras de carácter associativo: Associação Portuguesa para as Ciências do Mar (APCM), a qual apoia o programa científico de seguimento de cetáceos; Associação para a conservação das Tartarugas Marinhas (ATM), ligada a uma rede de associações e biólogos especialistas na matéria, e que assegura a “coordenação científica no quadro do Programa Tatô, de proteção às tartarugas marinhas, principalmente na Ilha do Príncipe, e a Rede de Áreas Protegidas de África Central (RAPAC), cujos contributos se alicerçam na análise dos dados recolhidos, juntamente com a MARAPA e a ATM.

A filosofia adotada pela MARAPA, no âmbito da pesca artesanal, incide no desenvolvimento sustentável da dinâmica, perfilhando as componentes socioeconómicas e ambientais, para além dos contributos na estruturação da fileira, formação dos pescadores e palaiês e melhoramento das condições laborais.

Para além de ser uma impulsionadora da sensibilização e educação da sociedade civil local, medeia, junto dos decisores políticos, a realização de atividades humanas, com vista a uma gestão integrada das atividades numa perspetiva ecológica.

No campo dos projetos ativos acima referidos, merecerá relevo o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), estando sob as orientações da MARAPA a realização e coordenação das ações na fileira da pesca, o que representa, na prática, a aquisição de novas embarcações, desenvolvimento de Dispositivos de Concentração de Peixe (DCP) e ajuda à cooperativa de venda de peixe fresco com gelo, COPAFRESCO.

O Programa de Reabilitação de Infraestruturas e Apoio à segurança Alimentar (PRIASA -2011-2015), financiado pelo ADBG, assim como o Projeto de Adaptação às alterações climáticas, financiado pelo BM, constituem mais dois eixos de intervenção da MARAPA, no desempenho de funções que visam melhorar a segurança alimentar, mitigar a pobreza, bem como facilitar o acesso aos equipamentos que proporcionam a segurança dos pescadores no mar (MARAPA, 2013)⁵⁰.

⁵⁰ Acedido em fevereiro de 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/site/marapapt/projets-en-cours>

Segundo a informação adiantada pelo jornal Tropical de 14 de maio de 2013⁵¹, e inserido, também, no âmbito do PAPAFA, cofinanciado pelo FIDA e pelo Governo santomense, foram atribuídos, em meados de maio de 2013, 10 canoas Prao e 10 motores Yamaha, 6 cv, 4 tempos a pescadores de Angolares e Iô Grande.

De referir (ainda sob a mesma fonte, no mesmo dia) que a aquisição destas canoas está subvencionada a um crédito, passando os pescadores, após as respetivas assinaturas nos contratos, a responsabilizarem-se pelo pagamento de uma prestação mensal no valor de 24 08500Dbs (98.03€) ao longo de 14 meses, até perfazerem o total de 33.718.680 (trinta e três milhões setecentas e dezoito mil seiscentas e oitenta Dobras); 1 372.37€.

Mesmo com a aquisição dos novos equipamentos os pescadores beneficiados continuarão a não poderem afastar-se para além dos 6000kilometros da linha de costa, pelo que se perguntou ao Diretor da MARAPA se as instâncias governativas santomenses, ou os técnicos da UE a operarem em STP, transferem, através de ações de formação, *know-how* aos pescadores artesanais e semi-industriais de forma a torná-los aptos para que, caso surja oportunidade e embarcações apropriadas, possam pescar ao largo, já que com as atuais pirogas de que dispõem não o poderão fazer. Em resposta:⁵²

Esta é uma questão muito importante para o futuro das pescas em STP. Temos vindo a refletir muito intensamente sobre esta questão que nos preocupa imenso, tendo em conta os sinais de esgotamento de recursos perto da costa, ou seja, toda zona onde os pescadores artesanais atualmente têm acesso. O país tem uma zona económica de 160.000 km² e os pescadores artesanais somente exploram uma franja não superior a 6.000 km². Ora tendo em conta a dimensão da nossa ZEE necessário se torna que esforços sejam feitos para permitir aos pescadores se afastarem mais da costa e praticarem uma pesca ao largo com embarcações melhoradas e equipadas para o efeito. Tudo isto exige meios.

⁵¹ Acedido em maio de 2013. Disponível em: <http://www.jornaltropical.st/prologs.htm>

⁵² Jorge Carvalho do Rio é o Diretor da Federação das Organizações não-governamentais (FONG) e Presidente da MARAPA a operarem em STP. Todas as referências (Rio, 2013), à exceção da referida a 1 de fevereiro, são respeitantes aos seus pareceres, obtidos através da entrevista concedida por e-mail em 5 de fevereiro de 2013 e da troca de impressões via telefónica em 28 de junho do mesmo ano.

Embora a escassez de pescado nas referidas zonas seja do conhecimento geral, uma vez que está referida desde 2008 no relatório final de revisão dos elementos da estratégia do sector e do Plano Diretor das Pescas de STP (OCEANIC *et al.*, 2009:13; FAO, 2009:21a), a biomassa piscícola ainda existente nas águas santomenses vai, por enquanto, proporcionando alguma pesca artesanal, e continuando a despertar grande interesse a vários países no mundo, como são exemplo o Japão e Taiwan e os pertencentes à UE⁵³, entre outros, que através de contratos, memorandos e acordos capturam grandes pelágicos, demersais e mariscos, nas águas de jurisdição nacional (FAO, 2009:15; OCEANIC, 2009:3);

Em nota conclusiva deste capítulo;

O solucionamento de todas as debilidades/carências com que o sector pesqueiro santomense se confronta passa pela vontade governativa e por uma gestão integrada, envolvendo os decisores, as ONGs e as comunidades piscatórias. Através do diálogo tripartido crê-se ser possível o acionamento dos tão referenciados mecanismos que tornarão o sector pesqueiro santomense melhor equipado e globalmente mais competitivo. O adiamento, ou a lentidão⁵⁴, da aplicação dos projetos continuará a protelar, de igual modo, a exportação de pescado, especialmente para a UE, que vai mantendo o embargo sanitário desde há várias décadas pelo facto do país não reunir as condições higio-sanitárias apropriadas para o efeito. O desembargo sanitário ajudaria, sobremaneira, a pesca artesanal e o desenvolvimento global do sector, o que passa, também, por uma atitude mais interventiva por parte da UE; uma cooperação efetiva integrando formação profissional e, quiçá, investimentos técnicos e materiais para a concretização dos referidos projetos – a UE quer pescar em STP e o país é quem tem a matéria-prima, logo poderá, eventualmente, estar em posição de requerer outras mais-valias.

⁵³ Nomeadamente França, Espanha e Portugal.

⁵⁴ Fazendo bom jus ao ritmo *léve-léve* tão santomense (*léve-léve* - expressão do dialeto forro que quer dizer devagar, com calma, sem pressa).

CAPÍTULO III - Dos Acordos das Pescas aos Acordos de Parceria no Domínio das Pescas - União Europeia/Países ACP

III.1. O Histórico

Existem algumas diferenças nos compromissos assumidos nos acordos das pescas para com os países terceiros antes e após a reforma da Política Comum das Pescas da UE de 2002. Mas não se poderá aludir aos moldes que configuram os atuais acordos sem se referenciar o histórico evolutivo dos mesmos, e situar as linhas pautais em que foram descritos; linhas essas que fizeram emergir o termo “parceria” e deram corpo ao novo conceito de cooperação.

Depois das Convenções de Yaoundé (1964,1969 e 1971) e da Convenção de Arusha (1971 e 1975), as quais permitiram o estabelecimento de relações entre vários países africanos e a Comunidade Europeia, assim como o Protocolo 22, que assentou nas relações e negociações entre 20 países da Commonwealth com aquela Comunidade, acrescida na altura pela adesão da Inglaterra, Irlanda e Dinamarca, chega-se à Convenção de Lomé em 1975, assinada pela Comissão Europeia e, inicialmente, 46 nações.⁵⁵

Tendo em perspetiva a cooperação com os países ACP, as quatro Convenções que foram sucessivamente assinadas, sob a matriz de Lomé⁵⁶, regularam ao longo de 25 anos em defesa do “desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados ACP”, traçados num plano em que a cooperação, assente no imperativo da igualdade de direitos, perfilhava um regime económico justo para com estes países (Europa, 2011).⁵⁷

Considerada por muitos como um bom modelo de cooperação Norte-Sul, estas Convenções cessariam no ano 2000 sem o êxito inicialmente esboçado.

⁵⁵ 46 Países ACP - África, Caraíbas e Pacífico – foram signatários do 1º Acordo de Lomé, passariam para 58 na assinatura do 2º Acordo e para 79 no ano 2000, ano da assinatura da Convenção de Cotonou, com a exceção de Cuba.

⁵⁶ A última Convenção de Lomé foi assinada em 1989, no ano da queda do muro de Berlim. Este acontecimento viria a “revolucionar a cena política e económica internacional, abrindo o caminho a uma cooperação baseada em novos valores e princípios, que não estavam reflectidos no acordo de Lomé” (Ritto, s.a.:5).

⁵⁷ Acedido em dezembro de 2012. Disponível em:

http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm#

:

O aumento da pobreza, a falta de acesso da maioria dos países ACP aos *fora* económicos internacionais, a desagregação a nível social, as escaladas de violência e os conflitos armados, que resultaram em catástrofes humanitárias, continuaram a marcar o dia-a-dia da maioria dos povos pertencentes àqueles países, nomeadamente os africanos.

Embora a, então, CE tivesse justificado os desvios da implementação do plano de desenvolvimento ao carácter urgente de debelação dos vários conflitos humanitários, a verdade é que o desaire na aplicação dos princípios que pautaram a Convenção de Lomé, designadamente o princípio de cooperação financeira e técnica, balizando a “melhoria das condições de vida e [...] elevação do nível de desenvolvimento”, não surtiram qualquer efeito positivo (Ritto, s.a.:7-8). Antes pelo contrário, fizeram sobressair ainda mais os hiatos sociais anteriormente existentes ao propiciar o aproveitamento das ajudas financeiras, transferidas pela UE e outros doadores, por parte da maioria das elites dos países ACP, em detrimento da melhoria de vida das suas populações. Por fim, o carácter dominante que os processos de cooperação tiveram sobre as políticas daqueles países, “em vez de se colocarem ao seu serviço” (*Ibidem*), foi determinante para que a CE propusesse aos Estados Membros, e aos países ACP, alterações de teor político e dos conteúdos instrumentais de cooperação em curso, os quais viriam a consubstanciar o Livro Verde, publicado em 1997 (Europa, 2011).⁵⁸

Em vigência desde o dia 1 de março de 2000, e projetada para vigorar durante 20 anos, a nova Convenção foi assinada em Cotonou, no Benim, agregando 79 países ACP (com a exceção de Cuba), e tendo na sua base as premissas inscritas no Livro Verde, o qual não só continha as conclusões das avaliações de 1996 como a delineação do modelo que daria forma a um novo conceito de cooperação – parceria.

Em síntese, os fulcrais dominantes da Convenção de Cotonou incidem no reforço da “promoção dos direitos humanos, dos princípios democráticos assentes no Estado de Direito, da governação transparente e responsável, [assim como] nas políticas de consolidação da paz, de prevenção e de resolução de conflitos”, para além do combate à pobreza e preservação ambiental (Europa, 2011)⁵⁹.

Das diversas áreas de cooperação, as pescas integram um conjunto com a agrícola e são contempladas, de igual modo, com modelos de ações direcionados para

⁵⁸ Ver nota de rodapé 57.

⁵⁹ *Ibidem*

a promoção da atividade, consolidando, preferencialmente, a conservação e armazenagem dos produtos advindos daquelas atividades (PE, 1999).

O termo pareceria, que etimologicamente quererá dizer “reunião de indivíduos para a exploração de interesses em comum” (DLP, 2007:1184), sugere que os novos acordos vão, porventura, mais além do mero ajuste de contas, o qual perfilhou, durante mais de vinte anos, os acordos realizados entre a UE e os países ACP, designados como Acordos com os Países Terceiros.

Este novo conceito de cooperação é visível nos termos que encerram as disposições e aplicações das contrapartidas financeiras estabelecidas nos novos acordos. Enquanto nos depostos contratos os financiamentos eram direcionados para áreas designadas pela UE, nos vigentes são os respetivos países que determinam as prioridades à aplicação dos montantes. Esta tomada de posição vai no sentido do desligamento das anteriores diretivas (atenuando a postura paternalista da UE) e apela à responsabilização da gestão dos países ACP, desde que essa gestão seja feita em prol da sustentabilidade dos seus recursos piscícolas (EC, s.a.).

Para além desta *nuance*, o que os APP têm de novo consiste no reforço das avaliações de impacto, do controlo e execução, da gestão efetiva e sustentável das atividades de pesca; a contratação obrigatória de pescadores nacionais nos navios comunitários; o desembarque das capturas das frotas comunitárias para transformação no país parceiro; um quadro jurídico direcionado para a promoção da sustentabilidade haliêutica e a promoção da boa governação (*Ibidem*).

Com a introdução deste novo conceito a dimensão da cooperação foi, pelo menos teoricamente, ampliada e ficou atenuada a perspetiva do “They Come, They Fish, and They Go” (Carneiro, 2012:1), tantas vezes reparada e evocada pela comunidade científica, parte das sociedades civis e pelas ONGs.

A tomada de decisão, por parte da UE em alguns dos acordos renovados com países ACP, relativa à redução do esforço de pesca e à reposição dos *stocks* pesqueiros, bem como à preservação dos ecossistemas – no fundo, não mais do que consonante com os dispostos nos artigos 61º ao 64º e os artigos 66º e 68º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)⁶⁰, poderia ser

⁶⁰ Artigo61º “Conservação dos recursos vivos”; artigo62º “utilização dos recursos vivos”; artigo63º Populações existentes dentro das zonas económicas exclusivas de dois ou mais Estados costeiros ou dentro da zona económica exclusiva e numa zona exterior e adjacente à

considerada como mais um elemento diferenciador e/ou refletir uma imagem de parceria. Porém, e muito embora a UE legitime a sua Política Comum das Pescas através dos valores universais e tenha presente a perspetiva do robustecimento dos princípios da CNUDM, os incentivos de base continuam a ter subjacentes interesses de âmbito estratégico, já que o perfil da sua política, no respeitante à pesca nos países ACP, assenta em três extensões: 1) manter a presença europeia nas pescas e proteger os seus interesses; 2) abastecer os mercados europeus com produtos pesqueiros; 3) promover a pesca sustentável nos países em desenvolvimento (CEC, 2002:5). Por esta última, claramente como garante da sua continuidade pesqueira naqueles países.

Segundo a Comissão dos Assuntos Sociais e do Ambiente, pertencente ao Parlamento Europeu, com dados de 2012, a UE reúne - para além das “400 embarcações de origem europeia” que “operam no âmbito de empresas mistas estabelecidas em países terceiros, incluindo os países ACP” - uma frota externa com 700 embarcações das quais 350, aproximadamente, são abrangidas pelos novos acordos nos países ACP e a “outra metade opera com base em licenças ou acordos privados” (CASA, 2012:2). De acordo com esta fonte,

Os acordos de pesca abrangem atualmente menos de 0,5 % das atividades das frotas da UE; o peixe capturado ao abrigo dos APP representa cerca de 3 % do fornecimento total de peixe para o mercado da UE e as importações dos países ACP representam cerca de 10 % das importações de peixe da UE.

Estes números estão, de facto, muito longe “das 3000 embarcações [...] 2,7 milhões de toneladas de peixe [capturado] por ano [...] representando 40% das capturas da frota comunitária” em 2003, só nos APP com os países terceiros (Fernandes, 2003).

Merecerá, porventura, ponderação a descida de 37% das capturas, tendo em conta as necessidades de consumo de peixe da UE que atingem, nos dias correntes, “mais de 60 % das importações” (CASA, 2012:2).

Ainda que a criação de peixes em cativeiro (aquacultura) forneça “mais de 1,2 milhões de toneladas de peixe por ano aos mercados da UE” (OCEAN, 2012:3), a aquacultura tem estado muito dependente do pescado capturado no mar (*Ibidem*).

mesma; artigo64º “Espécies altamente migratórias”; artigo66º “Populações de peixes anádromos”; artigo68º “Espécies sedentárias” (JOL179,1998:18-20).

Ainda no encaixe do conceito parceria, não será demais lembrar a 2ª Cimeira UE/África, que se realizou entre 7 e 9 de dezembro de 2007 em Lisboa, e da qual saiu a Estratégia Conjunta e Plano de Ação e a Declaração de Lisboa, ratificadas pelos 27 Estados Membros e em vigor desde 1 de dezembro de 2009. O assunto dominante integrou-se na reafirmação do conceito, assente na tão referenciada “parceria com África e não uma parceria para ajudar África, uma parceria sem paternalismos, sem líderes e seguidores, mas antes de igual para igual” (PUE, 2009:96).

Dos pontos aprovados, merecerá relevo a parceria no âmbito da sociedade da informação, que teve como objetivo a promoção da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em África, referenciada como fundamental para o desenvolvimento socioeconómico do continente (*Ibidem*:128). Não se podendo deixar de mencionar as mais-valias destas ferramentas para o sector pesqueiro, cuja utilização permite uma gestão mais eficiente, e constitui, ao mesmo tempo, facilidades na monitorização das pescas.

Porém, várias falhas foram detetadas na sua operacionalidade, tornando-se em alvo de novas abordagens na Cimeira que se seguiu em 2010, na cidade de Trípoli. Presentemente, esta questão, continua a dominar as agendas da UE e da União Africana (UA), tendo sido já situada na reunião preparatória em Adis Abeba, no mês de abril de 2013, para ser debatida na próxima Cimeira, que terá lugar em Bruxelas em 2014. Para além deste assunto, estão também contemplados temas relativos à paz, segurança, educação, saúde, agricultura, ao comércio e às alterações climáticas (CE, 2013). Estas últimas, largamente referenciadas como um obstáculo para as pescas.

III.2. Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas UE/STP

Em todos os protocolos, ou decisões, dos acordos no domínio das pescas, celebrados entre a UE e STP, configuraram contrapartidas financeiras e em todos ficaram assumidos vários compromissos entre as partes.

Os quadros abaixo expostos contêm vários pontos, considerados fulcrais, dos Acordos das Pescas de 1984 a 2006, e dos que figuraram com o termo “parceria”, a partir de 2006 ao vigente. Através das sumulas seleccionadas, extraídas dos relatórios/pareceres oficiais e outros importantes documentos científicos, poder-se-á ficar com uma imagem dos contornos em que os acordos se realizaram, constatar as alterações que os mesmos sofreram ao longo dos anos, a evolução das contrapartidas

financeiras globais e específicas que foram sendo atribuídas às várias áreas do sector pesqueiro santomense, particularmente à pesca artesanal, designadas como prioritárias pelas partes, e reter as conclusões de alguns dos pareceres técnicos.

Quadro 1. III: Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 1984 a 1990

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP1984/1987*					
Anos Duração do Acordo	Nº Barcos	Tonelagem Pescado/ano	Contrap/ Financeira	Contrap/ Financeira Específica	Aplicação no Sector Pesqueiro STP
1984 1987	27 Atuneiros Frigoríficos Oceânicos	4 000t/ano – Pesca Autorizada em toda a ZEE STP?	540 000Ecu V/G + 20Ecu/t/L	Sem Registo	Realização de Projetos Ligados ao Desenvol/STP
Relatórios/Pareceres/Docs. Científicos			Benefícios Pesca Artesanal Sem Registo		Observações

*(JOL54, 1984: 23- 25) (Ecu) Moeda CEE; Licença (L); Valor Global (VG); Toneladas (t)

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP1987/1990**					
1987 1990	54 Atuneiros Cercadores Congeladores + 10 Atuneiros Linha e vara	9500t/ano Pesca Autorizada Além das 12 milhas da Costa	1 450 000 Ecu/VG 20Ecu/t/L	450 00Ecu do VG	Programas Científicos Técnicos Formação Prática e participação dos funcionários em eventos da área a nível internacional; Melhorar conhecimentos sobre os recursos crustáceos; Apoiar a integração de STP no COREP e ICCAT
"In respect of the funds for targeted measures, all that the government was obliged to do was to report on the results of the exploratory shellfish campaign."1				Sem Registo	

** Protocolos e/ou Decisões do Conselho da UE não disponíveis no seu *site* oficial
 Fonte: (Carneiro, 2012:13-17-20) 1- (*Ibidem*: 17).

No primeiro acordo (1984-1987) é visível a ausência das quantidades das capturas e, ainda que esteja mencionado o destino da contrapartida global (realização de projetos ligados ao desenvolvimento de STP), não houve atribuição de compensação financeira para áreas específicas do sector pesqueiro local. Por outro lado, o protocolo não expressa a salvaguardar das 12 milhas a partir da linha de costa, de acordo com o previsto no artigo 3º da convenção do CNUDM, mas presume-se que as mesmas possam ter sido respeitadas. (JO L54 1984; CNUDM, 1984:22).

Para além da CEE ter aumentado a tonelagem do pescado no acordo de 1987/1990, e na sua proporção a contrapartida financeira, começaram a figurar as contrapartidas específicas para aplicação nas áreas prioritárias, designadas pela a UE e

STP, do sector pesqueiro santomense. Mantendo os projetos para desenvolvimento do país, foi adicionado, em síntese, formação de quadros técnicos, apoio à integração de STP no Comité Regional de Pescas do Golfo da Guiné (COREP) e na ICCAT, e bolsas para estudos direccionadas ao melhoramento dos conhecimentos do país sobre os seus recursos crustáceos, sob um montante de 450 000Ecu específico (Carneiro, 2012:17), Embora tivesse feito parte deste P, como de todos os outros posteriormente assinados, a obrigatoriedade do cumprimento dos programas assinalados e a apresentação de relatórios por parte de STP, assim como o controlo, pela CEE, das aplicações dos fundos específicos, tudo a que o Governo santomense foi obrigado a apresentar, nas avaliações intercalares e finais deste P, resumiu-se a um relatório sobre os resultados da campanha exploratória de crustáceos (*Ibidem*).

Quadro 2. III: Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 1990 a 1996

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP1990/1993**					
1990 1993	46 Atuneiros Cercadores + 5 Atuneiros Linha e vara	Sem Registo	1 650 000 Ecu/ VG +20Ecu/t/L	150 000 Ecu do VG	Programas Científicos Técnicos + Formação Prática (+375 00Ecu) e participação em Eventos
Inacessível			Sem registo		

** Fonte: (*Ibidem*)

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP1993/1996*					
19 93 19 96	40 Atuneiros Cercadores Congeladores + 8 Atuneiros Linha e vara	9 000t/ano - Pesca Autorizada para lá das 12 milhas da Costa	1 650 000 Ecu VG +20Ecu/t/L	250 000Ecu Do VG	Programas Científicos Técnicos para Melhorar os Conhecimentos Haliêuticos e Biológicos (+275000Ecu); Participação em Eventos; Formação
DGP bem equipada; Falta Recursos Humanos/inoperância do sector 2				Sem Registo	Até 1993 STP s/ contrato de marinheiros nos navios CE 3

* (JOL, 1993:3-4); 2- (FAO, 1995:19a) 3 - (Carneiro, 2012: 20) **Fonte: (*Ibidem*)

O protocolo de 1990 a 1993 manteve a referência para o programa científico e técnico, mas a CEE detalhou as áreas de desenvolvimento de competências. A contrapartida específica deste P só foi desembolsada depois de STP clarificar os componentes e conteúdos do programa, com a divisão do dinheiro pré designado para as respetivas áreas, ficando igualmente incumbido de enviar em relatório, à CEE, a planificação dos referidos conteúdos e valores. Devido à transferência dos montantes, para aquelas

áreas planificadas, o montante específico global foi reduzido para um terço, relativamente ao P de 1987/90, e foi elevada a exigência para o cumprimento do programa, com a participação ativa da CEE. (Carneiro, 2012:17).

A atribuição dos fundos específicos do protocolo entre 1993 e 1996 foi feita na base de uma exigência idêntica à do anterior, tendo os mesmos sido fracionados, em duas partes em cada ano.

No decurso deste acordo, houve uma redução dos atuneiros cercadores (menos oito navios), elevou-se o número dos atuneiros de linha e vara (mais três navios), mas o valor da contrapartida financeira global manteve-se inalterado.⁶¹ As áreas específicas foram traçadas a par das anteriores, ou seja, continuaram a incidir na formação de quadros técnicos e nos estudos científicos, desta vez alargados à melhoria dos conhecimentos haliêuticos e biológicos da ZEE de STP (*Ibidem*).

Todavia, e segundo o patenteado no relatório da FAO de 1995, e ainda que a DGP santomense estivesse, na altura, “bem equipada em computadores e meios de transporte”, a “falta de conhecimentos em estatística e tratamento de dados”, por parte dos “funcionários”, implicou na contratação de um consultor/estatístico a fim de debelar a inoperância. Tendo sido dados três meses para resolução do assunto, a FAO instou, ainda, que os trabalhos deveriam incluir o recenseamento das pirogas, e recomendou aos responsáveis pelo sector a utilização deste “relatório como um dos instrumentos de gestão da pesca artesanal marítima em geral, e em particular, para resolver os dois grandes problemas: importação do material de pesca e oportunidades para créditos aos pescadores” (FAO, 1995:19a).

Relativamente aos resultados dos estudos haliêuticos e biológicos, anotados, não se consegue perceber se os estudos chegaram, de facto, a ser concluídos pelos investigadores e/ou agentes de STP uma vez que as informações disponíveis em 2013 sobre os crustáceos de STP, por exemplo, reportam-se às décadas de 80/90, sob a responsabilidade da URSS, dos seus estudos realizados nas referidas décadas, como é exemplo o constante no relatório da FAO de 2009 (p.:15).

⁶¹ Convirá referir que os tunídeos são espécies migratórias e as tonelagens acordadas nem sempre são atingidas no decurso dos protocolos, o que por vezes implica ajustamentos nos protocolos seguintes, tanto nas reduções das capturas como nas suplementares.

Quadro 3. III: Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 1996 a 2002

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP1996/1999**					
1996 1999	37 Atuneiros Cercadores Congeladores + 7 Atuneiros Linha e vara	9 000t/ano - Pesca Autorizada para lá das 12 milhas da Costa	1 800 000Ecu VG + 50 Ecus/t extra + 20Ecu/t/L	187500Ecu Do VG	Programas Científicos Técnicos + Formação Prática (+187500Ecu); Participação Eventos internacionais do sector
		Sem Registo	1993/1999:Foram contratados três marinheiros de STP para as embarcações da UE 4		

4 – (Carneiro, 2012:21)

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP1999/2002*					
1999 2002	36 Atuneiros Cercadores Congeladores + 7 Atuneiros Linha e vara + 33 Palangreiros Superfície	8 500t/ano	1 912500€ *** VG +50€/t extra +25€/t/L	9562 50€	Programas Científicos Técnicos =286 875 € Vigilância = 286 875€ Apoio Administrativo= 114 750€ Bolas Estudo e = 119 250€ Apoio Pesca Artesanal= 76 500€
Avaliação ex post acordos de pesca de Setembro de 1999 (IFREMER): Assim, por exemplo, os adiantamentos dos armadores são elevados e verifica-se uma melhoria dos processos de controlo das ações específicas que representam 40% da contribuição financeira global" 5				Sem registo	Observador/navio STP nas embarcações da CEE inspeção e monitorização das atividades de pesca; contratação de seis marinheiros de STP 6

*(CCE, 1999:4-10); 5 – (CCE, 2002:24); ***A conversão do ECU para o EURO deu-se a 1 de janeiro de 1999; 6 – (CCE, 2002: 9-11).

Do acordo realizado no período de 1996 a 1999 sublinha-se o facto ter começado a figurar nos protocolos a obrigatoriedade do preenchimento dos diários de bordo, com a indicação da posição exata da zona de pesca, independentemente dos volumes das capturas, e a contratação, pela primeira vez, de três marinheiros santomenses na frota europeia; as instâncias governativas santomenses não negociaram esta possibilidade nos acordos das pescas com a CEE até 1993 (Carneiro, 2010:13).

No protocolo assinado de 1999 a 2002 merecerá relevância a diminuição da tonelagem de pescado acordada, para menos 500t, e o aumento substancial das contrapartidas global e específica, respetivamente. Os adiantamentos pagos pelos armadores, para obtenção de licença de pesca, aumentaram para todas as categorias de navios mais 138 750€, relativamente ao anterior protocolo, o que justifica a diferença dos valores da contrapartida global e, na sua proporção, da específica, tendo esta passado a representar 50% do VG (CCE, 1999:18).

Os montantes específicos atribuídos para as áreas prioritárias do sector, passaram a figurar descritivamente nos documentos de decisão e protocolos da UE, selecionados previamente por STP e com a anuência da UE, merecendo destaque os 114 750€ destinados aos serviços administrativos, em contraponto com os 286 875€ para o reforço da vigilância e os 76 500€ para apoiar a pesca artesanal.

Porém, os apoios à pesca artesanal continuaram sem visibilidade, merecendo, em 2005, reparo do *Pew Institute for Ocean Science, for Earth Institute/Columbia University* (PIOS), o qual expressa no seu relatório recomendações para a Reforma das Pescas em São Tomé e Príncipe: “[...] não perder de vista a pesca artesanal, com concentração contínua nos pescadores e [palaiês], um pequeno segmento da população com um impacto desproporcional do resto do país” (Pikitch e Doukakis, 2005:10). Esta recomendação poderá ser reveladora do quanto apartados estarão os pescadores e as palaiês do resto da sociedade santomense, pressupondo-se que viverão abandonados, e levantará, certamente, dúvidas quanto à aplicação integral dos montantes atribuídos ao subsector por parte da UE, tanto mais se retivermos as declarações de Gabriel Labra, Assessor da CETMAR e operador no Programa Nacional de Extensão Pesqueira (PRONEPA)⁶² no país, relativamente à situação das comunidades piscatórias artesanais santomenses, sete anos passados sobre o anterior parecer e dez sobre o *términus* deste protocolo (1999/2002): “[...] vivem numa situação de abandono, muito apartadas das instituições e com muito pouca participação das políticas pesqueiras do país” (Labra, 2012).

Ainda sobre o protocolo de 1999/2002, merecerá relevo o parecer da CCE. Revelando, na Proposta de Regulamento do Conselho do ano em referência, o

⁶² O PRONEPA, iniciado em 2011, conta com o apoio técnico da MARAPA, da CETMAR e do Ministério do Plano de STP, foi financiado inicialmente pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), tendo como objetivos “o desenvolvimento económico, solidário e sustentável das comunidades pesqueiras artesanais” e a mediação da “comunicação e colaboração entre a Direção das Pesca” santomense e as comunidades (ver nota de rodapé 48). A reter que o compromisso assumido pelo Estado santomense em 2012 para passar a financiar o referido Programa foi, segundo Carvalho do Rio (2013), materializado. No entanto apenas tem conhecimento da “presença de alguns funcionários afetos à Direção das Pescas” de STP a trabalharem no terreno; “não se regista formação profissional aos pescadores e às palaiês”, nem se verificam avanços no respeitante às infraestruturas, nomeadamente na construção de mercados de peixe, e de outras direccionadas ao processamento e armazenagem dos produtos advindos da pesca artesanal. Continua a não haver linha de crédito para as comunidades piscatórias artesanais, embora haja negociações entre o “Estado e Taiwan para a abertura de uma linha de financiamento” para aquele fim (Rio, 2013).

condicionamento da renovação deste protocolo “à aplicação de um sistema eficaz de vigilância/controlo das [atividades] de pesca”, assim como ao compromisso por parte de STP de dedicar uma parte significativa da contrapartida financeira às [ações] específicas”, verificou, esta Comissão, em avaliação *ex-post*, terem sido “devidamente aplicados os 50% da contrapartida global às [ações] específicas” (CCE, 1999:18).

As ações realizadas por STP, para “a eficácia dos sistemas de vigilância/controlo” das atividades de pesca na sua ZEE, devem ter deixado a CEE satisfeita, e ainda mais, tendo em conta a confirmação do IFREMER (2002) sobre o controlo das aplicações por parte daquela Comissão. Expressou, pois, ter havido, efetivamente, “uma melhoria dos processos de controlo das [ações] específicas” (CCE, 2002:24). Contudo, só em 2011 “foram dados os primeiros passos para a instalação de um sistema de controlo de navios por satélite” (PE, 2011:9). Deste modo, conclui-se que as vigilâncias e os controlos das pescas na ZEE santomense foram apenas realizados com a observação pelo único satélite existente, considerado obsoleto, para além de, na maior parte do tempo, permanecer avariado, e da guarda costeira local, a qual, segundo Rio (2013) “também não têm meios para a fiscalização (patrulhamento).

Quadro 4. III: Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 2002 a 2006

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP 2002/2005 (a) *					
2002 2005	36 Atuneiros Cercadores+ 2Atuneiros c/Canas +25Palangreiros+ 2 Navios pesca de fundo (caranguejo)	8 500t/ano	1 320 000€ VG +75€/extra +25€/L +42€/TAB por trimestre pesca do caranguejo	880 000€ do VG +50 000€ Estudos sobre caranguejo	Programas Científicos Técnicos =90 000€ - Reforço Sistema de Vigilância e Controlo Pescas =90 000€ -Administração Pescas =90 000€) – Bolsas Estudo = 70 000€ - Participação Funcionários STP Eventos =70 000€ - Pesca Artesanal= 215 000€ TOTAL= 370 000€ Relativo ao 1º Ano + 255 000€ 2º Ano + 255 000€ 3º Ano (mesmas áreas)
“Devem ser exploradas técnicas de vigilância, incluindo o uso de rádio, satélite e estudos aéreos e/ou monitorização externa, controlo e vigilância (MCS). A curto prazo, melhor participação em programas de controlo regional, incluindo COREP”⁷					
Pescadores e palaiês “segmento da população com um impacto” desigual do “resto do país” ⁸			Insuficientes meios de patrulhamento na ZEE; navios CEE operam com quase total impunidade. ⁹		

*(CCE, 2002: 8-10); ⁷ – (Pikitch e Doukakis, 2005:7); ⁸ – (*Ibidem*:10); ⁹ – (Carneiro, 2012:23). O acordo compreendido entre 2002 e 2005 foi concebido sob forma de troca de cartas a título provisório até à realização do protocolo.

ACORDOS DAS PESCAS CEE/STP 1/06/2005 a 31/05/2006 (b) *					
2005 2006	36 Atuneiros Cercadores + 2 Atuneiros c/ Canas + 25 Palangreiros Superfície	8500t	687 500€ + 75€t extra + 25€/t/L +42€/TAB por trimestre para pesca de caranguejo	255 000€do VG +38 2500€	Estudos de Avaliação de Caranguejo + 50 000€
"Contribuição para Emprego e o Valor Acrescentado na Comunidade" 10			Sem Registo		"A frota dos atuneiros cercadores embarcará seis marinheiros" 11

*(CCE, 2005: 3-7-18); **(b)** O APP compreendido entre 1 de junho de 2005 a 31 de maio de 2006 foi concebido sob forma de troca de cartas, a título provisório, até à realização do APP de 2006/2010, o qual teve uma duração de 4 anos (CE, 2013); **10** – (CCE, 2005:17); **11**– (CCE, 2002:17).

O acordo realizado entre 2002 e 2005 foi consumado sob troca de cartas face ao *términus* do anterior protocolo e à necessidade de assegurar as atividades. Deste modo, a troca de cartas previu a “aplicação provisória do protocolo” seguinte (CCE, 2002:3).

Relembra-se que em 2002 concluiu-se a reforma da Política Comum das Pescas da UE, ainda que neste protocolo, e até à realização do de 2006, não tivessem figurado as premissas constantes do novo regulamento.

Neste protocolo ficou acordada, para além dos 38 atuneiros e 25 palangreiros, a introdução de mais 3 navios de 250 toneladas de arqueação bruta, dirigidos à pesca do caranguejo (pesca de fundo) para um período de 12 meses, a título experimental, com uma atribuição específica de 50 000€ (CCE, 2002:8).

Dos montantes distribuídos pelas áreas consideradas prioritárias destacam-se, de novo, as parcelas totais destinadas à pesca artesanal (215 000€) e ao reforço do sistema de vigilância e controlo das zonas de pesca (90 000€), respetivamente (CCE, 2002:9).

A recomendação expressa pela PIOS em 2005, neste domínio, incidindo na necessidade urgente da aquisição de equipamentos para assegurar a vigilância, “incluindo o uso de rádio, satélite e estudos aéreos” em STP (Pikitch e Doukakis, 2005:7), assim como o parecer de Carvalho do Rio (2013), e o declarado pelo PE em 2011, acima referidos, servirão para clarificar a execução, efetiva, de todas as ações específicas realizadas no âmbito da monitorização e vigilância das pescas, previstas em todos os protocolos em que o requisito constou. Relativamente à atribuição do

financiamento específico à pesca artesanal e à efetiva evolução deste ramo pesqueiro, retomam-se todas as referências mencionadas no ponto II.5., particularmente as mencionadas na página 46 deste trabalho, sob a informação da SENRP de 2012, assim como a presente declaração de Carvalho do Rio (2013), sobre a aplicação dos montantes recebidos através dos acordos das pescas e dos APP: “Realmente esses fundos atribuídos anualmente não foram implementados; acho que foi devido aos problemas financeiros do Estado santomense.”

Efetivamente, o dinheiro conseguido das contrapartidas é transferido para o tesouro nacional, é absorvido pelo Orçamento Geral do Estado e distribuído pelas suas respetivas despesas (Carneiro, 2012: 19).

Quadro 5. III: Acordos das Pescas e Acordos de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e STP de 2006 a 2014

ACORDOS DE PARCERIA NO DOMÍNIO DAS PESCAS UE/STP 2006/2010*					
2006 2010	25 Atuneiros Cercadores Congeladores+ 18 Palangreiros Superfície	8 500t/ano	2 210 000€ VG + 35€/t extra +65€/t/L	994 500€ do VG	Apoio e Execução de Iniciativas nas Pescas; Reforço Cooperação Pesca Sustentável no Âmbito COREP e ICCAT
“A DGP necessita de uma forte coordenação com outros Ministérios e atividades económicas”; “trabalhar” com órgãos tutelares de outras competências afetas “à gestão e desenvolvimento do sector pesqueiro” 12				Crédito a baixos juros para aquisição de apetrechos da pesca	Em STP a política das pescas é quase inexistente 13

*(JOL L205, 2007:40-42); **12** – (CETMAR, 2009:5); **13** – (OCEANIC *et al.*, 2009:11-21-77)

ACORDOS DE PARCERIA NO DOMÍNIO DAS PESCAS UE/STP 2011/2014*					
2011 2014	28 Atuneiros Cercadores + 12 Palangreiros Superfície	7 000t	2 047 500€ VG + 65€/t extra +	682 500€ do VG +65€/t extra +455 000€/t/L V/Total	Pesca Sustentável e Responsável; Prioridades Expressas pelo Governo Local; Reforço das Capacidades Instituições, Formação Quadros, Melhorar Condição para Prod/comércio pesca artesanal para UE
Avaliação <i>ex post</i>: “foram feitos progressos significativos em matéria de meios de controlo e de fiscalização das pescas (foram dados os primeiros passos para a instalação de um sistema de controlo de navios por satélite, foi criada a nova base legal para a criação de um ficheiro de navios e respetiva gestão)” 14				10 Canoas Prao e 10 motores [...] Yamaha, 6 CV, 4 tempos a pescadores de Angolares e Iô Grande; Formação a 36 Pescadores do Caué 15	STP: 2500 a 3000 pescadores artesanais + 200 a 300 pescadores semi-industriais + mais de 2 000 Palaiês 16

*(JOL136, 2011:5-6); **14** - (PE, 2011:9); **15** – (Téla-nón, 2013) disponível em: <http://www.jornaltropical.st/prologs.htm>; **16** – (FAO, 2009:14)

O acordo estabelecido entre 2005 e 2006 foi também realizado sob forma de troca de cartas, a título provisório, mas por uma situação anómala. A instabilidade política em STP, na altura, esteve na causa do atraso das assinaturas do protocolo de 2005 (CEE, 2005:12).⁶³

Deste acordo destaca-se apenas o referido no documento da CCE de 2005 relativo à contribuição dos acordos para o emprego (CCE, 2005:3-7) em STP, contrastando com os seis marinheiros contratados para a frota dos atuneiros cercadores, durante a vigência deste protocolo.

O número dos marinheiros contratados para os navios europeus só viria a ter algum significado, segundo a FAO (2008), a partir de 2007. Esta fonte revela a integração de 300 marinheiros nacionais que, de forma rotativa, embarcam nas frotas daqueles navios. Persiste, contudo, a dúvida em relação ao número assim como à formação dos mesmos para poderem integrar a frota, uma vez que não houve conhecimento, no meio pesqueiro artesanal, da contratação de marinheiros santomenses para as referidas frotas, nem estão acessíveis os registos que possam confirmar as participações (Rio, 2013).

De referir, ainda, que, a par do constante no número 1 do Capítulo IV da Decisão do Conselho, está indicado que “20 % dos marinheiros embarcados devem ser de origem santomense ou, eventualmente, originários de um país ACP” (JO L136, 2011:13), desconhecendo-se, no entanto, os números de marinheiros que compõem a frotas europeias, sobre o qual são subtraídos os citados 20%; para além da singularidade de poderem embarcar outros marinheiros não santomenses (repete-se), ainda que pertencentes aos países ACP.

O Acordo de Parceria no Domínio das Pescas realizado para o período de 2006 e 2010 é marcado pela, entre outras, adoção do termo parceria. A diferença, pelo menos em teoria, assenta na gestão autónoma de STP de todas as contrapartidas financeiras. Enquanto nos depostos contratos as mesmas foram direcionadas para áreas traçadas pela UE e por STP, nos atuais APP há um desligamento das diretivas europeias e o apelo à responsabilização integral de STP para a definição das prioridades do seu

⁶³ Durante a presidência de Fradique Menezes (2001-2011) foram vários os episódios que incitaram à denominação de Governo “bastante frágil”. Em 2004 uma moção de censura apresentada pela Assembleia Nacional “relacionada com o sector petrolífero incitou o Governo a uma grande prudência”, facto que resultou no retardamento das assinaturas do protocolo de 2005 (CEE, 2005:12).

sector pesqueiro, e aplicação das contrapartidas, desde que essa definição seja feita em prol da sustentabilidade dos seus recursos de pesca e sejam cumpridas as aplicações dos valores atribuídos (EC, s.a.). Contudo, o ponto 1. do artigo 7º da Proposta de Regulamento do Conselho da CCE (2007) indica que a “identificação dos objetivos” da respetiva programação anual e plurianual é definida em conformidade com as prioridades da política das pescas do país, mas em comum acordo, ou seja, entre as partes (CCE, 2007:17).

A este propósito, a política das pescas de STP, indispensável para o conhecimento integral do sector em todas as dimensões pesqueiras e afins, foi avaliada como inexistente.

Os apoios institucionais, que facilitam a planificação de políticas adequadas, assim como a mobilização dos recursos financeiros necessários para uma verdadeira política das pescas, são escassos. Acrescem a estes “a falta de organização dos agentes económicos [que] tem impedido a transferência de funções e competências”, a falta de quadros técnicos e de uma política orçamental, bem como a pouca fiabilidade das informações disponíveis sobre a pesca artesanal, tornando a política das pescas santomense muito pouco alicerçada (OCEANIC *et al.*, 2009:11-21-77), ou mesmo inexistente (Carneiro, 2012:19).

Face às debilidades constatadas, as recomendações da CETMAR recaíram na necessidade urgente da coordenação da DGP de STP com outros Ministérios, nomeadamente com a Capitania da Marinha, responsável pelas emissões das licenças de pescas, pela receção dos dados e comunicações com os navios industriais (CETMAR, 2009:5), neste caso navios estrangeiros, para além da indispensabilidade desta Direção trabalhar com órgãos tutelares dos *fora* económicos e de outros com competências afetas à gestão e ao desenvolvimento do sector pesqueiro (*Ibidem*).

Em vigência desde 24 de fevereiro de 2011, o atual APP terá uma vigência de três anos e possibilita aos operadores das pescas da UE a captura de 7 000 toneladas/ano de tunídeos na ZEE santomense, num total de 30 embarcações.⁶⁴ Em

⁶⁴ Um dado curioso, reporta-se à distribuição da frota da UE; a França e Espanha sumarizaram um número significativamente maior de embarcações que Portugal. As embarcações portuguesas são essencialmente palangreiros de superfície. No APP vigente, por exemplo, a Espanha opera com 16 atuneiros cercadores e 9 plangreiros de superfície, a França com 12 atuneiros cercadores e Portugal apenas com 3 palangreiros de superfície. Facto que, por um lado, não deixa de causar estranheza, tendo em conta os séculos de história da ligação de Portugal ao mar, assim como a longevidade das relações com STP, mas que, por outro lado,

compensação, são atribuídos 2 047 500€, relativos à contrapartida global, o que representa 455 000€, equivalente a uma tonelagem de referência, e 227 500 €/ano, relativos aos montantes específicos “para o apoio à aplicação da política sectorial das pescas” de STP (JOL136, 2011:5).

De entre os vários pontos acordados neste APP, destacam-se o Ponto 4. do artigo 3º, o qual expressa a obrigatoriedade de uma avaliação anual dos resultados de execução do programa, e a redução da contribuição financeira no caso da sua não execução, o Ponto 2. do artigo 4º (Cooperação científica para uma pesca responsável); Pontos 9., 10. e 11. da Secção 4 do Capítulo III (Controlo por Satélite) e Pontos 1.1., 1.2., 1.3, 2., 8.5., 12. e 14. do Capítulo V (Observadores) (JOL136, 2011:6-15). Tem-se presente que estes Pontos influem diretamente nos eixos prioritários sinalizados pela UE e STP, no âmbito do “quadro de parceria para uma política de uma pesca sustentável e responsável”, assim como no reforço das capacidades institucionais santomenses, as quais visam o desenvolvimento da política sectorial das pescas e a produção e comercialização da pesca artesanal, nomeadamente para os mercados da UE.

A redução da tonelagem acordada para a captura dos grandes pelágicos (de 850t para 7000t) neste protocolo, poderia ser interpretada, apenas, como uma ação de boa gestão da manutenção dos bons níveis dos recursos haliêuticos, em conformidade com as “resoluções adotadas no âmbito da ICCAT e à luz dos melhores pareceres científicos disponíveis” (JO136, 2011:6). Mas, o facto deve-se, sobretudo, à diminuição do pescado nos últimos anos, o qual não tem permitido à UE concretizar as capturas acordadas.

Embora o documento do Parlamento Europeu (2011) tenha expresso que a pesca de espécies como o atum albacora (*Thunnus albacares*), atum gaiado (*Katsuwonus pelamis*) ou espadarte (*Xiphias gladius*) decorre dentro de limites sustentáveis, o último parágrafo do mesmo documento não deixa de transparecer algumas dúvidas:

There is a degree of uncertainty as regards possible adverse effects on certain in species, but the impact of the agreement on the situation as a whole is minimal, and it is considered to be sustainable and in line with ICCAT recommendations (EP, 2011: 9).

poderá significar que não há escassez haliêutica em Portugal, ou, então, há uma grande insuficiência de frota e indústria pesqueiras.

Restam mais dúvidas se tivermos em conta a avaliação original do *International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas* (ICCAT, 2011) no seu relatório bienal relativo a 2010-2011.

Referenciando a ausência, por parte de STP, de informação estatística sobre a situação do estado das pescas no país, assim como de outras informações relevantes, nas disposições finais do relatório, inseridas no *Table of Actions by the Compliance Committee Regarding Cases of Non-Compliance*⁶⁵, o ICCAT aconselha:

Maintain identification and send letter expressing concerns over continued data reporting deficiencies. Encourage participation in future meetings. Indicate that failure to respond may result in the Commission considering further action in 2011(2011:355).

A total ausência de informação por parte de STP, a este respeito, às instâncias reguladoras que avaliam e determinam quais os limites capturáveis dos recursos, torna questionável a autenticidade da sustentabilidade do referido pescado. Embora o ICCAT disponha de outros pareceres científicos sobre a matéria, estarão sempre em falta os dados do próprio país.

No enalço da utilização correta dos totais admissíveis de captura atribuídos para a promoção do sector pesqueiro poder-se-á, ainda, observar neste APP a indicação da obrigatoriedade de “uma avaliação dos resultados de execução do programa sectorial plurianual” sob pena de redução da contrapartida específica no caso da sua não execução (JOL136, 2011:6).

Esta tomada de posição deverá incitar à utilização e gestão mais cuidadas dos financiamentos. Estará subjacente a melhoria efetiva das condições das atividades pesqueiras santomenses, o que incluirá a implementação de laboratórios e de eficientes equipamentos para a monitorização das pescas, assim como a aquisição dos meios apropriados para tratamentos de dados estatísticos. Mas a determinação e a medida punitiva anunciadas não deixam de suscitar outras dúvidas.

As carências que STP apresenta no controlo, ou monitorização, assim como no âmbito laboratorial e estatístico - indispensáveis para uma eficaz monitorização na sua ZEE, para uma verdadeira avaliação haliêutica, e salvaguarda dos recursos marinhos, visando a sustentabilidade das pescas - são do conhecimento da UE muito antes das

⁶⁵ Ver ANEXO G

realizações dos acordos e após as cessações de todos os protocolos. As avaliações *ex-ante* ao sector, realizadas pela UE (EC, s.a.), permitiram constatar, certamente, todos os *handicaps* existentes. No entanto, em relação à vigilância/controlo e gestão de dados, a inoperância das mesmas apenas é referenciada com clareza no relatório *ex-post* de 2011:

De acordo com o estudo de avaliação *ex post* foram feitos progressos significativos em matéria de meios de controlo e de fiscalização das pescas (foram dados os primeiros passos para a instalação de um sistema de controlo de navios por satélite, foi criada a nova base legal para a criação de um ficheiro de navios e [respetiva] gestão) (PE, 2011:9)

Reitera-se, se apenas foram “dados os primeiros passos”, poder-se-á concluir que a vigilância/controlo em todos os anos anteriores foram irrisórios ou não existiram.⁶⁶ Nesta perspetiva, tornar-se-ão, porventura, ilógicas as recomendações expressas nos Pontos 9., 10. e 11. da Secção 4 do Capítulo III (Controlo por Satélite):

10: Os centros de controlo dos Estados de pavilhão e o Centro de Vigilância das Pescas de São Tomé e Príncipe devem cooperar para assegurar a aplicação destas disposições [...];

11: Os dados de vigilância comunicados à outra Parte, em conformidade com as presentes disposições, destinam-se exclusivamente ao controlo e à vigilância pelas autoridades de São Tomé e Príncipe da frota da União Europeia [...];

9. Os centros de controlo dos Estados de pavilhão vigiam as deslocações dos seus navios nas águas santomenses. Se a localização dos navios não for [efetuada] nas condições previstas, o Centro de Vigilância das Pescas de São Tomé e Príncipe é imediatamente informado desse facto [...] (JOL136, 2011:12 -14)

⁶⁶ Contrariando o inscrito no relatório *ex-post*, Capoulas Santos, eurodeputado e relator da Comissão das Pescas sobre o APP UE/STP (doc. A7-0194/2011), defendia em 2012 que “o primeiro acordo de pesca entre a UE e São Tomé e Príncipe remonta a 1984 e desde então registam-se progressos significativos no sector das pescas local, nomeadamente em matéria de meios de controlo e de fiscalização das pescas.” Disponível em: http://www.delegtpse.eu/pspe/cms/newsletter/newsletter_2012.php?id=NEW4da81407dc5e1&ver

Será caso para se perguntar que tipo de tecnologias avançadas terá STP para cooperar, certificar ou contrapor a autenticidade dos dados fornecidos pela UE? Segundo Carvalho do Rio:

O sistema de VMS ainda não existe. Todavia, segundo informações, a Direção das Pescas tem um financiamento do BAD para o efeito. Entretanto, a Guarda Costeira Nacional dispõe de um dispositivo de RADAR que segue um pouco estas atividades mas a meu ver muito pouco eficiente. Também não têm meios para a fiscalização (patrulhamento).

(reitera-se)

Mas se dúvidas persistissem, e a par do noticiado pelo DW de 1 de novembro de 2011, quanto à eficiência da monitorização das pescas, assim como à confiança absoluta e extrema de STP pela UE, as declarações expressas pelo, então, Diretor da Pesca de STP, João Pessoa Lima, no ano de referência, clarificariam:

Os armadores europeus por vezes enviam relatórios informando que a pesca é nula, mas estão sempre a solicitar licenças. Isso logo traduz que os dados para nós não parecem ser um dado fiável [...]. Por isso iniciamos uma formação de agentes que denominamos observadores a bordo. Eles têm como função ver as artes que a embarcação está a utilizar, se está dentro das normas, e também coletar dados sobre a captura⁶⁷

Embora façam parte do PAPP capítulos que especificam os direitos e os deveres para o exercício do Controlo (Capítulo VI), assim como para os observadores (Capítulo V), não deixa de gerar mais perplexidade o facto de estar destinado, no caso dos observadores, o embarque de um “observador santomense” em embarcações, previamente sinalizadas numa lista organizada pelas autoridades locais, a qual conterà todas as embarcações consideradas e todos dos observadores designados para o efeito. Estas listagens deverão ser comunicadas à CE e, no caso de alteração dos designados, deverão ser atualizadas, incluindo “o nome do observador” que, para além de dever constar nas referidas listagens, deverá ser transmitido ao armador do navio selecionado no ato “da emissão da licença de pesca ou, o mais tardar, 15 dias antes da data prevista

⁶⁷ Acedido em maio de 2013. Disponível em : <http://www.dw.de/acordos-de-pesca-de-atum-entre-uni%C3%A3o-europeia-e-pa%C3%ADses-insulares-africanos-s%C3%A3o-alvo-de-cr%C3%ADticas/a-6651237>

do embarque” do mesmo. Acresce o facto do salário e dos encargos sociais do observador ficarem sob a responsabilidade de STP (JOL136, 2011:14-15).

As carências com STP se confronta no respeitante à falta de quadros com formação apropriada e em número suficiente, como implícito na declaração supracitada, suscita o levantamento de outras questões quando analisadas as tarefas atribuídas aos observadores. Destacam-se duas das tarefas atribuídas:

8.5.verifica as percentagens das capturas e faz uma estimativa do volume das devoluções das espécies de peixes comercializáveis;

12. No final do período de observação e antes de sair do navio, o observador estabelece um relatório de [atividades], que é transmitido às autoridades santomenses competentes, com cópia para a Comissão Europeia. O observador assina-o em presença do capitão, que pode acrescentar ou mandar acrescentar quaisquer observações que considere úteis, seguidas da sua assinatura. (JOL136, 2011:14-15).

Quanto à efetiva participação dos observadores santomenses nos navios da UE, Carvalho do Rio afirma:

Acho que não existe. Todavia vejo a pertinência deste parágrafo tendo em conta a taxa de desemprego que se verifica no País.

Relativamente aos conteúdos previstos neste capítulo, merecerão relevo as análises de Carlo Sousa Reis⁶⁸ e Gonçalo Carneiro⁶⁹, respetivamente:

Há uma certa aleatoriedade nas participações e informações dos observadores. Estas práticas não passam, no fundo, de “cosmética”. Em países onde não exista uma perfeita conjugação de quadros técnicos e tecnologias de precisão, as recolhas de informação são feitas normalmente sem critério e o seu tratamento é esquecido, assim como os consequentes procedimentos. A prova está à vista [expressa] nos níveis de escassez de pescado em certas zonas do globo. Mas isto não se passa só com a União Europeia [...]

Em termos gerais, há de facto melhorias nos acordos mas São Tomé e Príncipe continua a ser um dos casos ilustrativos da insuficiência de controlo das atividades da pesca,

⁶⁸ Carlos Sousa Reis mantém ligações profundas no domínio das pescas. Esta entrevista foi concedida, presencialmente, em Lisboa, no dia 19 de abril de 2013.

⁶⁹ Entrevista, presencial, concedida em Vila Nova de Gaia no dia 17 de janeiro de 2013.

sobretudo na ZEE. O mesmo se passa em relação às contrapartidas financeiras; não existe um controlo efetivo dos destinos das contrapartidas. No fundo isto não é mais que o reflexo da incapacidade administrativa de alguns dos países mais pobres com quem a UE estabelece Acordos de Parcerias das Pescas.

No que toca à evolução da pesca artesanal, à sustentabilidade dos recursos para a continuidade das atividades e aos reais benefícios adquiridos através dos financiamentos específicos dos acordos realizados, reitera-se, o parecer de Gabriel Labra:

As comunidades piscatórias [santomenses] vivem numa situação de abandono, muito apartadas das instituições e com muito pouca participação das políticas pesqueiras do país (2012).

Não havendo referências positivas na efetivação dos pontos acima abordados, os quais fazem parte dos objetivos assinalados pela UE nos APP, e não se registando elementos que enalteçam os procedimentos de STP, relativamente à aplicação dos montantes específicos atribuídos, questiona-se sobre o teor das avaliações dos resultados de execução do programa sectorial plurianual, assim como sobre as delimitações dos critérios que fazem depender a continuidade dos financiamentos específicos, decididos pela UE.

Em nota conclusiva deste capítulo;

Passados 22 anos sobre o primeiro acordo das pescas e 7 sobre os APP, os benefícios trazidos pelos acordos para a melhoria do sector pesqueiro santomense, principalmente para a pesca artesanal e suas comunidades, são residuais; o país continua longe de ter uma política integrada das pescas e não se vislumbra o desembargo sanitário, sendo certo que, chancelada pela UE, continua a retórica da promoção de um quadro de parceria para uma política de pesca sustentável nas zonas pesqueiras santomenses, para a plena fruição de todos os utilizadores.

CAPÍTULO IV: Cabo Verde e as Atividades Económicas – O Lugar das Pescas

IV.1. Cabo Verde e as Atividades Económicas

Cabo Verde é um arquipélago com 4033Km² de área, distribuídos por dez ilhas,⁷⁰ conta com uma zona económica exclusiva que se estende por cerca de 734.000 km² e uma linha de costa com cerca de 1.020 Km. Situado na costa ocidental de África, no oceano Atlântico, o país faz fronteira marítima com a Mauritânia, Gâmbia e o Senegal e a sua capital é a Cidade da Praia, na Ilha de Santiago. Devido à sua posição geográfica, CV é influenciado pelo clima do Sahel, seco e árido, o que se reflete nos solos, geralmente pedregoso e fracos, em termos de matéria orgânica, e nos recursos hídricos que escasseiam pela falta de pluviosidade generalizada. Comparando com STP, este último dispõe de um clima tropical húmido, o que lhe confere uma abundante vegetação, bons níveis de reservas de água e solos férteis.

A economia de CV é bastante diversificada, sendo o sector dos serviços o que maior *input* dá à economia local, particularmente o turismo (RCRIO+20, 2012:10), representando 73% do PIB em 2012 (aicep, 2012:5).

Ajudando fortemente a mitigação das dívidas externas do país, as receitas do turismo em 2012 aumentaram 23% relativamente ao ano transato, tendo atingido no 3º trimestre daquele ano 9 000 milhões de Escudos⁷¹ cabo-verdianos (82598M€), e contribuído, juntamente com o comércio, em 72% para o PIB do país (BCV, 2012:14; RCRIO+20, 2012:10).

Outra componente expressivamente contributiva para o PIB nacional é a receita das remessas dos emigrantes. Muito embora tenha manifestado um declínio na ordem dos 16% ao ano de 2011 – proveniência da presente conjuntura económica global, sendo a Zona Euro, e em especial Portugal e Países Baixos os que mais contribuem para a “desaceleração das transferências” – as remessas fizeram crescer em mais 8% o PIB no ano de 2012, cujo aumento global, estimado, se situou entre os 4 e 5% (BCV, 2012:14-16 e 26).

⁷⁰ Ilhas de Santão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo, e Brava, para além de alguns ilhéus e ilhotas.

⁷¹ 1 Escudo=0,01cêntimos de 1€. Disponível em: http://pt.coinmill.com/EUR_calculator.html

No sector secundário CV apresenta percentagens muito modestas. A construção e as indústrias ligeiras de exportação, na perspetiva de investimentos externos, não atingem mais que 20% do PIB, empregando apenas 20% da população ativa (RCRIO+20, 2012:10).

A atividade económica em geral atingiu 10 a 12% nos anos noventa, mas presentemente o seu crescimento não atinge mais que 8%. Como justificativa, o Banco de Cabo Verde (BCV) conclui que o momento menos próspero se deve ao amortecimento das atividades do sector secundário, construção e indústria e à “desaceleração” do sector pesqueiro (*Ibidem*).

É de facto no sector primário que os contributos ficam muito aquém do esperado. Apesar dos investimentos na área agrícola não pararem de surgir, como é exemplo o “programa de iniciativas geradoras de rendimento e emprego no mundo rural”, financiado pelo FIDA com “19 milhões de Euros”, divulgado pela agência Lusa através do jornal económico Oje de 13 de janeiro de 2013⁷², a verdade é que a agricultura não tem apresentado valores notáveis uma vez que produziu apenas “15% das necessidades alimentares” do país (EUROPAID *et al.*, 2012:2).

Não se poderá deixar de referir, de novo, que as condições edáfoclimáticas com que o país se confronta contribuem para a reduzida visibilidade do sector agrícola.

O Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA), referenciado no relatório efetuado sob a responsabilidade do Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos (MADRRM) de CV (2012), delinea prognósticos pouco favoráveis para o futuro económico do país, uma vez que são esperados, nos próximos 20 a 30 anos, alterações da temperatura, falta de chuva ou “excesso delas”, o que poderá afetar “significativamente agricultura, o turismo, a pesca, a própria segurança alimentar” e pôr em risco a segurança das populações (MADRRM, 2012:16).

A projeção da NAPA torna ainda mais urgente a tomada de medidas para que as atividades económicas, nomeadamente as pescas, progridam, dado que a sustentabilidade piscícola cabo-verdiana confronta-se com problemas relativamente à preservação de algumas espécies. A par da agricultura, também as pescas serão sobremaneira afetadas com as alterações climáticas. Segundo a informação da FAO e

⁷² Acedido em março de 2013. Disponível em: <http://www.oje.pt/noticias/africa/fundo-de-19-milhoes-para-agricultura-em-cabo-verde>

do Plano Nacional de Gestão de Pescas (PNGP), em 2010, os valores estimados dos potenciais dos recursos pesqueiros, das capturas e das unidades disponíveis, geram reservas quanto à exploração dos pequenos pelágicos, o que tem suscitado algumas preocupações à gestão das pescas do país (EUROPAID, 2012:4)⁷³, já que o sector constitui uma importante base de sobrevivência para as populações locais, provendo cada habitante com cerca de 21Kg de peixe, o que corresponde a 60% do valor proteico animal consumido (*Ibidem*). Tendo em conta que a população cabo-verdiana é constituída por 491 875 habitantes⁷⁴ (INECV, 2012) serão capturadas aproximadamente 10 330 toneladas de peixe/ano para satisfação das necessidades alimentares da população, ou seja, 30,4% da biomassa piscícola disponível em CV.

Comparando com STP, CV apresenta menos 4,7Kg/habitante de consumo de peixe, representando menos 14% de proteína animal, através desta fonte alimentar, relativamente à medida de peso e ao valor proteico animal consumidos pela população santomense, os quais se situam nos 25,7Kg/habitante e 74%, respetivamente.

O sector pesqueiro de CV emprega cerca de 45 000 pessoas no primário e 30 000 no secundário, estimando-se que estes números correspondam “a 5,2% dos empregos disponíveis” (EUROPAID *et al.*, 2012:2)⁷⁵, menos 10%, aproximadamente, do congénere santomense (SENRP, 2012:42). Apesar da reduzida dimensão da ZEE (STP -160 000Km², CV 734.265 Km²), STP é mais dependente do sector pesqueiro. Tendo em conta que o país não tem pesca industrial e apenas dispõe de 425 embarcações de pesca semi-industrial, com potências que não permitem ir além dos 6 000Km², poderá, eventualmente, haver um maior esforço de pesca nas zonas costeiras santomenses que nas cabo-verdianas, apesar do acentuado défice haliêutico de CV.⁷⁶

IV.2.- Pesca Artesanal de Cabo Verde

A pesca artesanal é fortemente expressiva em CV, havendo o registo da existência de 3 100 pescadores, os quais representam 6,9% dos trabalhadores do primário. Estes pescadores dispõem de 1036 pequenos barcos, com tamanhos que oscilam entre 4 a 8

⁷³ Ver ANEXO H

⁷⁴ Dados do Censo de 2010.

⁷⁵ Convirá referir que, segundo o mesmo relatório, as percentagens “das pescas na economia doméstica” poderão estar subestimados. Os dados do consumo de peixe/habitante reportam-se a 2006.

⁷⁶ Rever ANEXO H

m de comprimento, 74% das quais são motorizados com potências que variam entre os 15Cv e 40Cv (*Ibidem*).

Em análise comparativa, o número de pescadores cabo-verdianos estão muito próximos dos santomenses; as dimensões das embarcações artesanais santomenses são maiores medindo entre 5 a 10 m de comprimento e comporta mais 664 canoas que CV, ou seja, uma diferença na ordem dos 64%, mas em relação ao número das motorizadas CV mostra uma diferença de 49%. A respeito do último dado, a diferença poderá, eventualmente, estar associada ao facto dos pescadores artesanais cabo-verdianos disporem de maiores incentivos por parte do Estado, tanto ao nível de apoios a título subsidiário como nas melhorias das condições do processamento e venda dos produtos advindos deste subsector, o que também os motiva à continuidade da atividade e ao aperfeiçoamento dos equipamentos.

Com efeito, os pescadores artesanais têm sido alvo do empenho do Governo cabo-verdiano. Fazendo parte do Programa do Governo para a VII Legislatura 2011-2016, a estratégia para a pesca artesanal consta como uma das áreas contempladas com formação profissional, promoção do associativismo e o acesso a fatores de produção, por parte dos artesãos (PG, 2011:18). Por outro lado, beneficiam das ajudas do Fundo de Desenvolvimento das Pescas, encontrando nestas ajudas algumas facilidades para progredir no ramo: “isenção de imposto sobre o valor acrescentado”, livres direitos de importação, para além de subsídios para combustível e gelo (EUROPAID *et al.*, 2012:3).

A título exemplificativo, foi noticiado a 16 de julho de 2013, pela RTC, o início das obras para a construção para o cais da pesca na Cidade da Praia, financiado pelo BM, a qual estará concluída dentro de 4 meses, o que deixou os pescadores satisfeitos pelas melhorias que irão obter.⁷⁷

CV dispõe de 77 locais de desembarque artesanal - em STP existem 78 comunidades piscatórias artesanais espalhadas pelo arquipélago - trinta e dois dos quais se situam na Ilha de Santiago, que de resto é a Ilha que maior número de pescadores e embarcações artesanais totaliza. Em STP existem apenas 29 pontos de desembarque, mas deverá ser levado em conta o número de Ilhas existentes e a dimensão dos dois territórios.

⁷⁷ Acedido a 20 de julho de 2013. Disponível em:
http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=26593

Grande parte do pescado artesanal de CV, cerca de 410t/ano, segue para a UE sob a autenticação do Regime Certificação das Capturas ao abrigo do Regulamento INN da UE - *Catch Certification Scheme* (EUROPAID *et al.*, 2012:3)⁷⁸. O peixe capturado, a par do que acontece com o pescado obtido pela pesca semi-industrial, é desembarcado tanto nos portos locais como nos dos países estrangeiros, nomeadamente na Costa do Marfim, no Gana e Senegal, tendo de igual modo como finalidade os referidos mercados da UE (*Ibidem*).

Os desembarques chegaram a atingir em 2006 as 900t, metade das quais advieram da pesca artesanal, sendo que a outra metade proveio da pesca industrial.

Os pescadores santomenses, além de não terem quaisquer benefícios subsidiários, gelo e combustível, não têm facilidades de crédito, vivem apartadas das políticas da pesca do país.

a) - Pesca Industrial e outras Estruturas das Pescas

Os aproximadamente 100 navios industriais e semi-industriais existentes em CV capturam cerca de 490t de pescado para exportação, sendo que 54% são pelágicos e 40% atum e lagosta (EUROPAID *et al.*, 2012:3-4).

Ainda sob a informação da referida fonte, merecerá relevo a existência de nove embarcações de pesca industrial registadas com o pavilhão de Cabo Verde no *World Shipping Register*, as quais incluem dois cercadores no estrangeiro e um palangreiro com licença para pescar na ZEE, para além dos dez atuneiros de pesca à cana de 18m a 26m, que foram inseridos “através de um projeto de pesca industrial, financiado pelo BAfD e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Economico em África. Todas estas embarcações estão devidamente apetrechadas para capturar, limpar, conservar e transportar o pescado (*Ibidem*).

Não menos importantes são as estruturas existentes no país para monitorização das pescas na sua ZEE, bem como nas ZC do arquipélago.

Segundo o noticiado pela televisão estatal, em 12 de março de 2013, a “implementação de um sistema informático de registo de navios” de pesca passou a sistematizar todas as embarcações de pesca que operam na ZEE cabo-verdiana

⁷⁸ Dados de 2008. Sob a mesma fonte, em 2006 a tonelagem do pescado artesanal exportado chegou perto das 6tm.

(artesanais, semi-industriais e industriais), nacionais e estrangeiros. O sistema entrou em funcionamento em março de 2013 contando com o registo de 1219 embarcações.⁷⁹

Para além desta inovação, na página oficial do Governo de CV, em 20 de fevereiro de 2013, e inserido no âmbito do *Cluster do Mar*, o Primeiro-Ministro do Governo do país inaugurou várias obras, das que se destaca a relativa ao Centro de Controlo de Tráfego Marítimo e a instalação do *Vessel Traffic System* (VTS), o qual irá dotar o país de melhores condições de “segurança e navegabilidade” nas águas territoriais (GOVCV, 2013)⁸⁰.

IV.3. Acordo de Parceria no Domínio das Pescas entre a UE e a República de Cabo Verde

Cabo Verde mantém acordos de pesca com a UE desde 1990, tendo estes sido sucessivamente renovados até ao primeiro Acordo de Parceria no Domínio das Pescas em 2006. O 5º APP celebrado entrou em vigência a 9 de julho de 2011 e terá uma duração de três anos.

Os protocolos são idênticos aos de STP, diferenciando-se apenas no volume do pescado acordado, uma vez que em CV é inferior assim como, na sua proporcionalidade, as contrapartidas financeiras.

Os 28 atuneiros cercadores, 35 palangreiros de superfície e 11 atuneiros com canas, da UE, possibilitam a captura de 5000t/ano de tunídeos em contrapartida financeira de 325 000€/ano, e 65€t extra, além do montante específico de 110 000€/ano, do VG, para o apoio à aplicação da política sectorial das pescas de CV (JOL181, 2011:2).

Sob a informação do jornal A Semana de 4 de outubro de 2011⁸¹, as mais-valias que o sector das pescas do país adquire a partir dos APP, patenteadas no documento relativo à celebração protocolo vigente (JOL181, 2011:13-14), são reiteradas pelo Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, particularmente no embarque dos pesadores nacionais na frota da UE, na possibilidade

⁷⁹ Acedido em maio de 2013. Disponível em: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=23932

⁸⁰ Acedido em maio de 2013. Disponível em: <http://www.governo.cv/index.php/destaques/4549-cluster-do-mar-as-coisas-ja-comecam-a-acontecer>

⁸¹ Acedido em maio de 2013. Disponível: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article68915>

que as contrapartidas proporcionam aos reforços dos recursos de pesca e da formação das comunidades pesqueiras, assim como dos observadores.

Apesar dos investimentos na formação de operadores se terem tornado num dado efetivo, o Governo do país tem sido alvo de críticas por parte da ONG Biosfera, sediada na Ilha de S. Vicente. Esta, tem vindo a alertar as instâncias governativas, nomeadamente o Ministério da Economia do Mar, a sua Secretaria de Estado e a DGP, para o que apelida de captura desenfreada de tubarões que, para além de a prática não estar prevista nos acordos de pesca, é considerada espécie em risco.

Em notícia divulgada a 4 de julho de 2011, através da RTC⁸², o Presidente da referida ONG completa a informação, declarando que a pesca de tubarões tem sido feita por barcos da UE e alguns da China, que se aproveitam do reduzido controlo e fiscalização das autoridades locais. A inoperacionalidade dos observadores a bordo nos navios da UE é denunciada pelo mesmo ao afirmar que não tem conhecimento da participação destes nos referidos navios, apesar dos investimentos feitos na área.

IV.4. – Análise SWOT - CV e STP

Na análise SWOT abaixo exposta poder-se-á observar os pontos fracos, as ameaças, os pontos fortes e as oportunidades relativos às estruturas pesqueiras da pesca artesanal santomense, assim como os referentes aos benefícios adquiridos, por aquela pesca, dos acordos das pescas, os quais só diferem nos volumes de pescado capturado e, na sua proporcionalidade, nos montantes globais e específicos atribuídos, e reter as diferenças/impactos entre STP e CV.

⁸² Acedido em maio de 2013. Disponível em:
http://rtc.sapo.cv/index.php?paginas=13&id_cod=25842

Quadro 2.IV: Análise SWOT

Estruturas pesqueiras da pesca artesanal STP

PONTOS FRACOS

Artes de pesca maioritariamente em Linha de Mão
Depleção Haliêutica na Zona Costeira
29 Pontos de desembarque e mercados sem
apetrechos Frota obsoleta
Comunidades Pesqueiras com Várias Carências

=
CV

AMEAÇAS

Estagnação da pesca artesanal
As comunidades continuarão pobres

≠
CV

Quais os benefícios dos APP para a pesca artesanal santomense?

PONTOS FRACOS

Exportação: embargo sanitário
Monitorização: insuficientes, sem apetrechos
Pescadores: mantêm carências (formação,
subsídios, etc.)
Emprego: duvidosa integração de marinheiros e
observadores nas frotas da UE

≠
CV

AMEAÇAS

Perda continuada de competitividade
Má aplicação dos montantes dos APP

≠
CV

Poderão surgir sanções por eventuais avaliações
exterores à UE

Estruturas pesqueiras da pesca artesanal em STP

PONTOS FORTES

78 Comunidades pesqueiras
300 a 400 pescadores
Mais de 2000 palaiês
Espécies marinhas com valor de mercado

≠
CV

OPORTUNIDADES

Reabilitar as infraestruturas já existentes
Renovar a frota
Equipar os 29 cais de desembarque
Implementar o sistema de vigilância
Valorizar as 78 comunidades

≠
CV

Quais os benefícios dos APP para a pesca artesanal santomense?

PONTOS FORTES

Iniciação ao financiamento do Projeto Nacional de
Extensão Pesqueira (PRONEPA/2011) com o apoio
técnico da MARAPA e do CETMAR
O financiamento pelo Ministério do Plano de STP
poderá advir dos montantes dos Acordos

≠
CV

OPORTUNIDADES

Mais contrapartidas financeiras da UE
Participação efetiva de marinheiros e
observadores nas frotas da UE
Desembargo sanitário

≠
CV

Em resumo da análise e do Capítulo, conclui-se que as debilidades dos sectores económicos cabo-verdianos poderão ser superadas, tendo em conta os investimentos promovidos pelas instâncias governativas locais em conjunto com as várias instituições internacionais, que corroboram com o país, assim como com através da continuidade das contrapartidas financeiras advindas dos APP/UE, particularmente destinadas ao sector pesqueiro.

O sector pesqueiro cabo-verdiano tem evoluído consideravelmente, sobretudo no respeitante às condições higio-sanitárias as quais têm permitido a certificação continuada do pescado para exportação para vários países, em particular para a UE, sendo visíveis, também, as ações levadas a cabo para a promoção da pesca artesanal, assim como das suas comunidades piscatórias; formação profissional, apoios para combustível e gelo, facilidades de financiamento para aquisição de equipamentos de pesca e de segurança no mar e alargamento infraestrutural (apetrechamento dos portos e locais de processamento, armazenagem e venda do pescado). Em matéria de monitorização CV tem, de igual modo, progredido, estando em marcha o Centro de Controlo de Tráfego Marítimo VTS, de resto, inserido no seu *Cluster* do mar.

Embora se detetem fragilidades no âmbito estatístico do sector, uma vez que os documentos oficiais disponíveis (2012/2013) apresentam alguns dados remotos, e de subsistirem dúvidas quanto à efetiva participação dos observadores e marinheiros cabo-verdianos nos navios europeus, assim como na eficácia dos meios de fiscalização nas zonas pesqueiras do país e na promoção da sustentabilidade haliêutica, a qual apresenta acentuados níveis de depleção (fruto das alterações climáticas e da sobrepesca, deixado antever, caso não surjam de imediato operações que contrariem o cenário, um futuro pouco promissor para a ecónomia do mar cabo-verdiana), todos os outros indicadores permitem antever o empenho do Estado no sector, em particular na pesca artesanal, acreditando-se, também, poder haver um bom aproveitamento das contrapartidas financeiras obtidas através dos APP no subsector.

Em STP a falta de certificação do pescado parte essencialmente pela ausência das condições higio-sanitárias, justificando o embargo que a UE mantém com o país há mais de vinte anos. Em matéria de monitorização o país está aquém do desejável, uma vez que só em 2011 foram dados os primeiros passos para a implementação dos equipamentos básicos para vigilância e controlo. A nível infraestrutural o sector está globalmente depauperado, em particular o subsector artesanal cuja frota é obsoleta; 29

pontos de desembarque desapetrechados, assim como os locais para processamento, armazenagem e venda do pescado. As suas comunidades não beneficiam de quaisquer subsídios e a formação profissional por parte do Estado, embora se tenha comprometido com o financiamento do PRONEPA, não se vislumbra, e a que é promovida pela ONG MARAPA é insuficiente. A inoperância do Estado ante a participação dos marinheiros santomenses nas frotas da UE, bem como dos observadores, são mais dois pontos a juntar a outras falências; falta de estratégias de combate ao défice haliêutico, sobretudo na zona costeira, inexistência de dados estatísticos atualizados. Em suma, o país não tem uma estratégia política das pescas integrada que inclua os subsectores artesanal e semi-industrial, que combata a depleção haliêutica ou promova a segurança alimentar e no mar, ou qualquer outra que beneficie as suas comunidades piscatórias, pelo que se questiona sobre o destino das contrapartidas financeiras dos APP, acima de tudo as específicas que são destinadas à promoção da pesca artesanal.

CONCLUSÃO:

O método artesanal é a tipologia de pesca mais usada nas zonas costeiras do mundo inteiro, proporcionando às comunidades uma forma de subsistência integral e/ou complementar de outras atividades, normalmente a agricultura.

Porém, em vários países costeiros e insulares da costa ocidental africana, o declínio de peixes pelágicos, e outros, é um facto incontestável, sendo certo que estas espécies são fortemente procuradas pelos pescadores artesanais.

A predação levada a cabo por uma grande parte de frotas estrangeiras, tecnologicamente melhor equipadas e dimensionadas para pescar mais fundo, em maior quantidade e mais longe, sem que lhes sejam impostas responsabilidades, a influência das alterações climáticas, aliadas às práticas turísticas desprovidas de planos estratégicos ecológicos, em algumas zonas costeiras do globo, e a pressão exercida pelos pescadores artesanais, acabam por resultar na diminuição das reproduções dos organismos do meio marinho e por pôr em causa a continuidade das pescas, principalmente às comunidades que dependem fortemente da pesca artesanal, tanto às presentes como às futuras gerações.

São Tomé Príncipe é um dos países insulares que sofre com todos os *handicaps* relatados.

Desprovido de uma gestão integrada das pescas, o sector pesqueiro santomense é sobejamente referenciado com inúmeras insuficiências, tanto de âmbito organizativo, político e social como infraestrutural, financeiro e regulativo.

Os esforços envidados pelos órgãos governativos do país, para a implementação dos projetos, alinhavados há décadas, para o sector, tardam em sair das gavetas e oratórias. A lentidão na prossecução do acionamento dos mecanismos que asseguram a sustentabilidade dos recursos haliêuticos e conservação dos ecossistemas, assim como os que tornam o sector tecnologicamente mais avançado e competitivo; os que reforçam as capacidades institucionais e condições infraestruturais, para a certificação do pescado artesanal e semi-industrial, e sua comercialização para os mercados externos, principalmente para a UE, torna-se capaz de suscetibilizar as opiniões institucionais e públicas e ocasionar levantamentos de dúvidas relativamente ao destino dos fundos anotados como específicos, para o desenvolvimento dos proclamados eixos prioritários pelas suas instâncias governativas.

Os programas conjuntos levados a cabo pelo Estado e pelas fileiras das pescas das ONGs, nomeadamente a MARAPA ou a PRONEPA, ainda que tenham beneficiado alguns pescadores e palaiês, com alguma formação e alguns equipamentos da pesca, estão muito longe de se poderem considerar suficientes, não podendo, por tal, servirem como justificativas da aplicação dos montantes especificamente atribuídos à pesca artesanal, e a outras áreas de ligação, ao longo das vigências dos Acordos das Pescas e dos Acordos de Parceria no Domínio das Pescas, desde 1984 ao atual, respetivamente.

No âmbito da monitorização das pescas, os necessários equipamentos e a sua entrada em funções, os quais beneficiariam, sobremaneira, as atividades pesqueiras, mormente na vigilância na ZEE do país e, muito utilmente, na segurança dos pescadores artesanais no mar, deu os primeiros passos, apenas, em 2011, desconhecendo-se a evolução da caminhada.

Acrescem as responsabilidades da UE que nunca fez constar, explicitamente, nas avaliações *ex-post* e/ou *ex-ante*, os progressos alcançados pela sua intervenção no sector pesqueiro santomense. Mais controversa se torna a sua posição pelo conhecimento prévio dos *handicaps* com que STP se confronta há décadas – falta de quadros técnicos qualificados, de infraestruturas com capacidade de armazenamento, processamento e venda do pescado artesanal, bem como de equipamentos de precisão de nível laboratorial e, sobretudo, de vigilância/controlo – e pela permanência das retóricas punitivas, sabendo de antemão que STP é um país pobre e que muito mais precisaria que uns trocados por toneladas de peixe.

A falta de conjugação de quadros técnicos e tecnologias de precisão, a não concretização da tão referida contratação obrigatória de pescadores nacionais nos navios comunitários e a não concretização do referido quadro jurídico direcionado para a promoção da sustentabilidade haliêutica, aliados ao efeito cosmético da participação dos observadores santomenses a bordo dos navios de pesca europeus, devem ter proporcionado *pescarias a bel-prazer*, ao longo de todos estes anos, servindo o desfrute de efeito amenizador à aplicação das medidas punitivas, que nunca passaram dos *papiros*, através de um simples fechar de olhos. Torna-se, pois, urgente uma tomada de posição mais honesta, por parte da UE, para a concretização dos projetos e ditames escritos.

Ao longo dos 22 anos de Acordos das Pescas e dos 7 anos de Acordos de Parceria no Domínio das Pescas, a adoção do termo “parceria”, nos recentes acordos

da UE, não passa, efetivamente, de mais uma retórica semântica. Certo é que, chancelada permanece empolada a promoção de um quadro de parceria para uma política de pesca sustentável, com a salvaguarda dos ecossistemas para a plena fruição de todos os utilizadores, assim a contratação obrigatória de pescadores nacionais nos navios comunitários; o desembarque das capturas das frotas comunitárias para transformação no país parceiro; um quadro jurídico direcionado para a promoção da boa governação.

Reside a esperança na nova reforma da Política Comum das Pescas da UE e nos novos APP com os países terceiros.

Por outro lado, não havendo referências que enalteçam os procedimentos de STP, ou que tornem visíveis os seus esforços, sobretudo na pesca artesanal e áreas contíguas, sendo igualmente visível o contínuo abandono, e a ausência na participação nas políticas do país, em que se encontram as comunidades piscatórias, e em face da permanência do embargo sanitário com que STP, ainda, se confronta, o qual, para além de impedir a exportação do pescado, não permite o desembarque das capturas das frotas comunitárias para transformação no país, chega-se à conclusão que os benefícios produzidos pelos acordos na pesca artesanal são nulos. O país não tem uma estratégia política das pescas integrada que inclua os subsectores artesanal e semi-industrial, que combata a depleção haliêutica ou que aprovisione a segurança alimentar e no mar - que beneficie as suas comunidades piscatórias.

Apesar dos modelos contratuais, e a consumação dos mesmos, gerarem controvérsias e imprecisões, não se poderá deixar de mencionar o facto de se ter acesso a grande parte dos documentos, para análise dos progressos/retrocessos, valores pecuniários, incoerências e abusos, os quais permitem elaborar estudos ou até fazer propostas, sobre os acordos estabelecidos entre a UE e STP. Dificilmente poderá acontecer em relação aos acordos, tratados ou combinações que o país manteve e/ou mantém com outros países, no âmbito das pescas, uma vez que não se consegue vislumbrar, tão-pouco, os moldes em que os mesmos se realizaram e/ou realizam.

Longe dos perfis dos acordos e memorandos de entendimento das pescas, e com todas as insuficiências, lutas internas, sobretudo com os pescadores da pesca semi-industrial, que com a utilização de técnicas um pouco mais avançadas vão reduzindo as

possibilidades aos outros menos equipados, o dia-a-dia dos pescadores artesanais santomenses continua a ser marcado pela ida ao mar. Com ou sem formação, estes pescadores saem nas pirogas, com ou sem motores, para navegar perigosamente um pouco mais longe em busca do peixe que escasseia nas limitadas áreas a que estão confinados. Arriscam a vida porque a necessidade fala mais alto que razão⁸³, mas mesmo assim a ausência de pescado permanece, sendo certo que as pirogas de que dispõem atualmente não lhes permitem pescar ao largo.

Ponderações Finais:

Acredito que será sempre possível elevar a pesca artesanal santomense se, para além do reforço do prioritário “triálogo”, envolvendo decisores, comunidades e ONGs, forem alternadas as posições dos formadores e formandos. O aproveitamento do saber ancestral e o seu cruzamento com as perceções/inoações dos pescadores mais jovens poderá constituir outra mais-valia para a pesca artesanal santomense. Por outro lado, o aproveitamento do já delineado PRONEPA poderá tornar-se numa útil ferramenta se a vontade política e a honestidade prevalecerem na sua prossecução. Será, igualmente, tempo de STP escolher quem quer como parceiro das pescas e propor novos modelos contratuais de modo a retirar mais e melhores benefícios, já que a matéria-prima reside na ZEE santomense e a UE continuará a necessitar de pescar nas suas águas de jurisdição nacional.

⁸³ Passem-me o *cliché*.

FONTES:

<http://www.telanon.info/economia/2013/03/11/12657/pescadores-e-palaises-da-vila-de-santa-catarina-recebem-ajuda-financeira-do-japao-para-desenvolvimento-da-pesca-semi-industrial/>
<http://www.telanon.info/economia/2013/05/14/13188/pesca-semi-industrial-comeca-a-dinamizar-economia-na-cidade-de-neves/>
<http://www.telanon.info/sociedade/2010/04/16/2938/comeca-este-domingo-o-sexto-torneio-internacional-de-pesca-desportiva-em-sao-tome/>
<http://www.aplop.org/sartigo/index.php?x=6293>
www.youtube.com/watch?v=scJ9-en7n1c
<http://www.jornaldigital.com/noticias.php?noticia=35686>
<http://www.jornaltropical.st/prologs.htm>
[http://www.presseurop.eu/pt/content/article/64131-arrastoes-europeus-pirateiam-costa-de-africa\)](http://www.presseurop.eu/pt/content/article/64131-arrastoes-europeus-pirateiam-costa-de-africa)
<http://www.dw.de/novo-governo-de-stp-j%C3%A1-foi-empossado/a-16446610>
<http://costanorte.pt/pt/sobre/>

BIBLIOGRAFIA:

ACPFishII (2013), “Goals of the ACP Fish II Programme” *The specific objective of the Programme is to strengthen fisheries sectoral policy development and implementation*, (Online).

Disponível em: <http://acpfish2-eu.org/index.php?page=les-objectifs-du-programme-ACP-Fish-II>

Afonso, Pedro *et al* (1999), “Coastal Marine Fishes of São Tomé Island (Gulf of Guinea)”. *Life and Marine Sciences* 17 (65).

Disponível em: www.gcg.st/Afonsoetal.pdf

Africa Development Bank Group *et al* (2012), “Perspetivas Económicas em África” *Países Africanos da CPLP-Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, (Online), (70-74).

Disponível em:

http://www.africaneconomicoutlook.org/fileadmin/uploads/aeo/PDF/Regional_Edition/AEO%20PT%20Regional%20Edition.pdf

Agenda21(2012), “Un peut d’Histoire”, *Les Origines*, (Online).

Disponível em : www.isere-agenda21.fr/10261-origines-developpe

Agyeman, Julian *et al* (2003), *Just Sustainabilities: development in an unequal world*, London, Earthscan Publications.

A.H.U. (1712), “Representação de moradores de S. Tomé ao rei”, *15 de Novembro de 1712; S. Tomé*, (Caixa4, doc.36), *Apud* Caldeira, Arlindo Manuel (2004), “Rebelião e Outras Formas de Resistência Á Escravatura na Ilha de São Tomé (Séculos XVI a XVIII) ”, *falsas fugas, fugas por mar, fugas para o mato; E depois da Fuga; A Questão dos Angolares; Os movimentos insurreccionais ou a rebelião organizada*, (102-136), (Online).

Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS07_101.pdf

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (2012), “Mercados Informação Global”, *São Tomé e Príncipe Ficha de Mercado*, (Online), (9).

Disponível em:

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId={4C9CF57F-4BEE-4085-B04A-5CD222C9807E}>

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (2012), “Mercados Informação Global”, *Cabo Verde Ficha de mercado*, (Online), (5).

Disponível em:

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId={54C9E764-5D01-45C4-A51A-9CCC6EBEB83F}>

Almeida, Clotilde *et al* (2008), *São Tomé Ponto de Partida*, Lisboa, Chaves Ferreira IMVP – Instituto Marquês de Valle Flôr.

Amorim, Inês (2001), *História do Trabalho e das Ocupações*, Vol. II *As Pescas*, Oeiras, Celta Editora.

Banco de Cabo Verde (2012), “Relatório de Política Monetária” *Ao abrigo do nº 3 do art.º 18.º da Lei Orgânica do BCV*, (Online), (14-16).

Disponível em:

<http://www.bcv.cv/SiteCollectionDocuments/RPM%20NovembroFF%202012.pdf>

Banco Central de São Tomé e Príncipe (2013, “Relatório Mensal da Situação Monetária e Cambial” Maio 2013, (Online), (7-8).

Disponível em:

http://www.bcstp.st/Estatisticas/SituacaoMonetariaCambial/Relatorio_Mensal_Maio2013.pdf

Brásio, António (s.a.), “Relatione uenuta dall’Isola di S. Tomé”, *Fondo Confalon ieri, Vol.33, fls. 372-372v, (MMA, III, pp. 521-523)*, *Apud Caldeira, Arlindo Manuel* (2004), “Rebelião e Outras Formas de Resistência À Escravatura na Ilha de São Tomé (Séculos XVI a XVIII)”, *falsas fugas, fugas por mar, fugas para o mato; E depois da Fuga; A Questão dos Angolares; Os movimentos insurreccionais ou a rebelião organizada*, (102-136), (Online).

Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS07_101.pdf

Brito, Brígida (1999), “O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável” *IV Congresso Português de sociologia*, (2), (Online).

Disponível em:

<http://fama2.us.es:8080/turismo/turismonet1/economia%20del%20turismo/turismo%20y%20antropologia%20social/turista%20e%20o%20viajante.pdf>

Caldeira, Arlindo Manuel (s.a.), “Ilha de São Tomé” (Online).

Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=149>

Caldeira, Arlindo Manuel (2004), “Rebelião e Outras Formas de Resistência À Escravatura na Ilha de São Tomé (Séculos XVI a XVIII)”, *falsas fugas, fugas por mar, fugas para o mato; E depois da Fuga; A Questão dos Angolares; Os movimentos insurreccionais ou a rebelião organizada*, (102-136), (Online).

Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS07_101.pdf

Caixa Geral de Depósitos (2006), *São Tomé e Príncipe Olhar O Futuro*, SGE-Mediateca.

Carneiro, Gonçalo (2013), “Entrevista sobre as Pescas e os Acordos das Pescas entre a União Europeia e São Tomé e Príncipe”, 17 de janeiro de 2013, Vila Nova de Gaia.

Carneiro, Gonçalo (2012), “They Come, They Fish, and They Go” *EC Fisheries Agreements with Cape Verde and São Tomé e Príncipe*, (Online), 4 (12-73).

Disponível em:

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1609/1/Carneiro%202011%20Fisheries%20CV%20%26%20ST%20Mar%20Fish%20Rev.pdf>

Centro Tecnológico Del Mar (2009), *Diagnóstico e proposta de plano operativo para promover o desenvolvimento da pesca artesanal em São Tomé e Príncipe*, AEDIC, Fundação CETMAR.

Chauveau, Jean-Pierre e Eyolf Jul-Larsen (2000), *Les Pêches piroguières en Afrique de l'Ouest – Pouvoirs, mobilités, marchés*, Paris, Christian Chaboud (éds), CMI-IRD-Karthala.

Comissão das Comunidades Europeias (2007), “Proposta de Regulamento do Conselho relativo à celebração do Acordo de Pareceria no domínio da pesca entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a Comunidade Europeia”, 2007/0034 (CNS), (46-49), (Online).

Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2007-0231+0+DOC+XML+V0//PT>

Comissão das Comunidades Europeias (2005), “ Regulamento do Conselho respeitante do Acordo sob forma de troca de cartas relativo à prorrogação do Protocolo que fixa, para o período compreendido entre 1 de Junho de 2005 e 31 de Maio de 2006, as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe respeitante à pesca ao largo de São Tomé e Príncipe”, *Apresentada pela Comissão, COM 630 final*, (3-7).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0631:FIN:PT:HTML>

Comissão das Comunidades Europeias (2002), “ Decisão do Conselho respeitante à celebração do protocolo que fixa, para o período compreendido entre 1 de Junho de 2002 e 31 de Maio de 2005, as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe respeitante à pesca ao largo de São Tomé e Príncipe”, *Apresentada pela Comissão, COM (397 final)*, (Online), (4-10 e 24).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0397:FIN:PT:PDF>

Comissão das Comunidades Europeias (1999), “ Proposta de Regulamento do Conselho relativo à conclusão do protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no acordo entre a Comunidade Europeia e o Governo da República

De Piroga não se Pesca ao Largo!



Democrática de São Tomé e Príncipe respeitante à pesca ao largo de São Tomé e Príncipe para o período compreendido entre 1 de Junho de 1999 e 31 de Maio de 202”, apresentada pela Comissão, (0228 (CNS), (Online), (6-10).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1999:0550:FIN:PT:PDF>

Comissão dos Assuntos Sociais e do Ambiente (2012), “Assembleia Parlamentar Partidária ACP/UE”, *Projeto de Declaração, A Reforma Política Europeia da Pesca e o seus impactos nos Estados ACP*, (DV/897617pt.doc.), (Online), (2-3).

Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/acp/dv/897/897617/897617pt.pdf

Comissão Europeia (2013), “Presidente Durão Barroso afirma” *A UE e a África devem trabalhar em conjunto*, (Online), (5).

Disponível em:

http://ec.europa.eu/commission_20102014/president/news/archives/2013/04/20130426_1_pt.htm

Comissão Europeia (2012), “São Tomé e Príncipe”, *Acordo de Parceria no Domínio da Pesca, Principais Pontos do Acordo*, (Online).

Disponível em:

http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/sao_tome/index_pt.htm

Comissão Europeia (2012 a), “Cabo Verde”, *Acordo de Parceria no Domínio da Pesca, Principais Pontos do Acordo*, (Online).

Disponível em :

http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/cape_verde/index_pt.htm

Comissão Europeia (2011), “Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração de um novo Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a Comunidade Europeia e a República de Cabo Verde”, *Exposição de Motivos*, (Online), (C7-0228/11), (8-10).

Disponível em:

http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com%282011%290228_/com_com%282011%290228_pt.pdf

Comissão Mundial Independente para os Oceanos (1998), *O Oceano Nosso Futuro*, Lisboa, Fundação Mário Soares.

Commission Européenne (2010), “Coopération Sao Tome e Principe – Union Européenne”, *Rapport Annuel Conjoint*, (Online), (11).

Disponível em : http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/documents/rapport-annuel-sao-tome-e-principe_2010_fr.pdf

Commission of the European Communities (2002), “Communication from the Commission” *on an Integrated Framework for Fisheries Partnership Agreements With Third Countries*, (637), (Online), (5).

Disponível em:

http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/fisheries_Communication_FPAs_en.pdf

Communauté Européenne (2007), “République Démocratique de São Tomé e Príncipe-Communauté Européenne” *Document des Stratégie Pays et Programme Indicatif National pour la période 2008-20123*, (Online), (8-48).

Disponível em : http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/scanned_st_csp10_fr.pdf

Convention Diversité Biologique (2013), “Plan Stratégique 2011-2020 pour la Diversité biologique et les Objectifs d'Aichi pour la biodiversité”, *Vivre en harmonie avec la nature* (Online), (2).

Disponível em: <http://www.cbd.int/doc/strategic-plan/2011-2020/Aichi-Targets-FR.pdf>

Correio (2011) “ A revista das relações e cooperação entre África - Caraíbas – Pacífico e a União Europeia” *Reportagem*, (Online), (15-23).

Disponível em: <http://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/00/09/50/67/00116/05-2011.pdf>

Delegação Da União Europeia de Cabo Verde (2013), “Op-ed conjunto do Presidente da Comissão Europeia e da Presidente da Comissão da União Africana (26/04/2013) ”, *Dois Continentes, Uma Visão*, (Online).

Disponível em:

http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/press_corner/all_news/news/2013/barrosoezuma_pt.htm

Dicionário da Língua Portuguesa (2007), Novo Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico, Cacém, Texto Editoras.

Direção Geral do Turismo (s.a.), “O Código Mundial da Ética do Turismo” *Preâmbulo*, (Online), (2).

Disponível em: <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>

Enhancing Policy Coherence (2010), “Os acordos de Parceria no Domínio das Pescas”, *Acordos de Parceria Económica*, (Online), (1).

Disponível em: http://www.coerencia.pt/_files/AcordosParceriaPescas_final.pdf

De Piroga não se Pesca ao Largo!



EUROPAID (2012), “Acompanhar os países em desenvolvimento no cumprimento da aplicação do Regulamento 1005/2008 sobre a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)” *Relatório de avaliação do país Cabo Verde, 129609/C/SER/Multi*, (Online), (3-5).

http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1607/1/12%2006%2022%20Cape%20Vede_Country_Evaluation_Report_PT.pdf

European Commission (2011), “Annotated Summary of Bilateral Agreements Between, on the one Part, the European Union, the Former European Community or EURATOM, and on the Other Part, Third States Or International Organizations”, *DG RELEX/B2 - Treaties Office*, (Online), (46-48).

Disponível em: <http://ec.europa.eu/world/agreements/viewCollection.do?fileID=58583>

European Inland Fisheries Advisory Commission (2009), “Código para as Boas Práticas da Pesca desportiva da EIFAC”, *Autoridade Florestal Nacional*, (Online), (23).

Disponível em: <http://ftp.fao.org/docrep/fao/012/i0363pt/i0363pt00.pdf>

European Commission (s.a.), “Acordos de parceria no Sector da Pesca”, *Ficha Informativa*, (Online).

Disponível em:

http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/publications/cfp_factsheets/fisheries_partnership_agreements_pt.pdf

European Community/Atlantic Caribbean and Pacific (2009), “Intra-ACP Cooperation - 10th EDF” *European Community – ACP Group of States – Intra-ACP Strategy Paper and Multiannual Indicative Programme 2008-2013, Environment and natural resources*, (Online), (326),(18).

Disponível em:

https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000041823&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA

European Parliament (2011), “Recommendation” – *A7-0194, Plenary Sitting*, (Online), 6-12.

Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/pressroom/content/20110622IPR22348/html/Eurodeputados-aprovam-acordo-de-pesca-com-S%C3%A3o-Tom%C3%A9-e-Pr%C3%ADncipe>

Fernandes, José Luís (2003), “Arlindo Cunha defende importância de acordos de pesca da UE com países terceiros”, *Arlindo Cunha MEP*, (Online).

Disponível em:

<http://arc.eppgroup.eu/press/showpr.asp?prcontroldoctypeid=1&prcontrolid=3110&prcontentid=3110&prcontentlg=pt>

Fundo Monetário Internacional (2012), “República Democrática de São Tomé e Príncipe” Solicitação de Acordo Trienal ao Abrigo da Facilidade de Crédito Alargado, (Online), 12/216 (4-53).

Disponível em: www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/.../cr12216p.pdf

Gabinete do Ministério do Ambiente de São Tomé e Príncipe (s.a.), “Plano Distrital do Ambiente Para o Desenvolvimento Durável – Caué”, *J.2. Ambiente Marinho*, (Online), (15).

Disponível em: <http://www.gabinete-ambiente-stp.org/pages/docs/caue.pdf>

Gerlotto, e B. Stequert (1978) “La Pêche Maritime Artisanal en Afrique Ouest”, *Extrait de La Pêche maritime de mai 1978*, (Online), 9357 (1-8).

Disponível em :

http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_5/b_fdi_08-09/09357.pdf

Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (2001), *O Inquérito- Teoria a Prática*, Oeiras, Celta Editora.

Grandes Opções do Plano para São Tomé e Príncipe (2012), “Diário da República” *Assembleia Nacional, Lei n.º 1/2012*, (Online), (16-28).

Disponível em: http://www.min-financas.st/pdf/lei_GOP_2012.pdf

Groupe de la Banque Africaine de Développement (2012) “ République Démocratique de Sao Tomé et Principe”, *Document de Stratégie - Pays (DSP) 2012-2016, Département régional - Ouest II (ORWB)*, (Online), (v-10-13-Annexe1).

Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/STP%20-%20DSP%202012-2016.pdf>

Hagemeijer, Tjerk (2009), “As Línguas de S. Tomé e Príncipe”, *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, (Online), (1-21).

Disponível em:

<http://www.umac.mo/fsh/ciela/rcblpe/doc/As%20Linguas%20de%20S%20Tome%20e%20Principe.pdf>

Horemans, B. *et al* (1994), “Revista sectorial da pesca artesanal a São Tomé e Príncipe”- *Programa de Desenvolvimento Integrado das Pescas Artesanais na África Ocidental*, (Online), DIPA/WP155 (32).

Disponível em: www.fao.org/docrep/015/an097PT/an097PT.pdf

International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas (2011), “Report for biennial period, 2010-11” *Part I*, (Online), Vol. I (355).

Disponível em: http://www.iccat.int/Documents/BienRep/REP_EN_10-11_I_1.pdf

International Ocean Commission *et al* (2011), “A Blueprint for Ocean and Coastal Sustainability” Paris: IOC/UNESCO, (Online), (13-18).

Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/interagency_blue_paper_ocean_rioPlus20.pdf

Instituto Nacional de Estatística da RDSTP (2012), “Evolução da População de STP 1970 Á 2012” *Censos e Projeções*, (Online).

Disponível em: <http://www.ine.st/docs/22.pdf>

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2012), “População e Condição de Vida” *Estado da População cabo-verdiana*, (Online).

Disponível em:

<http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/7ba5fbd5-bf0a-4faf-a7340495ba9f80f0evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20residente%20em%20cabo%20verde.%201900%20-2010.pdf>

Janz, Dtlef *et al* (2006), *África – Geografia do Mundo – Oceânia*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores.

Jornal Oficial da União Europeia L113 (2013), “Decisão N° 377/2013/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu que derroga temporariamente a Diretiva 2003/87/CE relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade” *Texto relevante para efeitos do EEE*. (4), (Online).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:113:0001:0004:PT:PDF>

Jornal Oficial da União Europeia L136 (2011), “ Decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no Domínio da pesca entre a União Europeia e a República Democrática de São Tomé e Príncipe”, *2011/296/UE* (Online), (4-7).

Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:136:FULL:PT:PDF>

Jornal Oficial da União Europeia L181 (2011), “Protocolo acordado entre a União Europeia e a República de Cabo Verde que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca em vigor entre as duas partes”, (Online), (2-18).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:181:0002:0019:PT:PDF>

Jornal Oficial da União Europeia L205 (2007), “Acordo de Parceria no Domínio da Pesca entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a Comunidade Europeia”, *Definições* (Online), (37).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:205:0036:0039:PT:PDF>

Jornal Oficial da União Europeia L C306 (2007), “Comunicações e Informações” *Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007*, (Online).

Disponível em: http://www.ecb.int/ecb/legal/pdf/pt_lisbon_treaty.pdf

Jornal Oficial da União Europeia L009 (1999), “Decisão da Comissão Relativa às Modalidades de aplicação da Directiva 95/57/CE do Conselho Recolha de informações estatísticas no sector do turismo” *Texto relevante para efeitos do EEE*, (1999/34/CE), (Online), (30).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1999:009:0023:0047:PT:PDF>

Jornal Oficial das Comunidades Europeias L179 (1998) “Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e Acordo Relativo À Aplicação da parte XI da Convenção”, Conservação dos recursos vivos; Utilização dos recursos vivos; Populações existentes dentro das zonas económicas exclusivas de dois ou mais Estados costeiros ou dentro da zona económica exclusiva e numa zona exterior e adjacente à mesma; Espécies altamente migratórias; Populações de peixes anádromos; Espécies sedentárias, (Online), (18-20).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1998:179:0003:0003:PT:PDF>

Jornal Oficial das Comunidades Europeias L54 (1984), “Regulamento (CEE) N° 477/84 do Conselho de 21 de Fevereiro de 1984 relativo à celebração do Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, O Conselho das Comunidades, (23), (Online).

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1999:0550:FIN:PT:PDF>

Kabala, Matuka (1994), *Protection des Écosystèmes et Développement des Sociétés- État D’urgence en Afrique*, Paris, Éditions L’Harmattan.

Medeiros, Isabel (2013), “O Ensino e a Investigação da Geografia sobre África”, comunicação apresentada na Mesa Redonda *do Mês de África na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, realizada no âmbito da Licenciatura em Estudos Africanos da FLUL e IGOT/UL, FLUL, 14 de maio de 2013, Lisboa.

Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos (2012), “

De Piroga não se Pesca ao Largo!



Estratégia do Programa de Cabo Verde (2009-2012) ”, *Programa das Pequenas subvenções do Fundo Mundial do Ambiente às ONGs GEF Small Grants Programme (2010)*, (Online), (16).

Disponível em: <http://www.platongs.org.cv>

Ministério do Plano e Finanças da República Democrática de São Tomé e Príncipe (2012), “Segunda Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016”, (Online), (42-77).

Disponível em: http://www.min-financas.st/pdf/enrp_2012_2016_final.pdf

Moniz, António *et al* (2000), *Pescas e Pescadores – Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora.

Nascimento, Augusto (2004), “ A Passagem de *Coolis* Por S. Tomé e Príncipe”, (Online), (77-112).

Disponível em: https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/398/1/Augusto_Nascimento_p77-111.pdf

Nations Unies (2012), “L’avenir que Nous Voulons -Océans”, *Conférence des Nations Unies sur le Développement Durable, RIO+20*, (Online).

Disponível em : <http://www.un.org/fr/sustainablefuture/pdf/oceans.pdf>

Nations Unies (2002), *Rapport du Sommet mondial pour le Développement Durable*, New York, Nations Unies.

Nations Unies (1984), *Le droit de la mer- Convention des Nations Unies sur le droit de la mer*, New York, Nations Unies.

OCEAN (2012), “Dia da Dependência de Pescado – Portugal”, *Transformar a Pesca Europeia*, (3), (Online).

Disponível em:

http://assets.ocean2012.eu/publication_documents/documents/248/original/fish-dependence-day-2012-PT.pdf

OCEANIC Développement & MEGAPESCA Lda. (2009), *Revue des Éléments de la Stratégie du Secteur et du Plan Directeur des Pêches de São Tomé et Príncipe dans le Cadre de l’Appui Sectoriel prévue dans L’Accord de Partenariat de Pêche CE/São Tomé et Príncipe Pour la Période 2006-2010*, (PT) 13/STP_2/09.

Oliveira, José Eduardo da Costa (1993), “ A Economia de S. Tomé e Príncipe. Instituto para a Cooperação Económica, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, *Apud*, Seibert, Gerhard (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres – Colonialismos, Socialismos e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Documenta Historica.

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (2012), “El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura” *Examen mundial de la pesca y la acuicultura*, Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO, (Online), (6-7).

Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i2727s/i2727s.pdf>

Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (2012a) “Priorités du programme de travail et du plan à moyen terme (PMT) en ce qui concerne les pêches et l'aquaculture”, *COFI/2012/7*(Online), (23), (6-7).

Disponível em:

<http://www.fao.org/cofi/33314-08f803763c72b4b9ea80b45ac1f77d9bb.pdf>

Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (2012b), “Statistiques des Pêches et de l'Aquaculture” *annuaire*, (2010), (Online), (220).

Disponível em: http://www.fao.org/fi/CDrom/CD...2010/.../yearbook_food_balance.pdf

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2009), *Programa Integrado para a Reestruturação da Pesca*, República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (2009a), “Plan à moyen terme 2010-13 et Programme de travail et budget 2010-11”, (Online), (8).

Disponível em : <http://www.fao.org/docrep/fao/meeting/017/k5831f.pdf>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2009b), “Pesca e Aquicultura”, *o peixe fonte de alimentação, meio de subsistência e comércio*, (Online).

Disponível em: www.fao.org/docrep/012/i0765pt/i0765pt09.pdf

Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura e la Alimentación (2008), “Resumen Informativo sobre la Pesca por Países” *La República Democrática de Santo Tomé y Príncipe*, (Online).

Disponível em: http://ftp.fao.org/Fi/DOCUMENT/fcp/es/Fl_CP_ST.pdf

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2003), “Regulamento Geral da Pesca Marítima” Classificação das embarcações de pesca, Artigo74, Secção I, Capítulo IV (Online), (559-560).

Disponível em: <http://faolex.fao.org/docs/pdf/moz52143.pdf>

Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (1995), “Code de Conduite pour une Pêche Responsable”, (Online), (I) (v-39).

Disponível em : <http://ftp.fao.org/docrep/fao/005/v9878f/V9878F00.pdf>

De Piroga não se Pesca ao Largo!



Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (1995a), "Programme pour le Développement Intégrés des Pêches Artisanales en Afrique de L'Ouest", *Programme du DIPA, Caraterísticas sócio-económicas da Pesca Artesanal Marítima em São Tomé e Príncipe*, (Online), (19).

Disponível em : <http://www.fao.org/docrep/015/an183PT/an183PT.pdf>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura *et al* (2013), "Relatório da XI Reunião da Rede REDBIOS São Tomé e Príncipe Reserva Mundial da Biosfera da Ilha do Príncipe", 3-9 de maio de 2013. Policopiado.

Organisation des Nations Unies pour L'éducation la Science et la Culture *et al* (2012), "Guide sur les options en zones côtières à l'attention des décideurs locaux" *Aide à la Prise des Décisions pou Faire Face aux Changements Côtières en Afrique de L'Ouest*, (Online), (8-46).

Disponível em : <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216603F.pdf>

Organização Internacional do Trabalho (2006), "A OIT e a Economia Informal", (Online), (7).

Disponível em:

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2012), "Perspetivas Económicas em África 2012" *Promoção do Emprego Jovem*, (Online), (49) (2).

Disponível em: www.oecd-ilibrary.org/.../perspectivas-economicas

Parlamento Europeu (2013), "Princípios Gerais da Política de Desenvolvimento" *Base Jurídica – Objetivos*, (Online).

Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_6.5.1.pdf

Parlamento Europeu (2011), "Documento de Sessão" *Recomendação*, (Online), (8-17).

Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=//EP//NONSGML+RE+PORT+A7-2011-0194+0+DOC+PDF+V0//PT>

Parlamento Europeu (2009), "Políticas estruturais e de coesão B, Direcção-Geral de Políticas Internas", (22) (Online).

Disponível em:

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/divers/pech/2009/474477/IPOL-PECH_DV\(2009\)474477\(PAR17\)_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/divers/pech/2009/474477/IPOL-PECH_DV(2009)474477(PAR17)_PT.pdf)

Parlamento Europeu (2008), "As Políticas Comuns" *Conservação dos Recursos Haliêuticos*, (Online).

Disponível em :

http://circa.europa.eu/irc/opoce/fact_sheets/info/data/policies/fisheries/article_7221_pt.htm

Parlamento Europeu (1999) “A Quarta Convenção de Lomé: panorâmica geral” Realizações, (Online) (6.5.1).

Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/factsheets/6_5_1_pt.htm

Performances Management Consulting (2010), “La Pêche et L’Aquiculture en Afrique de L’Ouest” *Panorama, Enjeux et Perspectives*, Publication PMC (Online).

Disponível em: http://www.perfcons.com/page/doc/NS%20Pêche-Aquaculture_2010.pdf

Pinheiro, Luís da Cunha (2012), “A produção açucareira em São Tomé ao longo de Quinhentos”, Actas do Colóquio Internacional *São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, realizado no âmbito do quadro de programas de investigação do Instituto Universitário de Lisboa e do Investigação Científica Tropical, ISCTE, 27-29 de março de 2012, Lisboa,

Disponível em: http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/3886/1/Pinheiro_STP_27_46.pdf

Pikitch e Doukakis (2005), “Recomendações para a Reforma das Pescas de São Tomé e Príncipe” *Pew Institute for Ocean Science Comissionado por The Earth Institute da Universidade de Columbia*, (Online), (10).

Disponível em:

<http://www.earth.columbia.edu/cgsd/stp/documents/STPFishingReportPortuguese.pdf>

Presidência da União Europeia (2009), “A Imagem de África na Imprensa Europeia”, *O Caso da Cimeira UE - África em Dezembro de 2007*, (Online), (127).

Disponível em:

<https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000043001000044000/000043764.pdf>

Programme des Nations Unies pour le développement (2013), “Rapport sur le développement humain 2013, *L’essor du Sud*”: *le progrès humain dans un monde diversifié*, (Online), (157-159).

Disponível em:

http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2013GlobalHDR/French/HDR_2013%20Report%20French.pdf

Programme des Nations Unies pour le Développement (2012), “Programme de pays pour Sao Tomé-et-Príncipe (2012-2016)”, *Analyse de la situation*, (Online).

Disponível em :

<http://web.undp.org/afrika/programmedocs/Sao%20Tome%20and%20Principe%20CPD%20-%202012-2016%20-%20Frenchx.pdf>

Programme des Nations Unies pour le Développement (2012a), “Rapport sur le Développement Humain en Afrique” – *Vers une Sécurité Alimentaire Durable*, (Online), (14).

Disponível em :

http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/Africa%20HDR/French_AfH_DR_summary.pdf

Programme des Nations Unies pour le Développement (s.a.), “Tourisme, Hôtellerie et Environnement: Impacts et Solutions” *Partie 2*, (Online).

Disponível em:

<http://www.unep.fr/shared/publications/cdrom/DTIx1043xPA/doc/fr/PARTIE2.pdf>

Relatório À Conferência RIO+20 (2012), “Cabo Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável”, *Relatório À Conferência RIO+20*, (Online).

Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>

República Democrática de São Tomé e Príncipe (2013), “Proposta Grandes Opções do Plano”, XV Governo Constitucional, (Online), (8-9).

Disponível em: http://www.min-financas.st/pdf/gop_2013.pdf

Rio, Jorge Carvalho do (2013), “O Sector das Pescas” Acordo de Parceria entre a União Europeia e a República Democrática de São Tomé e Príncipe”, Entrevista concedida em 5 de fevereiro de 2013, Lisboa.

Ritto, Luís (s.a.) “A União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico: Um Espaço de Cooperação em Evolução e um Exemplo de Desenvolvimento para o Futuro?” *Acordo de Cotonou*, (Online), (5-8).

Disponível em:

<http://www.adelinatorres.com/.../Luis%20RittoAcordo%20de%20Cotonou%2...>

Ruivo, Mário (2011), “Para a comunidade científica, a preservação da biodiversidade marinha tem sido objecto de particular atenção mas de difícil comunicação aos cidadãos e parceiros sociais”, Entrevistado por Paula Sobral - SPECO, Dezembro de 2011, (ECOLOGIA@ 3:3 – 6), (Online).

Disponível em: http://speco.fc.ul.pt/revistaecologia_3.pdf

Samuelson, Paul (1958), *Curso de Economia Moderna*, Madrid, Aguilar.

Seibert, Gerhard (2007), “África e a Geopolítica do Petróleo – O caso de São Tomé e Príncipe”, Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências *Desafios da África contemporânea*, realizado no âmbito da Licenciatura em Geografia pelo Departamento de Geografia, Lisboa, FLUL.

Seibert, Gerhard (2005), “Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?”, texto baseado na comunicação *Náufragos, autóctones ou cimarrones? O Debate sobre a Origem dos angolares em São Tomé* (Online).

Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6024/4983>

Seibert, Gerhard (2004), “ Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?”, *Textos de História*, vol 12, nº 1/2, (Online), (58).

Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6024/4983>

Seibert, Gerhard (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres – Colonialismos, Socialismos e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Documenta Historica.

Seibert, Gerhard (1998), “São Tomé e Príncipe: instabilidade política e crise económica num micro-estado insular”, *Oficina do Centro de estudos Sócios*, 122,p.22.

Strengthening Fishery Products Health Conditions in ACP/OCT Countries (2010), “Country profiles (Fiches) for Sao Tome and Guinea Bissau”, *LTI104GEN: Country Profiles (Fiches) for Sao Tome and Guinea Bissau*, (Online), (10).

Disponível em: http://sfp.acp.int/sites/all/files/projects/10_09_24_LTI104GEN_MR.pdf

Sousa Reis, Carlos (2013), “Entrevista Sobre os Acordos das Pescas da União Europeia com os Países Terceiros”, 19 de abril de 2013, Lisboa.

Tenreiro, Francisco (1961), *A Ilha de são Tomé – Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*, Lisboa.

United Nations Development Programme (2013), “UNEP Year Book” *Emerging Issues in our Global Environment*, (Online), UNEP/GC.27/INF/2 (2-3).

Disponível em: http://www.unep.org/pdf/uyb_2013.pdf

United Nations (2013a), “The future we want”, *Advancing integration, implementation and coherence: assessing the progress to date and the remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits on sustainable development and addressing new and emerging challenges*, and *C. Capacity-building*, (A/CONF.216/L.1), (Online), (5; 52).

Disponível em: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.21611_english.pdf.pdf

United Nations Development Programme (2012), “Frontline Observations on Climate Change and Sustainability of Marine Ecosystems – Large Marine Ecosystems”, (Online), V.17 (69).

Disponível em:

<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Environment%20and%20Energy/Water%20and%20Ocean%20Governance/Frontline%20Observations%202012.pdf>

United Nations Development Programme (2011), “Convention on Biological Diversity” *Report of the Tenth Meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity*, (Online), (5/21), (254).

Disponível em: www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop.../cop-11-01-add1-rev1-en.doc

De Piroga não se Pesca ao Largo!



Universidade de Columbia *et al.* (2008), “Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe”, Pescas, (Online), (19-20).

Disponível em: <http://www.vcc.columbia.edu/pubs/documents/SaoTomesep11portu.pdf>

Vasconcelos, Marcelo (2003), “Um Olhar Diferente para o Futuro- Os Oceanos e a 'Sustentabilidade' das Pescas”, comunicação apresentada no Seminário *Sobre a Convenção Europeia- Convencionar ou Constitucionalizar a Reforma das Políticas*, UALG, 24 de Janeiro de 2003, Algarve.

Vasconcelos, Marcelo (2002), “Zonas Costeiras e Oceanos Uma Política Necessariamente Integrada”, comunicação apresentada na Mesa Redonda *Integração da Rede Natura com Políticas Sectoriais, II Congresso Internacional Rede Natura 2000 nos Países Mediterrânicos*, LPN, 5-8 dezembro de 2002, Lisboa.

Vasconcelos, Marcelo (2000), em António Moniz *et al (orgs.)*, *Pescas e Pescadores – Futuros para o Emprego e os Recursos*, Oeiras, Celta Editora.

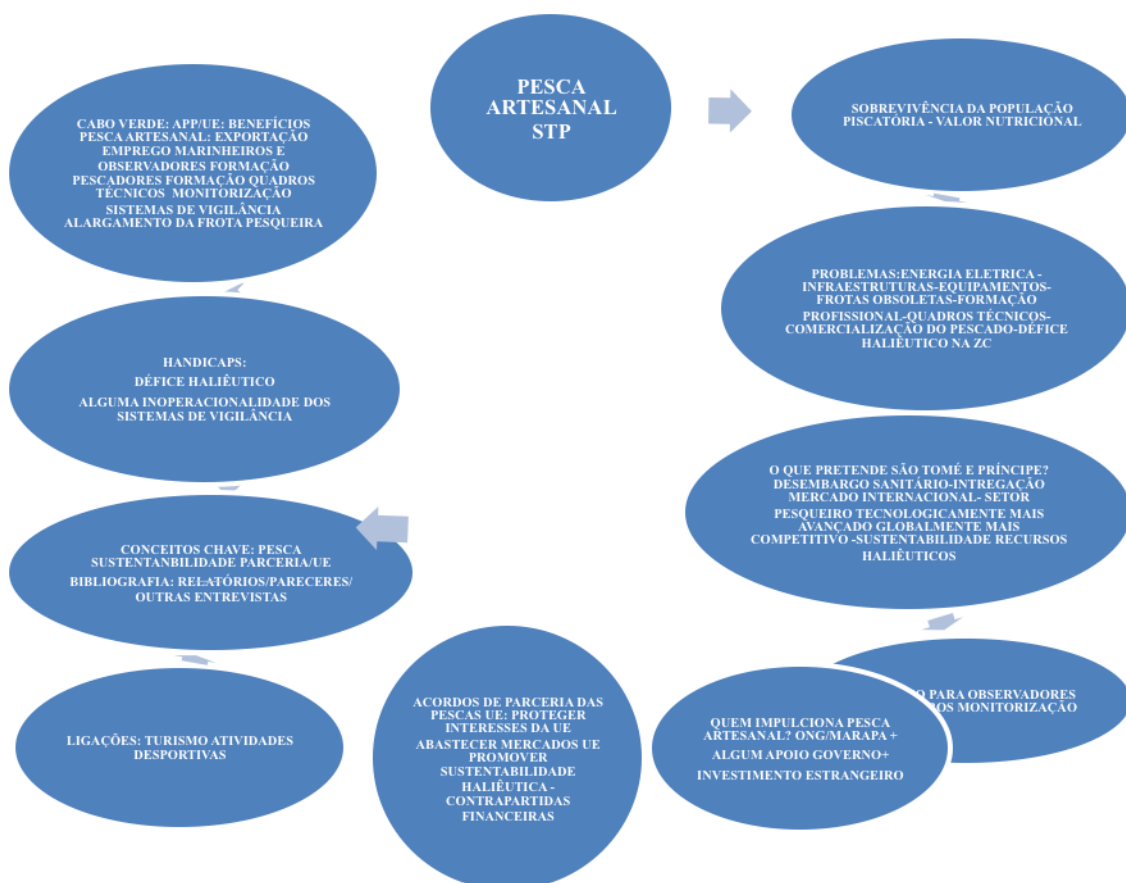
Yin, Robert (2003), *Case study research: design and methods*, thousand Oaks, SAGE.

ANEXOS

ANEXO A

Figura 1.1 - Introdução

MODELO DE APOIO CONCEPTUAL



ANEXO B

Figura 1.I - Capítulo I

Algumas Tipologias de Armadilhas da Pesca Passiva



Fonte: Imagens

Disponível em: <https://www.google.pt/search?q=pesca+com+armadilhas&hl=pt-PT&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=MlubUcHGsnT7Abi4oH4Dw&ved=0CCwQsAQ&biw=1280&bih=856>

ANEXO C

Figura 2.I - Capítulo I

Algumas Tipologias da Pesca à Linha



Tangaril



Rabadela



Gorazeira



Jogada

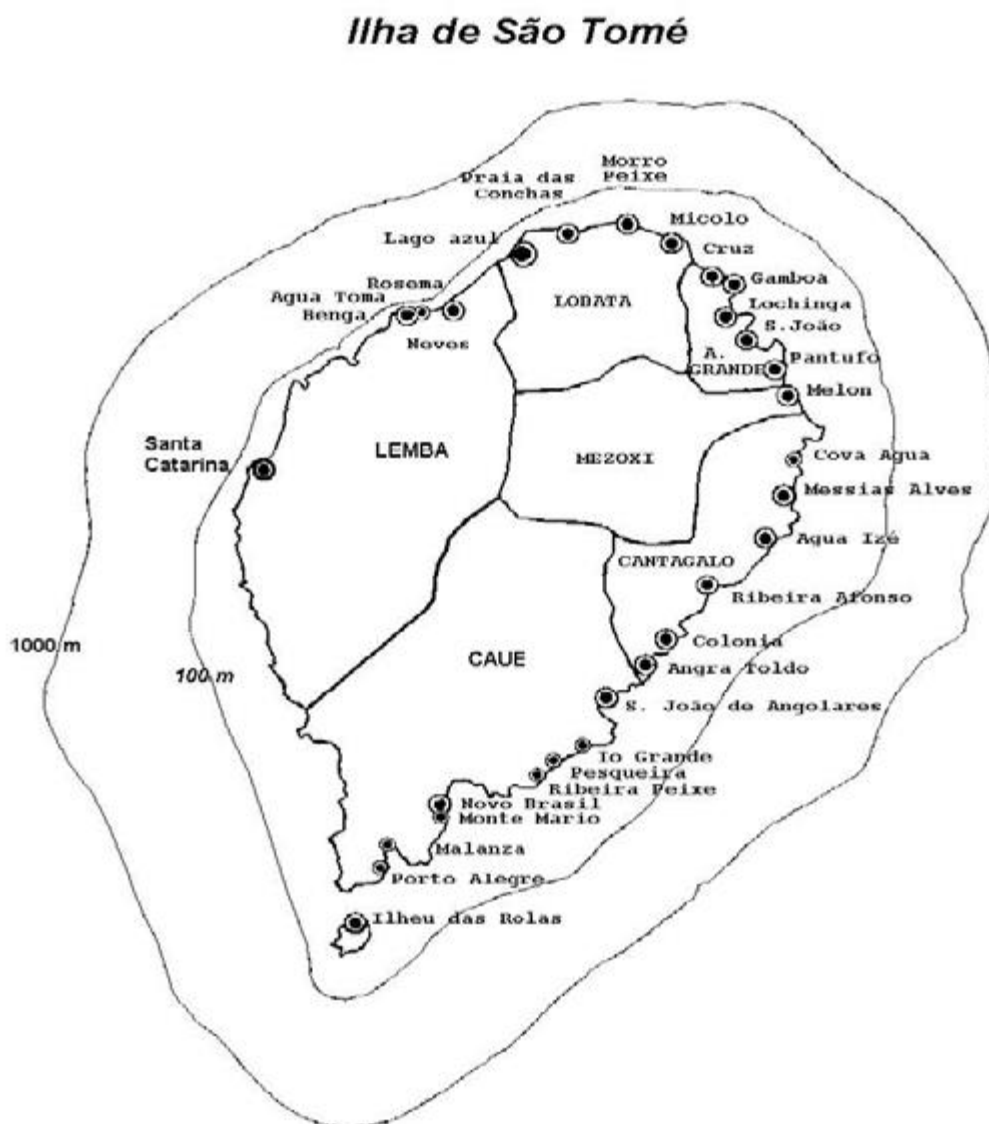
Fonte: Portal da Universidade dos Açores

Disponível em: <http://www.horta.uac.pt/projectos/cepropesca/artes2.htm>

ANEXO D

Figura 3.II - Capítulo II

Pontos de Desembarque da Ilha de São Tomé



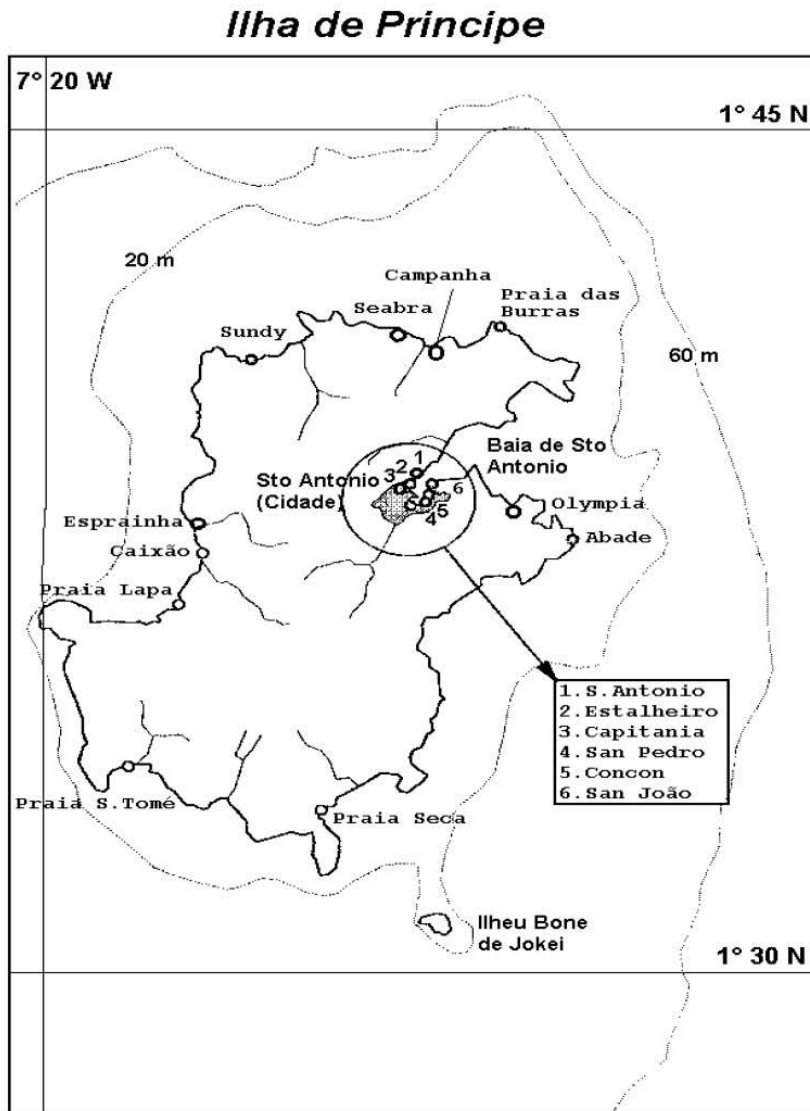
Fonte: FAO *et al.*, 2008

Disponível em: ftp://ftp.fao.org/Fi/DOCUMENT/fcp/es/FI_CP_ST.pdf

ANEXO E

Figura 4. II - Capítulo II

Pontos de Desembarque da Ilha do Príncipe



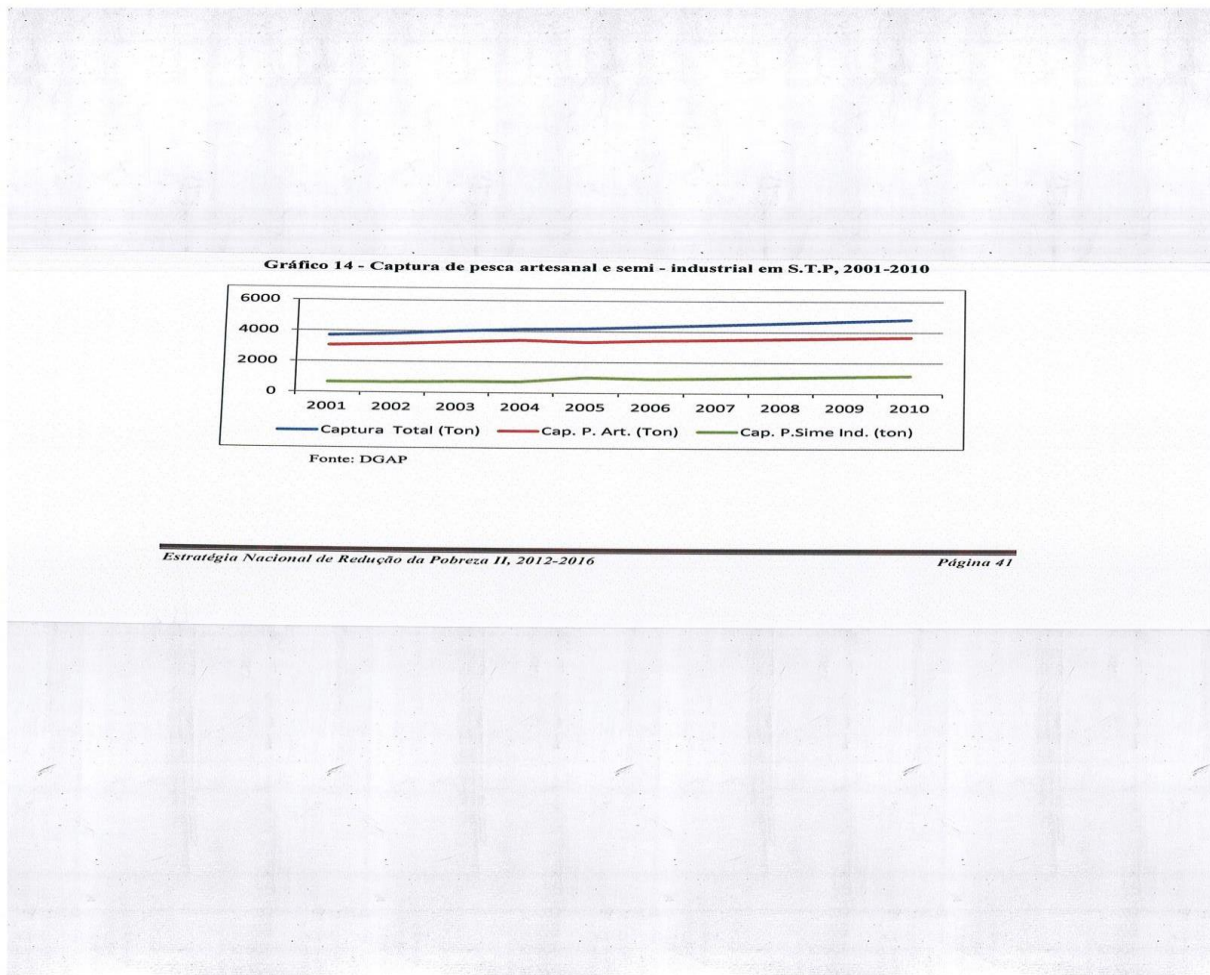
Fonte: FAO *et al.*, 2008

Disponível em: ftp://ftp.fao.org/Fi/DOCUMENT/fcp/es/Fl_CP_ST.pdf

ANEXO F

Figura 6. II - Capítulo II

Captura da pesca artesanal e semi-industrial em STP, 2001-2010



Fonte: Ministério do Plano e Finanças da República Democrática de São Tomé e Príncipe
Disponível em: http://www.min-financas.st/pdf/enrp_2012_2016_final.pdf

ANEXO G

Quadro 1.II - Capítulo II

Table of Actions by the Compliance Committee Regarding Cases of Non-Compliance

<i>CPC</i>	<i>Potential Issues of Noncompliance-2009</i>	<i>Response/explanation by CPC</i>	<i>Actions Taken</i>	<i>Potential Issues of Noncompliance-2010</i>	<i>Response/explanation by CPC</i>	<i>Actions Taken</i>
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	Annual Reports/ Statistics: Annual report not submitted, Task I data not submitted, Task II data not submitted	Not present to respond	Identified 2009. No response received. No statistical data submitted in 2010. No compliance tables submitted.	Annual Reports/ Statistics: Annual report not submitted, Task I data not submitted, Task II data not submitted	Not present to respond	Maintain identification and send letter expressing concerns over continued data reporting deficiencies. Encourage participation in future meetings. Indicate that failure to respond may result in the Commission considering further action in 2011.
	Conservation and Management Measures: >24m vessel list not submitted			Conservation and Management Measures: No list of vessels 20m+ or associated reports submitted		
	Quotas and catch limits: Compliance tables not Submitted			Quotas and catch limits: Compliance tables not submitted		
	Other issues: None recorded			Other issues: None recorded		

Fonte: “Appendix 3 to ANNEX 9 INTERNATIONAL COMMISSION for the CONSERVATION of ATLANTIC TUNA - R E P O R T for biennial period, 2010-11 PART I (2010)”

ANEXO H

Quadro 1.IV - Capítulo IV

Recursos de Pesca, potencial, capturas médias e unidades Populacionais

Recursos	Potencial estimado (tm)**	Capturas estimadas (tm)	Potencial disponível (tm)
Espécies de tunídeos .Atum albacacora (<i>thunnus albacaraes</i>) . Atum patudo (<i>thunnus obsesus</i>) . Atum gaiado (<i>Katsuwonus pelamis</i>) . Merma + judeu-liso	25 000tm	Total – 8550tm Nacional – 3510tm Estrangeiro (europeu e japônês) – 4540t*	17 000tm
Outros grandes pelágicos .Serra-da-Índia (<i>Acanthocybium solandri</i>) . Tubarões	ND		
Pequenos pelágicos .Charro-olho-largo (<i>Decapterus macarellus</i>) .Charro-preto (Selar <i>crumenophthalmus</i>) .Sardinha (<i>Sardinella maderensis</i>)	4600-5700tm 2100-2400tm 1000-1500tm 1500-1800tm	4529tm	0-1200tm
Demersais até 50m planalto de Maio-Boavista	3700-9300tm	1095tm	2700-8300tm
Lagosta	90-120tm	7tm*	Desconhecido
Outra situação		691tm	Desconhecido
Recurso de águas profundas	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
Total	36000-44 000tm	Aprox.10000tm	26000-34 000tm

“*Números provavelmente subestimados. Fonte: FAO e Plano nacional de gestão de Pescas, 2010; INDP” Retirado do “Relatório de avaliação do país: Cabo Verde” (EUROPAID, 2012:4).

**tm = toneladas métricas (1000kg).

Curriculum Vitae



Europass Curriculum Vitae

“Aquilo que não é consequência de uma escolha não pode ser considerado nem mérito nem fracasso”

Milan kundera *in* “ A insustentável leveza do ser”

Informação pessoal

Apelido (s) – Nome (s) **Dias, Ana Maria Pires**

Morada (s) Rua dos Depósitos da Água, 63 - Azenhas do Mar
2705-091, Sintra - Portugal

Telefone (s) Telemóvel: 93 345 97 42

Fax (es)

Correio (s) electrónico (s) anaeudias@gmail.com

Nacionalidade (s) Portuguesa

Data de nascimento 16.08.60

Sexo Feminino

**Designação de
Qualificação
Atribuída** Assistente Técnica

Função ou cargo ocupado Secretariado Técnico

Principais atividades e responsabilidades Gestão de informação/comunicação e consultas por correio eletrónico, e por outros meios apropriados, com especialistas da área da investigação (Universidades e outras Instituições Científicas), para acompanhamento técnico e administrativo de atividades nacionais; Assegurar o arquivo técnico de apoio à Comissão; Integrar reuniões no âmbito do Comité Português para a Comissão

Nome e endereço do empregador	Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO – MNE. Ministério dos Negócios Estrangeiros – Largo do Rilvas – 1350-030 Lisboa
Tipo de empresa ou sector	Pública Destacada para o Comité Português para a Comissão Oceanográfica Intergovernamental a 20 de Dezembro de 2004.

Formação académica e profissional Pós graduação em Estudos Africanos
Geógrafa
Assistente Técnica
Assistente Administrativa Especialista
Assistente Administrativa Principal
Assistente Administrativa
Auxiliar de Ação Médica

Datas 2011; 2009; 2008(2); 2007(2); 2006(2); 2001; 2000; 1999; 1998; 1997(2)

Designação do certificado ou diploma atribuído Pós graduada em Estudos Africanos
Licenciada em Geografia
Formanda: Riscos Naturais e Tecnológicos e sua Prevenção
Premiada: Associação Caué
Menção Honrosa, coautoria: “ Trás – os – Montes, População e Desenvolvimento”
Organização: Conferência sobre os Oceanos - *The Ocean Policy Summit*, TOPS 2005
Formanda: Organização e Técnicas de Arquivo
Formanda: Processador de Texto Word
Formadora: “O Desempenho do Auxiliar de Ação Médica em França”
Moderadora: Jornadas dos Auxiliares de Ação Médica
Oradora: “Le stress des patients et des aides soignantes”
Formadora: 1^{as} Jornadas Internacionais dos Auxiliares de Ação Médica
Formanda: “Controlo do Stress – Causas intervenção e Prevenção”
Formação Profissional Inicial para Auxiliares de Ação Médica

Principais Disciplinas Curso de Geografia: Geografia Humana, Geografia Física, Sistemas de Informação Geográfica.
Teorias e Políticas de Desenvolvimento, Economia de África, Antropologia de África, Cooperação Internacional em África, Sociologia de África

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – FLUL
Centro de Geofísica de Évora – CGE (2)
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – FLUL (2)
Comité Português para a COI – CP COI
Ministério dos Negócios Estrangeiros – MNE
Instituto Nacional de Administração – INA
Associação Portuguesa dos Enfermeiros de Aveiro - APEA (2)
Association des Aides Soignantes françaises – AAS
Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil – IPOFG (2)

Classificação obtida a nível nacional ou internacional 12 Valores
15 Valores

Aptidões e competências pessoais

Língua (s) materna (s) **Português**

Outra (s) língua (s)

<i>Autoavaliação</i>	Compreender		Falar		Escrever
	<i>Nível europeu</i> (*)	Compreensão oral	Leitura	Interação oral	

Francês	C2	C2	C2	C2	C2
Inglês	A2	A2	A2	A2	A2

(*) *Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)*

Aptidões e competências sociais Espírito de equipa
Capacidade de adaptação em ambientes multiculturais
Capacidade de comunicação (redação clara, facilidade na oralidade)

Aptidões e competências de Capacidade de gestão de projetos em equipa

organização

Outras aptidões e
Competências

Aptidões e
competências técnicas Arquivo Técnico (em português, francês e inglês)

Aptidões e Domínio do *software* Office (Word, Excel, Power Point)
competências Conhecimentos básicos em ArcGis, ArcMap, ArcReader, ArcCatalog e
informáticas ArcView

4 Agricultura, Pesca e Culinária
Escrever – sobretudo contos infantis (ainda não publicados)

Carta (s) de condução Carta de condução da categoria B 02.03.93

Informação adicional Publicação do trabalho realizado no âmbito da Licenciatura em Geografia -
Grandes Espaços Mundiais (2007)
“São Tomé e Príncipe e o Ouro Negro”
Disponível em:
http://es.geocities.com/caueass/caue_projetos/caue_activitats/caue_seibert_ulisboa.htm

Voluntariado – visitas a doentes do *foro* psiquiátrico do Hospital Miguel
Bombarda 2004/06

Participação nas campanhas de recolha de alimentos – “Banco
Alimentar contra a Fome”

Anexos Disponibilizam-se todos os certificados se solicitados

Reclamo impressão em papel

Reclamo acordo ortográfico